



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAED)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO**

Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo

**GÊNERO, SEXUALIDADE E SURDEZ: PERSPECTIVAS DE
ESTUDANTES DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE
SURDOS - INES**

Campo Grande, MS
2025

JAKELLINNY GONÇALVES DE SOUZA RIZZO

**GÊNERO, SEXUALIDADE E SURDEZ: PERSPECTIVAS DE
ESTUDANTES DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE
SURDOS - INES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa 3: Processos Formativos, Práticas Educativas, Diferenças.

Orientadora: Professora Doutora Josiane Peres Gonçalves

Campo Grande, MS

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rizzo, Jakellinny Gonçalves de Souza

Gênero, sexualidade e surdez [livro eletrônico] :
perspectivas de estudantes do Instituto Nacional de
Educação de Surdos - INES / Jakellinny Gonçalves de
Souza Rizzo. -- Campo Grande, MS : Ed. da Autora,
2025.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-80702-7

1. Educação de surdos 2. Ensino superior - Brasil
3. Gênero e sexualidade 4. Sociologia I. Título.

25-317393.0

CDD-304.62

Índices para catálogo sistemático:

1. Gênero e sexualidade : Aspectos sociais :
Sociologia 304.62

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

JAKELLINNY GONÇALVES DE SOUZA RIZZO

**GÊNERO, SEXUALIDADE E SURDEZ: PERSPECTIVAS DE
ESTUDANTES DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE
SURDOS - INES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação, da Universidade Federal do Mato Grosso do
Sul- Campus Campo Grande como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação

Campo Grande, MS, 21 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Professora. Dra. Josiane Peres Gonçalves (Presidente)
Faculdade de Educação
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Professora. Dra. Aline Maira da Silva (Membro titular)
Faculdade de Educação
Universidade Federal da Grande Dourados

Professora. Dra. Cássia Cristina Furla (Membro titular)
Faculdade de Educação
Universidade Federal da Grande Dourados

Professora. Dra. Mônica de Carvalho Magalhães Kassar (Membro titular)
Faculdade de Educação
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Professora. Dra. Carina Elisabeth Maciel (Membro titular)
Faculdade de Educação
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Professor. Dr. Washington Cesar Shoiti Nozu (Membro Suplente)
Faculdade de Educação
Universidade Federal da Grande Dourados

AGRADECIMENTOS

A palavra gratidão me faz refletir sobre o percurso que trilhei, e em meio as minhas reflexões associo minha trajetória acadêmica à jornada dos Vikings. Assim como esses navegadores corajosos, que enfrentaram mares desconhecidos em busca de novos horizontes, minha caminhada no doutoramento exigiu coragem, persistência e determinação em cada desafio. Nenhum Viking navega sozinho, sua força está na tripulação, no companheirismo e na união e um propósito. Da mesma forma, o meu percurso acadêmico foi sustentado por pessoas que caminharam do meu lado, oferecendo apoio, incentivo e inspiração. Agradecer é reconhecer que toda travessia é compartilhada.

Início os meus agradecimentos, expressando minha profunda gratidão à minha querida orientadora Professora Doutora Josiane Peres Gonçalves, sempre muito presente, compreensiva, sensível e inspiradora durante todo o percurso do meu doutorado, período em que passei por momentos delicados e irreparáveis na minha vida, o que tornou a minha trajetória acadêmica ainda mais desafiadora. Sua capacidade de orientar com delicadeza e ao mesmo tempo firmeza foram base para a realização deste trabalho. Para a senhora, o meu muito obrigada!

Pela acolhida e oportunidade, agradeço a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UFMS), instituição que me proporcionou crescimento profissional, intelectual e pessoal, onde o aprendizado é constante. Destaco, a importância de instituições públicas de ensino superior, que seguem com a missão de garantir acesso à educação para todas as pessoas, alicerçada no compromisso da transformação social por meio da formação crítica e emancipadora. Que tenhamos sempre um governo comprometido com o investimento e valorização dessas instituições, em prol de uma universidade pública, gratuita e de qualidade para todos/as.

Aos Professoras e Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu-FAED), meus sinceros agradecimentos por cada ensinamento, suas contribuições foram fundamentais para o meu amadurecimento acadêmico, proporcionando bases teóricas e metodológicas que sustentaram o desenvolvimento da minha pesquisa e fortalecimento da minha formação científica. Levo comigo o exemplo de docentes comprometidos com a ciência.

Sou grata ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE), e a todas as pessoas que participam desse espaço acolhedor e comprometido com discussões enriquecedoras, onde o conhecimento é construído coletivamente. Constituinte-se como um espaço de formação, debate e troca de experiência, encontros que foram significativos para a minha formação acadêmica.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio concedido por meio da bolsa de estudos, apoio fundamental para a realização deste doutoramento. O investimento da CAPES na formação de pesquisadores reafirma a importância das políticas públicas de fomento à educação e à pesquisa, assegurando condições para o avanço do conhecimento e a valorização da ciência. Gratidão por ter recebido esse incentivo desde a graduação.

Aos meus pais, Mamãe Vita e Papai João (*in memoriam*), que embora não tiveram acesso à educação formal, sempre acreditaram no poder do estudo, que a educação é o caminho para um futuro melhor. São para mim fonte de inspiração, exemplo de força, trabalho e valores. Obrigada por tudo, e agora vocês têm uma filha Doutora!

“TheoMelLéo”, agradeço por estarem em minha vida, por serem minha maior inspiração, e a razão de cada esforço e conquista. Tudo o que faço também é por vocês, para garantir uma vida melhor e mostrar, pelo exemplo, que o conhecimento é um caminho de transformação, dignidade e liberdade.

Agradeço, com todo o meu amor, ao meu esposo, companheiro de vida, que tem minha “guarda” desde os 17 anos, pelo apoio incondicional, paciência e incentivo. Sua presença constante em todos os momentos da minha caminhada foram alicerce nos dias difíceis e minha inspiração para seguir em frente. Você é a minha rede de apoio, e sem você, sem dúvidas não teria conseguido concluir esta jornada. Essa conquista é para você! Agora temos uma árvore, três filhotes, um concurso e um fuzil, para zerar o *game* só nos resta casar em Las Vegas! Obrigada, meu Balão!

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza. *Gênero, sexualidade e surdez: perspectivas de estudantes do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES*. 154f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, . Campo Grande-MS, 2025.

RESUMO

A surdez e os surdos são entendidos a partir da diferença cultural. Nessa direção, é importante articular essa compreensão com discussões referentes a gênero e sexualidade na perspectiva cultural em educação e estudos surdos. O presente estudo tem como objetivo analisar as características de um conjunto de significações sobre gênero e sexualidade dos acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue na modalidade presencial do Instituto Nacional de Surdos – INES. Para isso, foi disponibilizado um instrumento de levantamento de dados caracterizado como um questionário *on-line* para todos os estudantes com vínculo acadêmico ativo. A amostra final de participantes foi composta por sete pessoas surdas, cujas respostas foram analisadas com o auxílio do *software* IRAMUTEQ 0.7.2.0 (Interface de R *pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*¹). A investigação é de cunho exploratório e se constitui com uma abordagem quali-quantitativa, ou pesquisa mista, com representatividade estatística no procedimento utilizado para análise dos resultados. Os resultados permitem inferir a precariedade nas informações sobre gênero e sexualidade em várias facetas dessa temática no ensino superior. Portanto, considera-se que não bastam iniciativas que regulamentam ações inclusivas e a entrada e permanência de estudantes surdos em escolas regulares ou no ensino superior se a qualidade da informação que chega a esses usuários ainda é questionável. Deste modo, é relevante observar a lacuna que se apresenta sobre as relações de gênero, sexualidade e os sujeitos surdos ainda no ensino superior. É necessária a continuidade e aprofundamento das pesquisas nesse campo pouco explorado na perspectiva da pessoa surda, com o intuito de instigar e, quiçá, transformar olhares e ações acerca desse assunto no âmbito acadêmico, bem como contribuir na formação da subjetividade dos sujeitos surdos, considerando os elementos culturais e sociais que constituem a surdez, o gênero e a sexualidade, e a partir da língua de sinais garantir o acesso à informação de qualidade.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Surdez. Ensino Superior.

¹ Interface de R para Análises Multidimensionais de Textos e Questionários

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza. *Gender, sexuality and deafness: perspectives of students at the National Institute of Education for the Deaf – INES*. 154f. Thesis (Doctorate in Education) – Federal University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2025.

ABSTRACT

Deafness and deaf people are understood based on cultural differences, it is important to articulate this understanding with discussion regarding gender and sexuality from a cultural perspective in education and deaf studies. The present study aims to analyze the characteristics of a set of meanings about gender and sexuality of deaf academics who use Libras from the Bilingual Pedagogy Course in the face-to-face modality of the National Institute of the Deaf – INES. To this end, a data collection instrument characterized as an online questionnaire was made available to all students with an active independent contract. The final sample of participants was made up of seven deaf people, whose answers were verified with the help of the IRAMUTEQ 0.7.2.0 software (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). The investigation is exploratory in nature and consists of a qualitative-quantitative approach, or mixed research, with statistical representation in the procedure used to analyze the results. The results allow us to undermine the precariousness of information about gender and sexuality in various facets of this topic in higher education. Therefore, it should be considered that initiatives that regulate inclusive actions and the entry and permanence of deaf students in regular schools or higher education are not enough if the quality of the information that reaches these users is still questionable. Therefore, it is important to observe the gap that exists regarding gender relations, sexuality and deaf issues in higher education. It is necessary to continue and deepen research in this little-explored field from the perspective of deaf people, with the purpose of instigating and, perhaps, transforming perspectives and actions on this subject in the academic sphere, as well as contributing to the formation of the subjectivity of deaf subjects, considering the cultural and social elements that represent deafness, gender and sexuality, and using sign language, they guarantee access to quality information.

Keywords: Gender. Sexuality. Deafness. University education.

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza. *Género, sexualidad y sordera: perspectivas de estudiantes del Instituto Nacional de Educación para Sordos – INES*. 54f. Tesis (Doctorado en Educación) – Universidad Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2025.

RESUMEN

La sordera y las personas sordas se comprenden desde una perspectiva cultural. Es importante articular esta comprensión con las discusiones sobre género y sexualidad desde una perspectiva cultural en la educación y los estudios sobre la sordera. Este estudio busca analizar las características de un conjunto de significados sobre género y sexualidad de académicos sordos que utilizan Libras en el Curso de Pedagogía Bilingüe presencial del Instituto Nacional para Sordos (INES). Para este fin, se puso a disposición de todos los estudiantes con vínculos académicos activos un instrumento de recolección de datos caracterizado como un cuestionario en línea. La muestra final de participantes estuvo compuesta por siete personas sordas, cuyas respuestas fueron analizadas con la ayuda del software IRAMUTEQ 0.7.2.0 (Interfaz de R para los Análisis Multidimensionales de Textos y Cuestionarios). La investigación es de naturaleza exploratoria y consiste en un enfoque cualitativo-cuantitativo, o investigación mixta, con representatividad estadística en el procedimiento utilizado para analizar los resultados. La tesis defendida es que: Los resultados permiten inferir la precariedad de la información sobre género y sexualidad en varias facetas de esta temática en la educación superior. Por lo tanto, se considera que las iniciativas que regulan las acciones inclusivas y el ingreso y la permanencia de estudiantes sordos en escuelas regulares o en la educación superior no son suficientes si la calidad de la información que llega a estos usuarios aún es cuestionable. Por lo tanto, es importante destacar la brecha existente en cuanto a las relaciones de género, la sexualidad y las personas sordas en la educación superior. Es necesario continuar y profundizar la investigación en este campo, poco explorado desde la perspectiva de las personas sordas, con el objetivo de impulsar y, posiblemente, transformar las perspectivas y acciones sobre este tema en el ámbito académico, así como contribuir a la formación de la subjetividad de las personas sordas, considerando los elementos culturales y sociales que constituyen la sordera, el género y la sexualidad, y, a través de la lengua de señas, garantizar el acceso a información de calidad.

Palabras clave: Género. Sexualidad. Sordera. Educación superior.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Instituto Nacional Surdos-Mudos	47
Figura 2 - Instituto Nacional Educação de Surdos – INES.	47
Figura 3 - Entrada do Instituto Nacional Educação De Surdos – INES	48
Figura 4 - <i>QRCode</i> para acessar o TCLE	67
Figura 5 - <i>QRCode</i> para acessar o questionário on-line na íntegra	74
Figura 6 - Diagrama de estatística descritiva	75
Figura 7 - Dendograma das classes	77
Figura 8 - Análise fatorial de correspondência (AFC) das classes obtidas na classificação hierárquica descendente	78
Figura 9 - Análise de Similitude entre as palavras	80
Figura 10 - Nuvem de palavras	81
Figura 11 - <i>QRCode</i> para acessar a questão sobre gênero e sexualidade	83
Figura 12 - <i>QRCode</i> para acessar a questão sobre namoro	84
Figura 13 - <i>QRCode</i> sobre jovens conversando no sofá	87
Figura 14 - <i>QRCode</i> sobre jovens conversando na biblioteca	88
Figura 15 - <i>QRCode</i> sobre relacionamento afetivo	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação das pesquisas.	50
Quadro 2 - Características da pesquisa	52
Quadro 3 - Participantes da pesquisa	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

AFC - Análise Fatorial de Correspondência

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEADA - Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CHD - Classificação Hierárquica Descendente

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

COPET - Coordenação de Projetos Educacionais e Tecnológicos

DI - Deficiência Intelectual

DDHCT - Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico

DIESP - Divisão de Estudos e Pesquisas

DST - doenças sexualmente transmissíveis

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivo

GLS - gays, lésbicas e simpatizantes

IISM - Imperial Instituto de Surdos-Mudos

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

INSM - Instituto Nacional de Surdos-Mudos

ISM - Instituto de Surdos-Mudos

Iramuteq - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

L1 - Primeira Língua

L2 - Segunda Língua

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexual, Transsexual, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binárias e mais

Libras - Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação

OMS - Organização Mundial da Saúde

PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - Plano Nacional de Educação

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEMESP - Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação

SciELO - *Scientific Electronic Library On-line*

ST - Segmentos de Texto

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TILS - Tradutor e Intérprete de Língua de sinais

TILSP - Tradutor e Intérprete da Língua de sinais/português

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UTF - Codificação-Unicode

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	15
1. UM PANORAMA ACERCA DA SEXUALIDADE	18
1.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A SEXUALIDADE: ENTRE PRECONCEITOS, MITOS E AUTENTICIDADE	18
1.2 GÊNERO, SEXUALIDADE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SUJEITO	22
1.3 A SEXUALIDADE E O GÊNERO NO CURRÍCULO DA ESCOLA	26
2. O SUJEITO SURDO: O ENREDO DAS DIFERENÇAS E A INCLUSÃO NA SOCIEDADE	30
2.1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SUJEITO SURDO	30
2.2 CULTURA E IDENTIDADE SURDA: INTERFACES NO CONTEXTO ESCOLAR	34
2.3 POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS PARA PESSOAS SURDAS	39
2.4 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS COMO PRIMEIRA LÍNGUA (L1) PARA PESSOAS SURDAS: SOCIALIZAÇÃO, INCLUSÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO	42
2.5 ESCOLA PARA SURDOS: PERCURSO HISTÓRICO DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	45
3. O SUJEITO SURDO: APROXIMAÇÕES/DISTANCIAMENTOS COM A SEXUALIDADE	49
3.1 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE E SURDEZ	49
3.2 O INSTIGANTE PROCESSO DA SEXUALIDADE NA SURDEZ	53
3.3 GÊNERO E SEXUALIDADE: UM OLHAR PARA A HOMOSSEXUALIDADE E LESBIANIDADE DAS PESSOAS SURDAS	56
4. PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO	62
4.1 NATUREZA DA PESQUISA	62
4.2 O lócus da pesquisa: caracterização da escola	64
4.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO PARA O LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	66
4.4 OS SUJEITOS DA PESQUISA: PERFIL DOS ALUNOS SURDOS	70
5. NARRATIVAS DOS ESTUDANTES SURDOS SOBRE A SEXUALIDADE	73
5.1 GÊNERO, SEXUALIDADE E AS RELAÇÕES AFETIVAS EM QUESTÃO	82
5.2 A HOMOSSEXUALIDADE E A LESBIANIDADE NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SURDOS	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	115

APRESENTAÇÃO

Originária da pequena Vila Amandina, carregando comigo a marca de um contexto modesto, que foi fundamental para a formação dos meus valores, local onde construir as bases que sustentaram o meu olhar sobre a educação e a vida, germinando assim as primeiras sementes de sonhos e curiosidade pelo conhecimento.

Toda a minha formação na educação básica ocorreu em uma única instituição, a Escola Estadual Joaquim Gonçalves Ledo. Nesse espaço, vivi experiências que ultrapassaram os limites do conteúdo formal e se transformam em lições de vida. Foi ali que compreendi o poder da escola pública como espaço de encontro, diversidade e transformação, e onde nasceram as primeiras inspirações que, anos mais tarde, me conduziram ao caminho da pesquisa e da docência.

Durante a adolescência, almejava o sonho de me tornar uma grande médica, motivada pelo desejo de cuidar e transformar vidas. No entanto, meus pais de origem simples não possuíam condições financeiras para custear um curso de medicina, tampouco conhecimento sobre as possibilidades oferecidas pelas universidades públicas. Esse contexto, embora limitador em alguns aspectos, despertou em mim a consciência sobre a desigualdade de acesso à educação e o poder que o conhecimento tem em romper barreiras sociais.

Nessa circunstância optei por cursar enfermagem, por manter uma estreita relação com a medicina e compartilhar do mesmo propósito. No decorrer do curso, me casei e me mudei para a cidade de Dourados, o que representou uma nova etapa da minha vida, marcada por mudanças significativas e novos caminhos de aprendizados, tanto pessoais quanto profissionais. Por estar residindo em uma cidade maior, eram oferecidas diversas oportunidades de trabalho na área hospitalar, com isso, assim que me formei tive a oportunidade de atuar como instrumentadora cirúrgica.

Após um ano de experiência intensa dentro de vários hospitais da cidade, especialmente acompanhando inúmeros casos de amputações, percebi o quanto aquela rotina exigia um preparo emocional para o qual eu ainda não estava preparada. Essa vivência foi essencial para reconhecer meus próprios limites e repensar meus caminhos profissionais.

Foi então que iniciei a procura por um novo curso. Em meio às minhas pesquisas, encontrei o vestibular para o curso de Letras Libras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com as inscrições abertas e decidi me inscrever. Obtive um resultado positivo, fui aprovada! Logo nos primeiros meses, me apaixonei pela formação e tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID),

experiência que me fez perceber que realmente havia encontrado o caminho profissional que desejava seguir. Já no primeiro ano de graduação, vivenciar momentos na escola com os alunos surdos, ampliou minha compreensão sobre a importância da inclusão e respeito a diversidade linguística e cultural da comunidade surda.

Com o anseio de seguir carreira na área da educação, no fim do quarto semestre participei do processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu – UFGD, no curso de Mestrado em Educação na linha de Educação e Diversidade, com o pré-projeto “Parâmetros curriculares nacionais na sala de recurso multifuncional: Tema transversal saúde para alunos surdos”, uma proposta que articula minha formação de origem à nova área de estudos, unindo saberes da saúde e da educação inclusiva.

Fui aprovada no processo seletivo e realizei simultaneamente o mestrado e a graduação, conciliando as duas formações com dedicação e empenho. Fui contemplada com uma bolsa de estudos, o que me proporcionou condições de me dedicar integralmente à pesquisa e ao aprofundamento teórico, nesse momento me “aposentei” da enfermagem. No entanto, durante o curso, vivenciei um momento bastante delicado, minha orientadora deixou o programa, fiquei “órfã” no segundo semestre, período que o programa exigia o projeto final da pesquisa. Precisei reformular minha temática de pesquisa. Essa mudança inesperada foi um processo muito doloroso e desafiador, marcado por incertezas e por um intenso esforço para a adaptação.

Ademais, enfrentei um desafio pessoal significativo, o nascimento prematuro do meu primogênito, que precisou permanecer internado na UTI. Foi um período de grande fragilidade e intensa luta, tanto pessoal quanto acadêmica. Apesar das adversidades, consegui concluir o mestrado com êxito, fortalecida pela experiência e pelo aprendizado que cada obstáculo proporcionou.

Um ano após concluir o mestrado, vivi outro momento marcante, o nascimento da minha segunda filha. No mesmo ano, fui aprovada no processo seletivo para o curso de Doutorado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em Vila Real, Portugal. A notícia me emocionou profundamente, pois representava a concretização de um sonho, o de me tornar doutora. Realizei minha matrícula, mas, no momento de partir, não tive coragem de deixar minha família. A decisão de permanecer foi extremamente angustiante, e por um tempo me senti frustrada por não conseguir seguir adiante com esse projeto.

Contudo, acredito que as boas energias e os espíritos do bem conspiraram a meu favor. Com a mudança para a cidade de Corumbá, em razão de compromissos profissionais, novas oportunidades surgiram. Nesta ocasião conheci uma pessoa especial na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) campus Corumbá, a professora Josiane. Ao perceber que sua

linha de pesquisa estava voltada para a temática da sexualidade, vislumbrei a possibilidade de retomar, sob nova perspectiva, o eixo central do meu projeto de mestrado.

Para fortalecer esse novo caminho, cursei uma disciplina como aluna especial e percebi o quanto poderíamos desenvolver um trabalho frutífero e consistente juntas. Dessa aproximação surgiu uma nova perspectiva de estudo, centrada na temática da sexualidade e surdez.

A partir da participação como aluna especial, realizei uma revisão do estado do conhecimento a fim de identificar as produções existentes na área. Ao concluir essa análise, percebi que os estudos científicos voltados à temática da sexualidade da pessoa surda eram escassos e, em muitos casos, abordados de maneira periférica ou fragmentada.

Essa constatação reforçou minha motivação para investir nesse campo de pesquisa, com o propósito de contribuir para o avanço do conhecimento e para a construção de uma abordagem mais inclusiva, que considere as especificidades linguísticas, culturais e identitárias da comunidade surda.

Desde então surgiu o desejo de retomar a trajetória acadêmica em nível de doutorado. Com base nas discussões desenvolvidas durante a disciplina e nas lacunas identificadas na revisão do estado do conhecimento, delineei um projeto voltado à temática da sexualidade das pessoas surdas, reconhecendo a relevância social e científica dessa articulação.

Assim, elaborei a proposta de pesquisa e participei do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS – Campo Grande. Ser aprovada representou não apenas a realização de um sonho interrompido anos antes, mas também a possibilidade de dar continuidade ao meu propósito de vida acadêmica, o de contribuir para a construção de saberes comprometidos com a inclusão, a diversidade e a dignidade das pessoas surdas.

Cada experiência que vivi, os desafios, as pausas, as retomadas e os encontros, contribuíram para a construção de uma pesquisadora mais madura, sensível e comprometida com a transformação social por meio da educação. E a partir desse percurso, de vida e de formação, que apresento minha pesquisa de doutorado, fruto de inquietações, aprendizados e do anseio de compreender e valorizar as múltiplas dimensões da sexualidade das pessoas surdas.

INTRODUÇÃO

Essa tese propõe discutir a temática que envolve gênero, sexualidade e surdez à luz de teorias científicas, articulando-se com dados empíricos coletados de pessoas surdas que estão imersas na comunidade acadêmica em nível de graduação. Ao propor essa investigação, a tese se aproximou de estudos com diversas abordagens, mas se concentra nas culturais e sociais que problematizam as questões de gênero e sexualidade considerando as diferenças e subjetividades das pessoas.

Configura-se um problema de pesquisa: Como se constituem as significações sobre gênero e sexualidade dos acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES? Será que o surdo que frequenta curso de formação em nível superior em uma instituição que é reconhecida pelo MEC como centro de referência nacional na área da surdez compreende as relações de gênero e sexualidade no âmbito social e educacional?

Este estudo se constitui com uma abordagem quali-quantitativa, ou pesquisa mista, com representatividade estatística no procedimento utilizado para análise dos resultados. O objetivo geral deste estudo se concentra em realizar análises sobre as características de um conjunto de significações sobre gênero e sexualidade dos acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue na modalidade presencial do Instituto Nacional de Surdos (INES), desta forma, os objetivos específicos são: Verificar como alunos surdos compreendem a sua sexualidade e analisar as narrativas desses estudantes quanto às suas experiências afetivo-sexuais

A hipótese levantada é que apesar de políticas públicas demonstrarem avanços legais na área da surdez, tais como o reconhecimento da Libras como marco legal de comunicação e a exigência da educação bilíngue como modalidade de ensino independente, ainda existem surdos que vivem com dificuldades cotidianas de comunicação e estigmatização, especialmente privados do conhecimento referente a gênero e sexualidade, seja por mitos ou tabus da temática ou dificuldade pela situação de exclusão.

O estudo justifica-se e se faz necessário, pois, em estudos que realizamos por meio de revisão do estado da arte identificamos uma escassez de produções científicas relacionadas com a temática que envolve gênero, sexualidade e surdez. Neste caso, quando se trata de pessoas surdas usuárias de Libras, as discussões podem ficar ainda mais isoladas dessa comunidade.

A pesquisa tem como objeto de investigação as significações de gênero e sexualidade dos acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES. Seguiu-se uma linha teórica de cunho bibliográfico exploratório articulado a partir dos Estudos Surdos,

Estudos Culturais e Estudos de Gênero, por meio de autores(as) que discutem as temáticas, especialmente: Louro, (1997, 2000; 2011), Maia (2005, 2008), Perlin (204, 2008) Snoek (1981), Gonçalves (2021), Lacerda (1998, 2009), Quadros (1997, 2004, 2005), Strobel (2015), Gesser (2012) entre outras/os que podem contribuir com a discussão sobre gênero e sexualidade na interface da surdez com diferentes narrativas, sobre significações, os mitos, as crenças e as diferentes formas de narrar os sujeitos, problematizando as questões que envolvem a temática abordada.

O percurso teórico metodológico é caracterizado por uma abordagem mista, caracterizada por uma metodologia qualitativa, mas também, tem uma natureza quantitativa. O lócus da pesquisa é o INES, um centro que é considerada uma referência enquanto instituição de educação de surdos no Brasil e no exterior, recebe alunos de todo o Brasil e de outros países, se legitimou como um modelo para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos e, está localizado no Rio de Janeiro-RJ.

Todos os cuidados éticos fundamentais foram tomados para início do levantamento dos dados, inclusive, o protocolo de pesquisa foi analisado e aprovado no Sistema de Comitês de Ética em Pesquisa, formado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. O instrumento de coleta de dados foi um questionário on-line integralmente traduzido em Libras composto por questões abertas e fechadas. A versão final foi constituída com auxílio de uma ferramenta para a criação de formulários “on-line” do *Google Forms* e integrada com as traduções para os sujeitos por meio de uma plataforma de compartilhamento de vídeos (*YouTube*).

As respostas dos questionários foram analisadas com o auxílio do *software* Iramuteq 0.7.2.0 (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), permitindo diferentes formas de análises estatísticas sobre *corpus* textuais e dos acadêmicos por palavras. Os sujeitos que compõem a pesquisa são sete estudantes com vínculo acadêmico ativo e usuário de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES na modalidade presencial.

A tese está estruturada em cinco seções, a primeira faz um panorama geral da pesquisa acerca do gênero, sexualidade e surdez apresentando um breve histórico da sexualidade e suas relações com o gênero, cercados por preconceito, mitos e autenticidades. Debate as questões de identidade do sujeito nas interfaces das discussões que envolvem gênero e sexualidade, discutindo também como o currículo da escola trata essa temática.

A segunda seção tematiza a (ex)inclusão do sujeito na sociedade diante de um palco com um enredo de diferenças, para isso conta um pouco da história da surdez no Brasil e no mundo, destacando elementos da cultura e identidade surda e suas relações com o contexto escolar. Para esse fim, reforça a importância do Ensino de Libras como primeira língua (L1)

para pessoas surdas conquistarem a socialização, inclusão e acesso à informação, nessa direção, essa seção se encerra com a descrição do percurso histórico do INES.

A terceira seção é constituída por debates polêmicos acerca de mitos e tabus que podem dificultar as formas como as informações sobre gênero e sexualidade na surdez podem ser disseminadas na sociedade. Para tal, é organizada uma análise da produção de conhecimento acerca da temática que envolve gênero, sexualidade e surdez. A seção é finalizada com a descrição do instigante processo da sexualidade na surdez e uma teorização sobre gênero e sexualidade com um olhar direcionado para a homossexualidade e lesbianidade das pessoas surdas.

Sustentada na base teórica apresentada nas três primeiras seções, a quarta seção descreve os percursos teórico-metodológicos da investigação, apresentando o tipo de pesquisa, caracteriza o *locus* da pesquisa com base em dados históricos e o atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia Bilíngue do INES (2023). Por conseguinte, define e explica detalhadamente o funcionamento do instrumento e procedimento para o levantamento e análise de dados e finaliza a seção descrevendo o perfil de cada sujeito da pesquisa de forma individual.

A quinta e última, inicia com uma apresentação dos dados coletados dos questionários processados com o *software*, com uma posterior análise das narrativas dos estudantes surdos sobre gênero e sexualidade com enfoque nas relações afetivas. Para finalizar esta seção, ainda são discutidas e analisadas mais duas subseções. Uma aborda a homossexualidade e a lesbianidade na percepção dos acadêmicos e, a última sobre os diálogos e fontes de informações sobre gênero, sexualidade e métodos contraceptivos que os surdos conhecem.

Antemão, a tese que se defende é de que as pessoas surdas indicam não ter conhecimento significativo sobre gênero e sexualidade, questões essas que ainda estão sendo negligenciadas para essa população, ou seja, ainda está sendo tratada de forma arcaica, como um assunto privado, com bordas tradicionalistas e sem qualquer relação com as dimensões sociais e culturais da sociedade.

1. UM PANORAMA ACERCA DA SEXUALIDADE

Esta seção visa preencher um espaço importante na pesquisa em geral, no primeiro tópico serão tecidas contribuições de diversas investigações acerca da história da sexualidade. Na segunda subseção, tomada em grande parte por uma perspectiva social considera a construção da identidade do sujeito entre a natureza e a cultura e reconhece a sexualidade nesta constituição. Esta discussão inicial fomenta a terceira seção em diferentes conjunturas sociais, mais especificamente no currículo escolar.

1.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A SEXUALIDADE: ENTRE PRECONCEITOS, MITOS E AUTENTICIDADE

Inicialmente, aqui a História é definida como ciência humana e não como ciência dos fatos históricos, seguindo os pensamentos de (Febvre, 1978) que concebe a história como interpretação e não como explicação, ou seja, historiar nessa temática é problematizar. Destarte, a sexualidade é compreendida.

A sexualidade é interpretada como uma expressão da individualidade humana que se apresenta de diferentes formas, em diferentes enredos sociais, econômicos, culturais e políticos, tais contextos influenciam a maneira como a sexualidade é compreendida em cada camada da sociedade (Dantas, 2017).

Portanto, “a sexualidade envolve um processo contínuo, e não linear, de aprendizado e reflexão por meio do qual, entre outras coisas, elaboramos a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas” (Barreto; Araújo; Pereira, 2009, p. 115, grifo da autora) ainda, considera as relações sociais e culturais específicas de cada grupo, desta maneira, as expressões da sexualidade se manifestam de forma tão diversa.

Vale recordar que a diversidade cultural humana caminha de forma conjunta com a própria história da humanidade, ou seja, é uma característica constitutiva das sociedades apresentarem elementos diferenciadores, mesmo quando se percebe o encontro de grupos étnicos com categorias de pessoas que se identificam mutuamente, em seu interior aparecem diferenças e tensões significativas que, muitas vezes marcam limites entre os grupos sociais.

Nesse enredo de diferenças, a sexualidade e o gênero estão intimamente imbricados no contexto social e histórico das sociedades ocidentais, conseqüentemente necessitam de um

tratamento com abordagem conjunta, ou seja, de forma transversal. Contudo, nomeadamente este capítulo tratará a sexualidade com uma perspectiva não-essencialista em relação às diferenças, sobretudo em torno dos séculos XIX e XX, período marcado pela restrição do acesso à cidadania de mulheres e homossexuais nesse tocante.

Lembremos, por exemplo, que até o início do século XX uma das justificativas para a não extensão às mulheres do direito ao voto baseava-se na ideia de que elas possuíam um cérebro menor e menos desenvolvido que o dos homens. Este imperativo de encontrar no corpo as razões de tais diferenças, ou seja, de essencializá-las ou neutralizá-las, explica-se pela preponderância formal dos princípios políticos do Iluminismo, muito especialmente do princípio da igualdade. Depois da Revolução Francesa, nas democracias liberais modernas, apenas desigualdades naturais, inscritas nos corpos, podiam justificar o não acesso pleno à cidadania (Barreto, et al., 2009, p. 113).

Todavia, no final da década de 1980, impulsionadas pelas discussões com enfoque na teoria feminista que as reflexões teóricas começaram a pensar uma proposta analítica sobre a origem das diferenças entre homens e mulheres e seus desdobramentos na sociedade (Motta, 2020). Até mesmo Saffioti (2015) afirma que o patriarcado² caracteriza-se por um regime de opressão e exploração das mulheres pelos homens.

Nesse sistema social, os homens mantêm um poder primário e predominam em funções diversas, tais como: liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. No domínio da família, o pai mantém a autoridade sobre as crianças e mulheres. Deste modo, percebe-se que o patriarcado origina padrões de feminilidade, mas também de masculinidade.

Nessa conjuntura, tanto mulheres quanto homens são influenciados por esse sistema em relação a sexualidade e a liberdade individual de sentir, pensar e agir. Ao instituir esse tipo de sistema, os sujeitos são tensionados a seguir um determinado modelo que, necessariamente, é heterossexual. Em face do exposto, compreende-se que qualquer tipo de repressão à sexualidade não se limita às mulheres, mas também condicionam a sexualidade masculina, limitando-se às vivências na heterossexualidade.

Sabe-se que sexualidade se manifesta como um fenômeno complexo e é objeto de investigação de diferentes campos do conhecimento como psicologia, antropologia, sociologia, biologia, fisiologia e a própria história. Então, é preciso assumir que o conceito de sexualidade

² Patriarcado é um sistema que pode ser definido enquanto um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, portanto, o sistema masculino de opressão das mulheres” (Hartmann apud Safiotti, 2004, p. 232).

pode possuir pressupostos distintos em alguma faceta, sendo evidente em diferentes bases epistemológicas.

Apesar de aproximações e distanciamentos da episteme do conceito de sexualidade, nessa pesquisa o conceito de sexo e sexualidade não são tratados como sinônimos. Ou seja, a palavra sexo é utilizada apenas para distinguir a mulher do homem com base num referencial fisiológico, com relação imediata a anatomia e órgãos sexuais dos corpos. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006), o sexo define as características biológicas dos seres humanos como macho ou fêmea.

A palavra sexo tem origem no século XII com origem latina, *secare* significa: corte, secção ou divisão. O mito do andrógino presente no Banquete de Platão fortalece exatamente a ideia de que o homem e a mulher formavam uma totalidade originária, mas foram separados ao meio por Zeus³ (Snoek, 1981).

No século XVIII, o sexo foi compreendido como expressão única, tanto para o homem quanto para a mulher. Cláudio Galeno, um famoso médico e filósofo grego, diz que ao se investigar o corpo feminino não se encontraria uma única parte masculina que não tivesse simplesmente mudado de posição. Em vez de serem divididos por suas anatomias reprodutivas, os sexos eram ligados por um sexo comum. (Laqueur, 2001, p. 42)

Estudos constataam que o conceito de sexualidade surgiu apenas no século XIX, ainda restrito para representar as significações do que é sexual, mas, mesmo assim, ampliando a ideia de sexo (Snoek, 1981, Bozon, 2004; Feitosa 2005). Nos dias atuais abrangemos o entendimento sobre o conceito de sexualidade para além dos atos sexuais ou métodos exclusivos de reprodução por meio dos órgãos genitais.

Nesta direção, a sexualidade faz parte da constituição do sujeito desde o início da vida e, reduzir a sexualidade ao fenômeno biológico é desconsiderar que a produção de conhecimento não é neutra, mas marcada por desigualdades (Rotondano, 2023). Estudos recentes correlacionam a sexualidade de forma positiva e com diferentes magnitudes com todas

³ Depois de uma laboriosa reflexão, diz Zeus: "Acho que tenho um meio de fazer com que os homens possam existir, mas parem com a intemperança, tornados mais fracos. Agora com efeito, continuou, eu os cortarei a cada um em dois, e ao mesmo tempo eles serão mais fracos e também mais úteis para nós, pelo fato de se terem tornado mais numerosos; e andarão eretos, sobre duas pernas. Se ainda pensarem em arrogância e não quiserem acomodar-se, de novo, disse ele, eu os cortarei em dois, e assim sobre uma só perna eles andarão saltitando." [...] Por conseguinte, desde que a nossa natureza se mutilou em duas, ansiava cada um por sua própria metade e a ela se unia, e envolvendo-se com as mãos e enlaçando-se um ao outro, no ardor de se confundirem, morriam de fome e de inércia em geral, por nada quererem fazer longe um do outro. E sempre que morria uma das metades e a outra ficava, a que ficava procurava outra e com ela se enlaçava, quer se encontrasse com a metade do todo que era mulher — o que agora chamamos mulher — quer com a de um homem; e assim iam-se destruindo (Pessanha, 1991, p. 59-60).

as facetas para a melhoria da qualidade de vida, a exemplo da ênfase dada para pessoas idosas (Souza Júnior et al., 2023a), inclusive, quando associada a função sexual, pode se tornar uma estratégia para agregar diversas melhorias aos anos adicionais de vida da população de mulheres idosas (Souza Júnior et al., 2023b).

Portanto, a sexualidade “carrega dentro de si a intencionalidade e a escolha, tornando-a uma dimensão humana, dialógica e cultural” (Nunes; Silva, 2000, p. 73). Deste modo, a sexualidade é vivenciada a partir das diversas experiências e relações interpessoais que as pessoas desenvolvem com base em dimensões íntimas, individuais ou coletivas. No discorrer deste assunto, Maia (2008) afirma que a sexualidade é

[...] um conceito abrangente, que inclui aspectos da genitalidade, mas não se resume a ela, isto é, diz respeito a sentimentos, emoções, prazeres, erotismo libidinal envolto nas relações interpessoais, que incluem ou não o relacionamento sexual entre indivíduos (Maia, 2008, p. 68-69).

Em vista disso, a sexualidade pode significar a aprendizagem de como viver diferentes sentimentos, comportamentos, se tornando uma dimensão sociocultural, com diferentes sentidos em cada época da história. Numa perspectiva psicossocial, a sexualidade pode exprimir vivências subjetivas de como cada pessoa significa suas experiências com destaque nas vivências construídas dentro de um contexto temporal e cultural.

De forma geral, a sexualidade sempre esteve no roteiro da vida do ser humano, em um período primitivo, especificamente no período paleolítico, Vicentino (1997) relata que os elementos femininos, maternos e procriadores na organização da sociedade primitiva recebem grande destaque neste momento, formando um modelo de organização matriarcal.

Foi no período neolítico que foram encontrados os primeiros registros de religião, juntamente com o início do desenvolvimento do poder patriarcal (já discutido anteriormente). Muitas atividades que eram realizadas pelas mulheres, passaram agora para o exercício masculino; os deuses se tornaram machos e as leis, assim como a organização religiosa, tornaram-se exclusivamente masculinas (Vicentino, 1997).

Dentro desse segmento histórico, com enfoque na religião na Idade Média, o cristianismo exerceu grande influência sobre as maneiras que a sexualidade foi vivenciada ao passar dos séculos, especialmente com os fundamentos da tradição bíblica hebraica. Assim, Stearns (2010) descreve que o homem tornou-se o núcleo das relações autoritárias, com predomínio nas relações de domínio e poder com a criação de exércitos e submetendo a mulher ao seu controle.

Neste período, a religião se caracterizou como um instrumento de repressão de qualquer manifestação sexual e o sexo foi considerado pecado e deveria ser confessado (Snoek, 1981). Consequentemente, este momento histórico se qualificou por uma evidência de elementos negativos sobre a sexualidade, com a negação e repressão do corpo e intensificação da ideia da vergonha e do pecado.

Apenas ao final do século XIX é que a sexualidade começou a ser debatida de maneira mais livre. Para Figueiró (2001), o pensamento liberal nos Estados Unidos e na Europa corroborou para influenciar o processo de racionalização da sexualidade, bem como para o desenvolvimento de pesquisas, superando superstições e mitos com relação ao sexo, especialmente sobre masturbação, virgindade, aborto e outras práticas sexuais, com isso, o discurso médico ganha espaço diante do religioso.

A luz dessas discussões, entende-se que historicamente o corpo e a sexualidade foram fortemente marcados pelo determinismo biológico. Por isso, o conhecimento histórico e das vivências sociais, culturais, psicológicas e biológicas dos diferentes povos e culturas sobre o sexo e a sexualidade possibilita uma melhor identificação dos diversos sentidos e significados que essa temática recebeu pela humanidade e como influenciou a constituição das identidades dos sujeitos.

1.2 GÊNERO, SEXUALIDADE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SUJEITO

Diversos pesquisadores das ciências sociais pensam a identidade de forma fluida e descentralizada, com destaque em Stuart Hall, em suas reflexões na obra “A identidade cultural da pós-modernidade”, com referências ao sujeito pós-moderno e sua identidade fragmentada. Nesta circunstância, entende-se que, assim como os contextos sociais e a cultura, o gênero e a sexualidade interferem e influenciam diretamente a construção das identidades do sujeito.

Na percepção de Hall (2005, p. 13), “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”, desta forma, percebe-se que a identidade e subjetividade dos sujeitos são fluidas e modificadas continuamente devido às diferentes dimensões da sociedade. No contexto do gênero e da sexualidade, nos leva a pensar numa identidade estranha, talvez numa identidade *queer*.

Queer é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina. (Louro, 2004, p. 7-8).

Nomeadamente, os estudos de gênero são consequências de lutas a partir dos anos de 1960, o que constitui um período de muitos questionamentos sobre a sexualidade e as identidades subjetivas de homens e mulheres. Diversas determinações naturais dos comportamentos da dicotomia entre as mulheres e homens exemplificadas por chavões sociais: “boneca é brinquedo de menina”, “homem não sabe limpar casa”.

O debate acerca das identidades de gênero e de sexualidade representa a construção de personagens importantes na literatura científica. Abud Filho (2021) questiona as teorias que envolvem a sexualidade ao ressaltar a complexidade da natureza da diversidade humana, sobretudo como algumas identidades eram representadas na ficção durante a passagem do século XIX para o século XX. Nesse sentido, Hall (2005, p. 13) argumenta que “[...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar”.

No ocidente, o conceito de gênero está conectado ao de sexualidade, o que promove muitos equívocos do senso comum, contudo:

Por “gênero”, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, e estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos (Scott, 2002, p. 15).

Assim, uma das maneiras de compreender os paradigmas que envolvem a sexualidade humana e as repercussões sociais deste fenômeno é pelos argumentos das teorias *queer*⁴, “que

⁴ Queer é uma palavra de origem inglesa que tem como tradução “estranho”. O termo, já foi utilizado de forma pejorativa referindo-se a pessoas com orientação sexual ou identidade de gênero diferente, veio a ser utilizado pelos movimentos sociais. Atualmente, passou a ser utilizada como um termo guarda-chuva para referir-se a toda

problematizam e apontam a normalidade da identidade sexual de gênero e de orientação sexual como sinônimos exclusivos de cisgenderidade ou de cisheterossexualidade” (Tilio; Haines, 2021, p. 2).

Gonçalves e Gonçalves (2021) declaram a importância da consciência dos atores sociais sobre si mesmos e com o reconhecimento ou identificação com outros gêneros, isso se manifesta de forma relevante para se discutir a identidade de gênero, devido ao fato dos corpos ganharem sentido socialmente.

Nesse sentido, a identidade de gênero é constituída no tempo, não se trata de algo fixo, mas sim algo construído em um processo contínuo de acordo com o âmbito social em que o indivíduo está inserido e “[...] em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos [não binário e/ou outras expressões da identidade de gênero], arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo” (Louro, 2012, p. 32).

A temática que envolve a tríade entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual ganhou espaço nas redes sociais nas últimas décadas e, com base em alguns rótulos, muitas opiniões baseadas no senso comum colaboram para criação de um cenário preconceituoso com base em máximas racistas, machistas, xenofóbicas, etc. O trabalho de Lima e Belo (2019) buscou realizar um debate crítico sobre o gênero e a sexualidade do sujeito entre Butler, Foucault e Laplanche, o que demonstrou a complexidade de se pensar na constituição do sujeito a partir das categorias centrais utilizadas por esses pensadores: o gênero, a sexualidade e o sexual.

Deste modo, é preponderante tratar de uma condição básica para algumas dimensões que envolvem a sexualidade do sujeito, destacando que o sexo se trata da condição biológica da pessoa; a identidade de gênero se trata de como a pessoa se identifica culturalmente; cisheterossexualidade podem ser considerados os gêneros mais clássicos, são pessoas que reconhecem e/ou expressam a sua identidade de gênero como decorrentes do sexo biológico de nascimento.

Notadamente, existem alguns grupos que representam a identidade de gênero, para além do determinismo biológico. Um deles, por exemplo são os transgêneros, ou seja, as pessoas trans, pessoas que se reconhecem com um gênero não correspondente ao padrão cultural referenciado pelo seu sexo biológico. Esse grupo possui duas caracterizações: as pessoas transexuais e as travestis. As travestis ficam na modificação física corporal, com uso de

a comunidade LGBTQIA +, ou como identidade para aqueles que não se sentem representados pelas letras do movimento (Mardell, 2017).

implantes, alteração visual com vestimentas, etc. (Silva, 2020). Transexuais são pessoas com suas identidades de gênero oposta e/ou divergentes em relação ao sexo biológico. Isto é, o sujeito é anatomicamente de um sexo e psicologicamente de outro, ou até mesmo não se identificar com nenhum, questionando, assim, tais estruturas classificatórias tradicionais, a exemplo das pessoas não binárias ou agêneras. No caso dos homens transexuais, se consideram do gênero masculino, contudo anatomicamente tem órgãos genitais femininos, o mesmo com as mulheres transexuais, elas se consideram como sendo do gênero feminino embora tenham nascido com órgãos genitais masculinos. Ainda na transexualidade existem indivíduos que seguem com alterações cirúrgicas para mudança de sexo, para que possam ter correspondência estética à sua identidade de gênero. Transexualidade, portanto, é diferente de homossexualidade, pois a identidade de gênero de homens e mulheres homossexuais corresponde ao seu sexo biológico. (Brasil, 2013).

Os andrógenos são pessoas que se identificam com um “misto” dos gêneros masculino e feminino. Suas roupas, cortes de cabelo, etc. são combinações dos dois gêneros. Também existe um grupo de pessoas que oscilam sua identificação, com períodos em que se identificam como feminino e outros como masculino, são chamados de gênero flutuante; diferente do não-binário que, são pessoas que não se identificam como masculino ou feminino, essas pessoas não se percebem como um gênero fora do padrão convencional.

No tocante a orientação sexual, o ponto de partida pode ser tratado a partir da atração sexual, ou seja, a pessoa heterossexual se sente atraída pela representação de gênero diferente da sua. Essa dimensão não se limita aos cisgêneros, assim dizendo, quando um homem trans (nascida fêmea) sente atração por outras mulheres, se caracteriza como hétero, pois, como dito, a atração é representada pelo gênero e não se limita ao sexo biológico. Já, a pessoa que se atrai pela representação de gênero igual à sua é identificada como homossexual, o mesmo se aplica ao exemplo anterior sobre as pessoas trans, em outras palavras, também é homossexual a mulher trans (macho de nascença) que sente atração por mulheres)

A pessoa bissexual é aquela que se sente atraída pelas duas representações tradicionais de gênero, homem e mulher. O grupo pansexual sente-se atraído por qualquer representação de gênero, fugindo dos limites de masculino ou feminino; distinto do assexual, um grupo de pessoas que são caracterizadas por não sentir atração sexual por outras pessoas. (Silva, 2020). Como um processo em construção, as identidades sexuais também estão envoltas nesse processo e, por isso, outras identificações são possíveis e evidenciadas no contexto social. Nos limitamos a explicitar as mais usualmente referenciadas, sem a intenção de normatizá-las como as únicas possíveis.

Portanto, ao debater gênero, sexualidade e as identidades nesse contexto é fundamental o respeito à individualidade do outro, sobretudo, quando ligados aos paradoxos da in(ex)clusão. Butler (2015) concebe os gêneros como engendrados no seio de relações de poder.

Pois, diante de diversos momentos históricos, algumas ações da modernidade explicitaram “[...] um regime sociopolítico em que o sexo existia como um atributo, uma atividade, uma dimensão da vida humana, e um regime mais recente em que o sexo foi estabelecido como uma identidade” (Butler, 2009, p. 91). E, assim com Hall (2005) analisa:

Butler apresenta, aqui, o convincente argumento de que todas as identidades funcionam por meio da exclusão, por meio da construção discursiva de um exterior constitutivo e da produção de sujeitos abjetos e marginalizados, aparentemente fora do campo simbólico, do representável, o qual retorna, então, para complicar e desestabilizar aquelas foraclusões⁵ que nós, prematuramente, chamamos de “identidades”. (Hall, 2009, p. 129).

Assim dizendo, o paradoxo da in/exclusão sobre e temática que envolve a tríade entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, sobretudo sobre discriminações negativas que envolvem a sexualidade do sujeito precisam ser abordadas de forma mais sistematizada na sociedade, especificamente no contexto escolar.

1.3 A SEXUALIDADE E O GÊNERO NO CURRÍCULO DA ESCOLA

A escola é um reflexo da sociedade, ou a sociedade é o reflexo da escola? A resposta para essa pergunta pode não ser tão óbvia quanto parece. A utopia de tornar a escola um espaço mais justo, igualitário, democrático entra em contradição com práticas segregacionistas, e enrijecidas por correntes tradicionalistas radicais e, por vezes, as práticas pedagógicas ao invés de serem libertadoras, aprisionam.

Então, a escola como parte integrante da sociedade deve ser um ambiente no qual as diversidades experimentem exercícios de socialização com diversos tipos de diferenças existentes nos sistemas sociais, entre elas, as relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, enfim, a sexualidade em suas mais diferentes facetas.

⁵ Butler (1993) define foraclusões como rejeição ou exclusão, para indicar mecanismos que regulam a instalação de normas heterossexuais.

Temáticas que envolvem o gênero e a sexualidade das pessoas ganharam muita repercussão e atenção especial no contexto da política e legislação brasileira, atingindo a conjuntura educacional e social em geral, inclusive na presença de forças tradicionais e conservadoras.

Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita "primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos", da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais. (Junqueira, 2018, 451).

Pode-se dizer que no contexto da escola, o gênero e a sexualidade podem se manifestar de diferentes maneiras, nas conjecturas acerca da adequação das famílias, dos papéis sociais de homens e mulheres na figura de alunos e alunas; nas leituras dos textos base, nas práticas pedagógicas do corpo docente; no grafite dos muros, em desenhos, pichações nos banheiros, paredes, carteiras; em olhares que se cruzam e buscam se identificar com roupas curtas, largas; insinuações maliciosas ou despretensiosas com as pernas, barriga; em cartinhas apaixonadas; ou brincadeiras que estigmatizam com piadas e apelidos.

Contudo, os temas como gênero e sexualidade passaram a ser alvo prioritário da disputa pública e política, especialmente por políticos de direita conservadores e por religiosos cristãos, desta forma, instituindo mobilizações para a retirada desses conteúdos dos currículos escolares (Corrêa; Tilio, 2023). Desta forma, desconsidera que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) asseguram o dever da educação escolar para diferentes grupos sociais com múltiplos valores.

O espaço para discussão sobre a sexualidade das pessoas na escola é limitado. Interessante ressaltar que cotidianamente a escola não está sendo um lugar neutro, mas um espaço de disputas com normas que historicamente repetem e reconstróem ambientes heteronormativos com preceitos tradicionalistas engessados.

Ainda assim, percebe-se avanços nos debates sobre as denominadas minorias sexuais, de gênero e de orientação sexual (Magrin et al., 2022; Wenzel; Stigger; Meyer, 2013). O tema na escola requer maior atenção devido a sua importância, sobretudo quando a família é despreparada para mediar discussões sobre a sexualidade. “Ainda se percebe tabu acerca da sexualidade, dificuldades que aparecem no ambiente escolar. Percebendo isso, muitas vezes os

jovens preferem recorrer à internet para sanar suas dúvidas, ao questionarem a autoridade do espaço escolar” (Magrin et al., 2022, p. 2).

É imprescindível que a comunidade e a escola construam um ambiente de discussão e compartilhamento de informações, contudo, esse canal de debate se torna eficiente com a presença de profissionais capazes de evidenciar um currículo aberto às necessidades atuais da sociedade e que anseiam por uma ampliação de diversos conhecimentos sobre os inúmeros desafios que circundam o campo educacional.

Além disso, torna-se essencial a intervenção da escola, tendo em vista a possibilidade de profissionalização, o que viabiliza o aprimoramento para práticas mais dialógicas e inclusivas para se conversar sobre sexualidade. Além disso, esse local preconiza formar jovens enquanto pessoas criativas, críticas, responsáveis e autônomas. Para tal, se faz necessário dialogar sobre temas relativos aos Direitos Humanos, especialmente com adolescentes, quando se considera que suas aprendizagens englobam aprimorar sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (Magrin et al., 2022, p. 3).

É preciso reexaminar a formação de professores e oportunizar a preparação e o estudo de conhecimentos e técnicas adequadas para se debater essa temática com alunos e alunas (Figueiró, 2009), pois todas as atividades de ensino e aprendizagem sobre gênero e sexualidade humana merecem manutenção contínua, seja em nível de conhecimentos gerais ou reflexão sobre normas, valores e sentimentos implícitos e explícitos com tantas informações no dia a dia.

Nota-se que esse debate percorre décadas passadas nas competências legislativas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de Nº 4.024/61 aponta indicativos conexos com a sexualidade quando traz no seu Art. 1º “o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem”, “o desenvolvimento integral da personalidade humana [...] a condenação a qualquer tratamento desigual” (Brasil, 1961, p. 1).

Este debate foi decisivo para o Ministério da Educação (MEC) incluir nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), publicados em 1997, a temática sobre o gênero e sexualidade como tema transversal sob o nome de Orientação Sexual; dividido em três eixos onde são discutidas questões sobre sexualidade, corpo, gravidez na adolescência, gênero e infecções sexualmente transmissíveis (IST), com ênfase para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

Entretanto, mesmo há quase três décadas de criação dos PCN's, ainda existem muitos desafios e debates a serem travados para o fortalecimento do currículo escolar que potencialize a defesa do direito da igualdade de gênero, orientação sexual, enfim, da sexualidade humana.

[...] a escola tem sido apontada como um importante espaço de intervenção sobre a sexualidade adolescente que, nos últimos anos, adquiriu uma dimensão de problema social. Mais do que um problema moral, ela é vista como um problema de saúde pública e a escola desponta como um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes. A intenção de introduzir esse assunto no âmbito escolar torna-se evidente pela inserção da orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) na forma de tema transversal (Altmann, 2003, p. 283).

Fica evidente a ideia da emancipação de uma escola enquanto um espaço para expressar a liberdade sexual sem qualquer tipo de preconceito e de forma saudável, ou seja, um objetivo fundamental da Constituição de 1988, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Finalmente, retoma-se a pergunta que conduziu à reflexão dessa seção da pesquisa: A escola é um reflexo da sociedade, ou a sociedade é o reflexo da escola? Pode ser um risco responder essa questão de forma aligeirada, mas a escola deve ser um espaço de intervenção, com a vistas a oportunizar experiências fundamentais para emancipação humana dos alunos e alunas com a transmissão de conhecimentos de forma verdadeira, livre de preconceitos e discriminação.

As discussões que envolvem a sexualidade precisam dar sentido ao crescimento global do indivíduo, tanto intelectual, físico, afetivo-emocional e sexual propriamente dito (Beraldo, 2003).

Destarte, a próxima seção se desdobra com as (des)construções sobre vertentes abusivas que envolveram o gênero e sexualidade do sujeito surdo e, que podem configurar um novo espaço reflexivo com um repertório que enriquece a promoção de situações de inclusão, igualdade e respeito às diferenças por questões relativas a gênero e sexualidade. Portanto, sim, a escola pode influenciar a sociedade de maneira positiva.

2. O SUJEITO SURDO: O ENREDO DAS DIFERENÇAS E A INCLUSÃO NA SOCIEDADE

Esta seção versa a respeito das temáticas que envolvem a inclusão do sujeito surdo na sociedade. é sabido que as lutas direcionadas para a Educação Especial no Brasil se manifestam tardiamente se comparadas a outras partes do mundo, no contexto da educação das pessoas surdas não foi diferente. Portanto, esta seção está dividida em cinco tópicos.

O primeiro destacar, de forma geral, a história do sujeito surdo elencando como algumas tradições e costumes tiveram papel essencial para a in/exclusão dessa comunidade. A segunda subseção ilustra discussões acerca da constituição da identidade e cultura do sujeito surdo com interfaces no contexto escolar. Face ao exposto, são arquitetadas reflexões que envolvem as políticas linguísticas para as pessoas surdas na terceira subseção.

Já a quarta subseção, retrata a importância da comunicação através da Libras, em especial sobre o ensino de Libras como primeira língua (L1) para pessoas surdas com destaque para a socialização, inclusão e acesso à informação desse grupo. Finalmente, a quinta subseção se dedica para reflexões sobre alguns fundamentos da educação de surdos ao considerar a trajetória histórica das raízes do Instituto Nacional de Educação de Surdos até os dias atuais.

2.1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SUJEITO SURDO

Na Antiguidade os surdos eram todos vistos como débeis mentais, criminosos, loucos, selvagens, comparados até aos animais. Os sinais eram tidos como formas obscenas e pecaminosas. Muitas vezes, quando utilizados pelos surdos, eram associados a um espírito do mal. Diante desse cenário, essas pessoas eram empurradas para o contexto patológico, num enquadre ideológico dominante de viés moralista, isso causou impacto e proporções catastróficas na vida e formação educacional dos surdos (Gesser, 2012).

A educação de surdos teve origem na Espanha, na Idade Moderna, a partir do século XVI, por meio dos trabalhos desenvolvidos pelo monge Benedito Pedro Ponce de León. Ele fundou a primeira escola para surdos em um monastério de Valladolid e inicialmente ensinava latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia à dois irmãos surdos, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis. Ponce de Leon usava como metodologia a datilologia, escrita e oralização (Strobel, 2009), por isso ficou conhecido por enfatizar o ensino

da fala, recebendo os créditos de primeiro professor de surdos ao desenvolver um alfabeto manual.

O alfabeto manual é utilizado para soletrar manualmente as palavras (também conhecido como soletramento digital ou datilologia), é apenas um recurso usado por falantes da Língua de sinais. Não é uma língua e sim um código de representação das letras alfabéticas (Gesser, 2009, p. 28).

Conforme Goldfeld (1997), no ano de 1620, também na Espanha, Juan Martin Pablo Bonet, um padre espanhol, educador e pioneiro da educação de surdos, publica um livro que discutia a respeito do alfabeto manual “Redação das Letras e Artes de ensinar os mudos a falar”. Iniciou seus trabalhos na área da educação de surdos, com o nobre Dom Luís Velasco, através dos sinais, treinamento da fala e o uso da datilologia.

O século XVIII é considerado o mais fértil da educação de surdos. Nesse período surgiram diversos educadores, desenvolvendo várias metodologias para atender as especificidades das pessoas com surdez, como o abade Charles Michel De L'Epée.

Segundo Lacerda (1998), o abade que morava em Paris, foi personagem de extrema importância na história da educação dos surdos, que a partir de estudos dos sinais usados pelos surdos nas ruas de Paris, criou os “sinais metódicos”, com o objetivo de ensinar os surdos parisienses a ler e escrever a língua francesa.

De L'Epée era surdo e ministrou aula de educação religiosa em Paris para duas irmãs gêmeas. O processo de aprendizagem proposto previa que os educadores teriam que aprender os sinais com os surdos. Preliminarmente, era feita uma combinação dos sinais dos surdos e os sinais inventados pelo abade. Como sucessor o abade contou com a ajuda de Sicard, que escreveu o primeiro dicionário de sinais.

Em 1760 De L'Epée fundou a primeira escola pública para surdos, o Instituto Nacional de Surdos Mudos, em Paris, no qual eram utilizados os sinais metódicos. Em 1789 ele morreu, durante sua vida fundou 21 escolas para surdos em várias partes da Europa. (Lacerda, 1998)

Outros métodos de ensino que não priorizavam a Língua de sinais, ainda subsistam pelo mundo. Em 1778, na Alemanha, criou-se uma escola em Leipzig, por Samuel Heinick, a primeira escola com base na educação oralista, rejeitando a Língua de sinais, seu objetivo era desenvolver a fala. Ele ficou conhecido como pai do método alemão.

Já na Idade Contemporânea, destaca-se o americano Thomas Hopkins Gallaudet, que viajou até a Inglaterra para se encontrar com Thomas Braidwood, que fundou a primeira escola para surdos no Reino Unido, em busca de metodologias para educação de surdos. A missão de

Gallaudet foi frustrada, diante da recusa de Braidwood de compartilhar suas informações pedagógicas com o estrangeiro americano. (Lacerda, 1998)

Então, parte para Paris em busca dos métodos de ensino aos surdos de De L'Epee. Gallaudet volta à América trazendo o surdo Laurent Clerc, membro do Instituto Nacional para Surdos Mudos. Juntos fundaram no ano de 1817 em Hartford a primeira escola permanente para surdos nos Estados Unidos (Strobel, 2009). Anos mais tarde, seu filho Edward Gallaudet funda a primeira faculdade para surdos, localizada em Washington.

No Brasil a educação de surdos teve início durante o segundo império, quando o imperador Dom Pedro II, em 1855, convidou o professor francês Ernest Huet, que era surdo, para trabalhar na área da surdez. Fundaram juntos a primeira escola para pessoas surdas, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro (Gesser, 2009). Somente em 1986 foi criada a primeira escola para surdos de Mato Grosso do Sul, o Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação - CEADA, em Campo Grande, capital do estado.

Um dos fatos mais marcante na história da Educação de Surdos ocorreu no Congresso de Milão no ano de 1880, no qual, por meio de uma votação com maioria de professores ouvintes, ficou decidido que a Língua de Sinais seria abolida da Educação de Surdos, prevalecendo o uso da Língua Oral.

Uma das grandes figuras presentes no Congresso foi Alexandre Graham Bell, logo sua influência na sociedade contribuiu para a negação e opressão da Língua de sinais. O Oralismo tinha como premissa fazer trabalhos em torno da recuperação da fala e da audição dos surdos, além de repudiar e proibir o uso da Língua de Sinais. A decisão do Congresso de Milão é apenas um fragmento da história, mas marcou centenas de milhares de vidas de surdos por todo o mundo, deixando rastros de vergonha, lamentação, vingança, recalque e ódio. (Gesser, 2012)

O Oralismo no Brasil foi difundido por volta do ano de 1911. A Filosofia Oralista não estava garantindo a qualidade na educação dos surdos, diante das dificuldades em receber instrução formal, os surdos começaram a desenvolver formas de resistência, como criação de associações de surdos, realização de casamentos endógamos, manifestações culturais.

Alguns profissionais perceberam um papel relevante da Língua de Sinais no processo de escolarização dos surdos, e que poderiam ter sérias implicações não somente linguísticas, mas também psicológicas e sociais se fossem submetidos ao oralismo. Assim, timidamente começou a disseminar a chamada Comunicação Total, que privilegiava qualquer tipo de comunicação. Reconhecia a diferença linguístico-cultural, mas utilizavam os sinais para desenvolver a fala (Gesser, 2012) e começou a ser usada no Brasil por volta do ano de 1960.

Pode-se perceber que as abordagens por meio do Oralismo e da Comunicação Total não obtiveram êxito, pois tinham como objetivo adaptar as pessoas com surdez à realidade dos ouvintes. Foi então que na década de 1980 surge a abordagem Bilíngue em favor de melhorias na educação de surdos.

A proposta baseia-se na perspectiva de educação voltada para as duas línguas, a Libras como sua primeira Língua (L1), que embora já fosse utilizada pelos surdos só foi oficializada no Brasil em 2002, pela Lei nº 10.436/02 e posteriormente regulamentada pelo decreto 5.626/05 e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, a segunda Língua (L2) (Brasil, 2005).

Na atualidade, os estudos estão voltados para o fenômeno do bilinguismo. Sendo assim, “[...] o respeito às diferenças linguísticas e culturais e, especialmente, aos direitos das minorias, nunca tiveram ênfase tão grande quanto nos tempos atuais” (Gesser, 2012, p. 88). De acordo com Quadros (1997), o bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar.

As políticas linguísticas representam um tipo de intervenção social em uma determinada comunidade, uma política linguística vai determinar decisões quanto ao uso das línguas em um determinado país ou comunidade linguística (Cooper, 1989). Conforme essas premissas, nota-se que a história da educação de surdos no Brasil e no mundo, passou por quase cem anos de imposição do Oralismo, perpassando pela comunicação total até o bilinguismo, uma realidade brasileira arduamente construída ao longo da história.

No Brasil, somente após anos de reivindicações e lutas dos movimentos sociais surdos, como marco de política linguística oficial para os surdos, foi publicada em 2002 a Lei 10.436/02, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão em todo território nacional (Brasil, 2002).

A referida lei foi regulamentada em 2005 pelo Decreto Federal 5.626/05, que dispõe do ensino bilíngue, no qual o aluno surdo tem direito a se comunicar por meio da Libras em todos os ambientes escolares (Brasil, 2005), bem como ter as aulas na sua própria língua, com um professor habilitado ou por meio de um Tradutor e Intérprete da Língua de sinais/português (TILSP), profissão regulamentada pela Lei nº 12.319/10 (Brasil, 2010).

Dispõe ainda da inclusão da Libras como componente curricular nos cursos de formação de professores e nos cursos de fonoaudiologia; do uso e da difusão da língua para o acesso à educação; garantia o direito à educação e saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva; obrigatoriedade do TILSP.

A oficialização da Libras veio quebrar a hegemonia da Língua Portuguesa, pois até então predominava no Brasil o monolinguismo, herança do período colonial, período no qual houve

a repressão de todas as demais línguas, entre elas as indígenas e as africanas, que foram praticamente exterminadas. Com o advento da globalização, o preconceito linguístico começou a declinar e o plurilinguismo passou a ser considerado vantajoso, deixando de representar uma ameaça à nacionalidade (Quadros; Campello, 2010).

Desta forma, a Libras pode ser considerada um marco para as experiências que legitimaram a cultura e identidade surda, em um contexto em que as diferenças linguísticas ajudam na compreensão da diversidade entre as pessoas surdas.

2.2 CULTURA E IDENTIDADE SURDA: INTERFACES NO CONTEXTO ESCOLAR

A cultura surda se refere à língua, comportamentos, valores, regras e crenças, que permeiam e se preenchem nas comunidades surdas. Dentre os elementos principais da cultura surda, estão às experiências visuais e as linguísticas que são essenciais para os indivíduos surdos. É a maneira que a pessoa surda tem de entender o mundo e de adaptá-lo com o propósito de torná-lo acessível por meio das percepções visuais e, assim, contribuir para a definição da identidade surda (Strobel, 2015). E a Língua de sinais é a maior representante da cultura surda (Dorziat, *et al*, 2019).

Para Quadros e Sutton-Spence (2006), a cultura e a identidade das pessoas surdas são complexas, visto que vivem em um ambiente bilíngue e multicultural. Por um lado, as pessoas surdas fazem parte de um grupo visual, de uma comunidade surda que pode se estender além da esfera nacional, no nível mundial. É uma comunidade que atravessa fronteiras. Por outro lado, eles fazem parte de uma sociedade nacional, com uma Língua de sinais própria e com culturas partilhadas com pessoas ouvintes de seu país.

Nessa conjuntura, Perlin (2004) afirma que as identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas se constituem de acordo com a maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural, também surge aquela luta política pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes, de menos-valia social.

Há categorias de identidades surdas, que apresentam facetas diferentes e podem ser assim classificadas: identidades surdas; identidades surdas híbridas, identidades surdas de transição, identidade surda incompleta e identidade surda flutuante. As identidades surdas,

estão presentes no grupo de surdos que fazem uso com a experiência visual propriamente dita. Através de formas muito diversificadas de usar a comunicação (Perlin, 2008).

Outro tipo de identificação é a identidade surda híbrida, que são as pessoas que nascem ouvintes e com o tempo se tornam surdos. Nascer ouvinte e posteriormente ser surdo é ter presente as duas línguas, mas a sua identidade vai ao encontro das identidades surdas. Seguindo com as categorias de identificação, a autora identifica as identidades surdas de transição, nessa categoria estão presentes os surdos que foram mantidos sob cativo da hegemonia ouvinte e que passam para a comunidade surda. Essa transição é o aspecto do momento da passagem do mundo ouvinte com representação da identidade ouvinte para a identidade surda de experiência visual.

Identidade surda incompleta é o nome que Perlin (2008) designa para a identidade surda apresentada por aqueles surdos que vivem sob uma ideologia ouvintista oculta que trabalha para socializar os surdos de maneira compatível com a cultura dominante. Outra possibilidade identificada pela autora é chamada de identidade surda flutuante, elas estão presentes onde os surdos vivem e se manifestam a partir da hegemonia dos ouvintes. Esta identidade permite ver um surdo “consciente” ou não de ser surdo, porém vítima da ideologia ouvintista que segue determinando seus comportamentos e aprendizados.

No contexto escolar a Cultura e a Identidade Surda devem ser respeitadas, nesse sentido, na atualidade, os estudos estão voltados para o fenômeno do bilinguismo. Sendo assim, “[...] o respeito às diferenças linguísticas e culturais e, especialmente, aos direitos das minorias, nunca tiveram ênfase tão grande quanto nos tempos atuais”. (Gesser, 2012, p. 88).

Dessa maneira a educação bilíngue envolve a criação de ambientes que ofereçam o conforto linguístico para o aluno surdo, para que este possa se comunicar por meio de sua L1, cabe à escola fomentar discussões no ambiente escolar acerca da importância de conhecer e da necessidade da aquisição e difusão da Libras, e sobre o respeito pela cultura e identidade da comunidade surda, pois “à medida que a condição linguística do Surdo é respeitada, aumentam as chances de ele desenvolver-se e construir novos conhecimentos de maneira satisfatória”. (Lacerda; Lodi, 2010).

Logo, ao optar por uma educação bilíngue em todo o processo de ensino aprendizagem, a escola está reconhecendo a Língua de sinais como a língua materna dos alunos surdos, a identidade e cultura surda, possibilitando dessa forma, o desenvolvimento das pessoas surdas em todos os seus aspectos, seja educacional, social, etc., com estratégias para estruturação de seu pensamento, com a finalidade de possibilitar aos alunos surdos à autonomia da aquisição do saber.

Dessa maneira, o bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança surda as duas línguas no contexto escolar. Nesse momento, essa é uma das abordagens com grande repercussão atualmente no Brasil (Strobel, 2008).

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na Língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa L2, na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. (Brasil, 2008).

Jesus e Fernandes (2017), em um estudo comparativo entre a escola bilíngue e uma escola inclusiva com Atendimento Educacional Especializado (AEE), descreveram que na escola bilíngue a Libras é vista como fator importante na educação dos alunos surdos, já na escola inclusiva reconhece-se a importância da Libras, ressalvada que o português é indispensável no desenvolvimento das pessoas com surdez, ficando evidente a relação de poder entre a língua portuguesa e a Libras.

Podemos refletir sobre as políticas educacionais nas quais os surdos estão inseridos, tendo em vista o direito dos surdos de se comunicar em sua L1 no ambiente escolar. A educação bilíngue está progressivamente se consolidando no contexto educacional, contudo, ainda se encontra dificuldade em reconhecer as especificidades dos alunos surdos, o que exige mudanças no ambiente linguístico das escolas, pois as práticas pedagógicas foram historicamente desenvolvidas pensadas para os alunos ouvintes, em um contexto que majoritariamente se usa a língua portuguesa.

O professor surdo é um profissional bilíngue de grande importância na educação dos surdos, por suas possibilidades de se identificar com os modelos linguísticos e culturais das crianças surdas. Contudo, na escola bilíngue investigada por Jesus e Fernandes (2017) observou-se a presença do TILS, pois não haviam professores das diferentes disciplinas com conhecimento de libras.

A figura do intérprete de Libras tem sido bastante destacada no processo de educação inclusiva como o principal apoio para acessibilidade linguística dos estudantes surdos em escolas regulares. Por isso, uma importante variável para avaliar a efetividade da política de educação bilíngue diz respeito à proficiência linguística dos profissionais envolvidos diretamente na educação dos estudantes surdos (Jesus; Fernandes, 2017). A profissão de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) é reconhecida somente em 2010, pela Lei nº 12.319/10 (Brasil, 2010).

Este documento é um importante dispositivo para a comunidade surda brasileira por viabilizar a formação dos TILS e, em consequência, um passo primordial no processo de

reconhecimento e formação do profissional intérprete de Libras. Para tanto, se consolidou a figura de um novo profissional: o TILS.

Dessa forma, Quadros (2004) apresenta alguns elementos constitutivos do papel do intérprete de Língua de Sinais, como realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa, ter sigilo profissional, o intérprete precisa ser neutro e não interferir com opiniões próprias, devendo ter discrição, ser fiel na interpretação, não podendo alterar a informação.

No sentido da fidelidade da informação, Leite (2004) afirma que o TILS deve ser exato, fiel, neutro e atuar como transmissor de informações, noções que influenciaram o início do trabalho de interpretação em Língua de sinais no Brasil, conforme registrado na primeira publicação da Feneis. Nela se afirma que a presença do intérprete de línguas de sinais é fundamental e que ele deve atuar “como intermediário na transmissão de informações”. O profissional intérprete deve conhecer profundamente a Libras e as técnicas de interpretação, mantendo sua postura ética profissional, atento ao vestuário, aparência pessoal, iluminação, local, fundo visual, barulhos laterais, acomodações, posição natural para sinalizar, tempo de interpretação, expressões faciais, uso do alfabeto manual, tautologia, expressões idiomáticas, possíveis distrações etc. (Feneis, 2009).

O reconhecimento e oficialização profissional do TILS podem ser consideradas importantes conquistas para a comunidade surda que, ao longo da história tem lutado para ter seus direitos reconhecidos, como também se tornou um marco para o processo educacional na perspectiva da inclusão.

Diante disso, devemos pensar sobre o papel do intérprete de Libras em sala de aula no contexto de educação inclusiva. O intérprete educacional é aquele que atua como TILS na educação, podendo atuar na educação infantil, na educação fundamental, no ensino médio, no nível universitário e no nível de pós-graduação. É a área de interpretação mais requisitada atualmente. Para atuar na área da educação, o intérprete especialista deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os demais alunos (Quadros, 2004).

Quadros (2004) menciona ainda que os intérpretes de Língua de Sinais da área da educação devem direcionar os questionamentos dos alunos ao professor, pois desta forma o intérprete caracteriza o seu papel na intermediação, mesmo quando este papel é alargado. Alguns elementos são entendidos como essenciais no papel desenvolvido pelo TILS, entre elas destaca-se que o intérprete deve: assegurar a participação do estudante surdo no desenvolvimento da aula; entender que, em qualquer sala de aula, o professor é a figura que

tem autoridade absoluta; ser auxiliado pelo professor, por meio da revisão e preparação das aulas, com vistas à qualidade da sua atuação durante as mesmas.

Desse modo, o TILS não substitui em momento algum o papel do professor, pois este deve ser o responsável pelo planejamento das aulas, escolha dos conteúdos, avaliação da disciplina, etc., mas deve-se informar ao professor as dificuldades dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, o que muitas vezes essas informações norteiam uma ação pedagógica mais adequada por parte dos professores.

Na percepção de Lacerda (2009), as ações do intérprete em sala de aula envolvem tarefas que podem ser compreendidas não apenas como o ato de interpretar, mas como efetivas práticas educativas. Ressalta ainda que isto acontece porque o objetivo do trabalho nesse espaço não se restringe à tarefa de traduzir, mas também de favorecer a aprendizagem do aluno surdo.

Por conseguinte, os TILS tem como papel principal na escola inclusiva, estabelecer a intermediação/comunicação entre estudantes surdos e outros, inclusive entre professores, funcionários e colegas do ambiente educacional, interpretando fielmente as informações, da língua oral para uma língua gestual, e vice-versa, com o intuito de contribuir para processo de ensino e aprendizagem, respeitando o ritmo do aluno, auxiliando o professor com direcionamentos para realizar adaptações metodológicas que atendam as especificidades dos alunos surdos.

É importante destacar que, segundo Jesus e Fernandes (2017), tanto na escola bilíngue, quanto no AEE em escolas inclusivas, os problemas para a implementação da educação bilíngue são idênticos e passam pela ausência de políticas de formação e critérios de seleção de corpo docente bilíngue para atuar na mediação do processo educacional. E constataram que o principal fundamento da educação bilíngue para surdos é aprender a Libras na infância, para que o seu processo de aquisição respeite as mesmas etapas de desenvolvimentos da linguagem previstas para crianças ouvintes.

No viés da educação bilíngue, Araújo e Fonseca (2020) realizaram uma pesquisa no âmbito do bilinguismo e, diante das respostas apresentadas pelos entrevistados, foi possível ter uma amostra da realidade da educação das crianças surdas nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas do município de Natal e sua região metropolitana. Com os dados obtidos, pôde-se observar que a educação de surdos ainda é precária e pouco valorizada. As práticas bilíngues não são realidades nas escolas e pouco os profissionais das escolas regulares sabem sobre ela, sendo usada apenas em escolas bilíngues.

A partir desses pressupostos, Quadros (2005) lembra que a educação de surdos, em uma proposta bilíngue, deve ter um currículo organizado em uma perspectiva visual-espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na Língua Brasileira de Sinais.

Porém, não basta simplesmente traduzir o currículo da escola para a Língua de sinais, deve-se contemplar os aspectos culturais das comunidades surdas, sua história e direitos para que o aluno surdo possa se identificar com a cultura de sua comunidade e não somente com a cultura dos ouvintes (Skliar, 1999).

O Ministério da Educação (MEC) conta com a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP), que possui uma diretoria voltada apenas para pessoas surdas, denominada Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, com segmento para dar assistência a pessoas com deficiência. Desde 17 de janeiro de 2020, tem como diretora Crisiane Batti.

Assim sendo, é importante que a Libras seja reconhecida e oferecida preliminarmente aos alunos surdos, por meio de uma educação bilíngue que favoreça o seu desenvolvimento integral, de modo que possa ter condições de desenvolver seu sistema cognitivo, ao mesmo tempo que os alunos ouvintes. A presença do intérprete nas escolas possibilita a inclusão do aluno surdo no processo de ensino e aprendizagem, sendo fundamental que as práticas pedagógicas sejam adaptadas conforme a cultura da comunidade surda brasileira.

2.3 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA PESSOAS SURDAS

Historicamente os movimentos sociais surdos se mobilizaram e engajaram-se nas lutas em busca de políticas linguísticas, para o reconhecimento da Língua de sinais como primeira língua dos surdos e uma educação bilíngue. Em meio a esses movimentos, fundou-se em 1977 a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos – FENEIS, que desenvolveu ações em direção a uma nova política linguística, de conhecimento e reconhecimento da Língua de sinais.

Política linguística representa um tipo de intervenção social em uma determinada comunidade. Uma política linguística vai determinar decisões quanto ao uso das línguas em um determinado país ou comunidade linguística (Cooper, 1989).

No final da década de 90 do século XX essas manifestações foram um fator potencializador para o campo social, cultural, educacional e político, fazendo referência à

necessidade de uma política em respeito à diversidade linguística, que proporcionasse o conforto linguístico dos surdos.

Entende-se, por conforto linguístico, a situação de uma pessoa que se comunica e interage com o mundo, por meio de uma língua que lhe é natural, língua esta que lhe dá condições de entender e interpretar o mundo de maneira completa e significativa e de produzir sentido nos enunciados nesta língua. (Santiago; Andrade, 2013).

Evidentemente a oficialização da Libras como língua da comunidade surda brasileira foi uma vitória ao movimento surdo, resultado do forte envolvimento dos surdos, que há tempos lutavam por políticas de reconhecimento linguístico e a possibilidade legal de usá-la livremente.

Ainda, se tratando de política linguística para surdos, o discurso do direito linguístico é constituído também no documento intitulado Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Neste documento está previsto que para a inclusão dos alunos em escolas comuns, é necessário oferecer uma educação bilíngue, com o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. Disponibilizando o Atendimento Educacional Especializado (AEE), tanto na modalidade oral, quanto escrita (Brasil, 2008).

Nesta perspectiva nota-se a importância de uma escola básica que garanta uma política linguística para surdos, que efetive uma educação bilíngue no sentido da aceitação da diversidade linguística, e com a publicação do Decreto nº 7.611/11, o AEE previsto no Art. 208, III, da Constituição Federal de 1988, passou a ser oferecido aos alunos surdos no turno inverso da aula visando à complementação da sua formação e não mais a substituição do ensino regular (Brasil, 2011).

No ano de 2014 foi criado o Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (MEC/SECADI, 2014), elaborado por um grupo de trabalho instituído pelo Ministério da Educação – MEC/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, formado apenas por professores e pesquisadores surdos. Esse relatório define que a Educação Bilíngue de surdos envolve a criação de ambientes linguísticos para a aquisição da Libras como primeira língua (L1) por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado é similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua (L2).

Esse relatório trata-se de um documento bem elaborado sobre políticas linguísticas para surdos, e se tornou mais um marco para a edificação de novas reivindicações por parte dos movimentos surdos em prol de seus direitos linguísticos. Nesse cenário complexo de disputas,

a principal reivindicação do movimento surdo foi contemplada na Estratégia 4.7- Meta 4 do PNE que garante a oferta de educação bilíngue em escolas e classes bilíngues inclusivas (Brasil, 2014).

No ano seguinte, a Lei nº 13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015). A referida lei privilegia o acesso à educação por meio de sua primeira língua, sob uma ótica humanitária, preserva sua liberdade e sua autonomia, garantindo, entre outros, o direito à educação bilíngue, o direito a um intérprete e o ensino de Libras.

Dessa forma, a formação de corpo docente bilíngue, materiais didáticos em Libras, história e cultura das comunidades surdas no currículo e maior visibilidade social da Libras para além dos muros escolares, seriam medidas essenciais para assegurar o direito à Libras como língua materna, desde a educação infantil (Jesus; Fernandes, 2017).

A construção de políticas linguísticas para pessoas surdas no Brasil está em processo, contudo os movimentos surdos conquistaram grandes avanços, como o reconhecimento da Libras, que é considerado uma referência de democracia, possibilitando a comunidade surda agir e ser protagonista da sua história, e a partir desses marcos legais alcançados que, em nosso país, inúmeras demandas nesse campo foram evidenciadas, como também são aparatos jurídicos que funcionam como bases para a promoção de políticas linguísticas direcionadas ao âmbito da surdez no Brasil.

2.4 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS COMO PRIMEIRA LÍNGUA (L1) PARA PESSOAS SURDAS: SOCIALIZAÇÃO, INCLUSÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO

Para os surdos, a aprendizagem da Libras como L1 propicia o desenvolvimento linguístico, cognitivo, psicológico e social tornando-os indivíduos constituídos integralmente, pois enquanto língua, ela oportuniza a comunicação, a socialização, a formação de conceitos e a aprendizagem. O uso da Língua de sinais possibilita capacidade de expressão dos pensamentos, de ideias e sentimentos de forma clara tanto quanto a aprendizagem de uma língua na modalidade oral, uma vez que exerce as mesmas funções que a língua falada para os usuários ouvintes (Quadros; Lillo-Martin, 2007).

Sacks (2010) explica a importância da aprendizagem da Língua de sinais por crianças surdas nos primeiros anos de vida, a autora aponta que as crianças surdas precisam ser postas em contato primeiro com pessoas fluentes na Língua de sinais, sejam seus pais, professores ou outros. A aprendizagem da Língua de sinais nos primeiros anos de vida favorece às crianças surdas acesso ao conhecimento de mundo, estruturação do pensamento, e a aprendizagem dos conteúdos curriculares no processo educacional.

Tendo em vista a importância de apropriação da Libras pelos alunos surdos, seu uso e *status* como L1, o papel do professor é considerar “determinante para os processos constitutivos das crianças como sujeitos surdos” (Lodi, Rosa; Almeida, 2012, p. 6).

Para o ensino de Libras como L1, o docente deve estar ciente que a Língua de Sinais é uma língua espaço-visual, e para os sujeitos surdos esse é o sentido pelo qual irá aprender toda a estrutura gramatical dessa língua. Surge assim a Pedagogia Visual ou da Diferença, que representa a possibilidade de encarar a prática pedagógica e o processo de ensino e aprendizagem a partir da concepção surda sobre a educação ou da perspectiva surda (Basso *et al*, 2009).

É necessário criar outras formas de ensinar, visto que as pessoas surdas aprendem pelas experiências visuais e o significado do mundo por meio das interações em Língua de sinais. Perlin (2004, p. 81), educadora e pesquisadora surda, afirma que “não se trata de uma pedagogia pronta, mas de uma pedagogia histórica que assume o jeito surdo de ensinar, de propor o jeito surdo de aprender, experiência vivida por aqueles que são surdos”.

Desta forma, o currículo necessita ser outro, o currículo de Libras – L1, deve ir além de uma mescla de conteúdos, metodologias, carga horária etc. O currículo nessa perspectiva, só terá sentido e valor como instrumento de empoderamento, se for desenvolvido com base em práticas pedagógicas associadas a uma postura política do professor enquanto representante da cultura surda e membro dessa comunidade (Hessel, 2006).

Assim, o currículo deverá representar os valores e práticas sociais que instituem as experiências visuais que permeiam na comunidade surda, ou seja, refletir a cultura e a identidade surda, privilegiando a literatura, a história, a arte, e as lutas da comunidade surda em favor de seus direitos.

Ao sistematizar o ensino de Libras, o professor organizará um programa para o aprendizado da língua de sinais considerando o objetivo principal do ensino da Língua de sinais como língua materna que é o de desenvolver a competência comunicativa dos alunos surdos. Significa, então, organizar um programa de ensino de acordo com o objetivo citado e propor conteúdos, estratégias e métodos de ensino para alcançar este objetivo, selecionar materiais e

recursos de ensino que facilitem a aprendizagem do aluno surdo e eleger critérios de avaliação adequados às especificidades da Língua de sinais, nos diversos níveis de ensino da Educação Básica (Basso *et al.*, 2009).

Hymes (2009) salienta que a competência comunicativa é a habilidade de uso em âmbitos sociais e a capacidade de produção linguística: um indivíduo competente possui conhecimento gramatical da língua e, além disso, traz conhecimentos sobre os usos sociais da língua.

No momento da construção da proposta curricular para o ensino de Libras como L1, deve ser considerada a compreensão dos diferentes níveis de ensino, que nesse caso correspondem aos diferentes níveis de proficiência em Libras dos alunos surdos. Basso (2009) considera três níveis de ensino, que somente didaticamente corresponde a três níveis de proficiência, o nível básico, intermediário e avançado, que serão detalhados a seguir.

O nível básico, que se refere ao ensino voltado aos alunos surdos que têm pouco ou nenhum conhecimento da cultura surda e da Libras, enquadram-se alunos surdos da educação infantil (de 0 a 6 anos), bem como os jovens e adolescentes que iniciaram a escolarização tardiamente, sendo que os conteúdos e objetivos são os mesmo para todas as faixas etárias, com recursos de ensino, estratégias e formas de avaliação diferenciados.

O nível intermediário corresponde ao ensino voltado àqueles alunos que, independentemente da faixa etária, têm contato com a comunidade surda, dominam as estruturas simples da língua e fazem uso frequente da Libras. Nesse nível enquadram-se os alunos surdos que tiveram contato com a Libras desde pequenos e adolescentes que estudam em escola de ouvintes, mas têm contato com frequência com adultos surdos, e aos adultos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No nível avançado, o ensino é direcionado aos alunos surdos que fazem uso mais elaborado da Língua de sinais, aqueles que compreendem como produto cultural e objeto de conhecimento, nível que enquadram os alunos adultos que buscam aprofundar seus conhecimentos em Libras, sobre a história e cultura surda, que reconhecem a Libras como língua que expressa a sua identidade cultural.

O ensino da língua materna ou primeira língua, atualmente tem dado privilégio às metodologias que antepõem o trabalho com gêneros textuais ou gêneros discursivos, proposta que se fundamenta no ensino da L1 com base em situações reais de vida dos alunos, em enunciados que circulam na comunidade surda.

Basso *et al* (2009) ressalta que como ação pedagógica de exploração da Língua de Sinais é necessário considerar tanto os fatores internos quanto os fatores externos. Fatores esses que

devem estar presentes no momento que o professor for elaborar o programa de ensino de Libras, tanto na escola de surdos, como nas escolas inclusivas. Os fatores internos referem-se à época em que o aluno surdo foi exposto à Língua de sinais pela primeira vez, pois muitos alunos surdos tiveram contato tardiamente com a Língua de sinais, e muitas vezes chegam à idade escolar com nível e proficiência baixo, o que vem a atrasar seu aprendizado. Por conta disso, é necessário que as crianças surdas tenham contato precocemente com a Libras, para que não prejudiquem o seu desenvolvimento linguístico.

Nos fatores externos é preciso considerar as condições históricas e sociais de ensino da língua e sinais, (se o ensino ocorre em escola de surdos ou escola inclusiva), as modalidades das línguas (visual-espacial da Libras ou oral-auditiva da língua portuguesa); os papéis desempenhados pelas línguas (a Libras tem *status* diferentes nas escolas inclusivas e nas escolas de surdos); e outras variantes como ambiente, tipos de interação entre os alunos e o professor, estratégias de aprendizagem de cada aluno, fatores afetivos e o significado social para cada aluno da Língua de sinais e da língua portuguesa (Basso *et al.*, 2009).

Os principais instrumentos a serem explorados no processo de ensino da Língua de sinais são a produção de literatura em sinais, a elaboração de materiais escritos em sinais e o registro em sinais (vídeos e escrita). Esses instrumentos deverão estar presentes em todas as ações pedagógicas relacionadas ao ensino de Libras como L1. A partir deles, tanto os aspectos culturais quanto os linguísticos da Língua de sinais serão trabalhados naturalmente, proporcionando, dessa forma, experiências significativas de aprendizado e inserção na cultura surda aos alunos surdos (Quadros, 1997).

Em um estudo realizado por Cordeiro *et al* (2017), em que foi desenvolvido um curso de extensão intitulado “Práticas pedagógicas na educação de surdos: criando pontes para (re) construir materiais pedagógicos para o ensino de Libras”, nas aulas práticas foram feitas oficinas para a produção desses materiais, entre eles foram elaborados jogos de boliche, jogo da memória, trilha de frutas, pescaria, todos voltados para alunos surdos dos anos iniciais do ensino fundamental. Com a realização desse curso, as autoras acreditam ter contribuído para a compreensão sobre a importância do ensino da Libras, fortalecendo o seu processo de ensino e aprendizagem como L1 para surdos, de forma contextualizada, rica de materiais pedagógicos que valorizem o aspecto viso espacial da Língua de sinais e as singularidades dos alunos surdos.

Evidentemente, para o ensino da Libras como L1, o professor deve conhecer as especificidades das pessoas surdas, que são pessoas visuais, e seu processo de ensino aprendizagem se dá por meio de estratégias visuais, incluir estratégias metodológicas direcionadas ao ensino da L1 e contribuir para que a escola se torne um espaço inclusivo para

os alunos surdos e que possam efetivar a comunicação e a aprendizagem dos conteúdos curriculares.

2.5 ESCOLA PARA SURDOS: PERCURSO HISTÓRICO DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

A educação de surdos no Brasil teve início em seu processo histórico no período imperial, durante o reinado do Imperador D. Pedro II. após o professor surdo francês Ernest Huet apresentar em junho 1855 um relatório ao Imperador, em que demonstra a intenção de fundar uma escola para surdos-mudos no Brasil.

O relatório, escrito em Língua Francesa, manifestava o plano de criação de um estabelecimento para surdos, as informações e os detalhes contidos no documento demonstram um conhecimento prévio de seu autor e da realidade brasileira. Tinha como proposta oferecer um curso com seis anos de duração com enfoque no ensino agrícola, devido a característica socioeconômica brasileira. Nesse universo, as meninas seguiram as mesmas regras, contudo, somado ao compromisso de organizar uma sociedade beneficente composta por senhoras notáveis (Rocha, 2008).

No ano seguinte, em 1856, D. Pedro II atendeu ao pedido de E. Huet ao abrir uma escola para Surdos-Mudos, por não ter prédio próprio as aulas aconteciam nas dependências do Colégio Vassimon, como uma instituição privada, denominada Colégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos.

O imperador D. Pedro II pediu ao Dr. Manoel Pacheco da Silva, então reitor do Imperial Colégio Pedro II, que ajudou E. Huet a organizar sua escola, pois a criação de uma unidade escolar para pessoas surdas, com um responsável surdo, em uma sociedade que ao menos os reconhecia como cidadãos, dificultaria o aparecimento de alunos. Com o empenho de Pacheco, Huet conseguiu duas alunas que seriam atendidas no Colégio Vassimon, Umbelina Cabrita e Carolina Bastos de 12 e 10 anos de idade respectivamente. O imperador pagaria uma pensão anual para ambas. (Rocha, 1997).

Após essa experiência, deu-se origem ao Instituto de Surdos-Mudos (ISM) em 1857. Em 1859 passa a ser chamado de Imperial Instituto de Surdos-Mudos (IISM), no mesmo ano, o mapa administrativo da instituição apresenta uma nova nomenclatura, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM), como aponta Netto (2021).

Nos estudos de Sofiato (2018), identifica-se que desde a fundação da instituição foi desenvolvida uma matriz curricular para desenvolver os trabalhos com os alunos surdos, com disciplinas que envolviam diversas áreas do conhecimento. O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que era assumidamente oralista, almejava o desenvolvimento da linguagem oral dos alunos por meio do oferecimento das disciplinas de articulação artificial e da leitura labial. Disciplinas que eram oferecidas para meninos e meninas, não determinando uma diferença de gênero para o ensino da fala e linguagem.

Em seu percurso de quase dois séculos, a instituição passou por várias denominações, contudo a mudança mais significativa se deu em 1957, quando a palavra “Mudo” foi substituída por “Educação”, passando dessa forma a ser chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), como salienta Rocha (2008).

Cabe reforçar que em junho de 1855, foi apresentado um relatório ao imperador D. Pedro II, contendo o plano de criação de uma escola para surdos, denominado “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, atualmente nomeado por INES (Rocha, 2008). Vejamos como a Figura 1 e Figura 3 ilustram a transformação do INES ao longo das décadas.

Figura 1 - Instituto Nacional Surdos-Mudos.



Fonte: Rocha (2008, p. 90).

Figura 2 - Instituto Nacional Educação de Surdos – INES.



Fonte: Rocha (2008, p. 90).

Figura 3 - Entrada do Instituto Nacional Educação De Surdos – INES



Fonte: arquivo pessoal da autora (2024).

A partir do exposto, percebe-se que há décadas o INES segue comprometido com a missão de promover a produção do conhecimento científico social, cultural e tecnológico em prol da comunidade surda. Em especial com este estudo, ao concordar em colaborar enquanto instituição coparticipante e, desta forma, contribuir para a atualização do estado do conhecimento da pessoa surda e suas relações de gênero e sexualidade, assunto que será tratado de forma mais acentuada na seção a seguir.

3. O SUJEITO SURDO: APROXIMAÇÕES/DISTANCIAMENTOS COM A SEXUALIDADE

Essa seção é envolvida por discussões acerca de mitos e tabus que podem dificultar as formas como as informações sobre a sexualidade na surdez podem ser disseminadas na sociedade. A primeira subseção, por meio de uma revisão minuciosa do estado do conhecimento sobre a produção científica referente a gênero, sexualidade e surdez, denuncia a escassez de pesquisas que envolvem essa tríade e aponta a necessidade de potencializar as produções acadêmicas que abordem questões acerca dessa temática, diante da carência de estudos na área.

A segunda subseção trata diversos aspectos abordados sobre a sexualidade da pessoa surda e reflete acerca da importância de discutir as barreiras linguísticas, experiências sexuais e questões de gênero no contexto dessa comunidade. Destarte, entra em um tema sensível, a homossexualidade masculina e lesbianidade das pessoas surdas na terceira subseção e, de diversas formas assinala-se a necessidade de mais diálogo sobre essa temática.

3.1 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE E SURDEZ

Nessa seção apresenta-se uma análise da produção de conhecimento acerca da temática que envolve “gênero, sexualidade e surdez”. Essa revisão se trata de uma pesquisa bibliográfica, na qual busca realizar um levantamento dos estudos que foram publicados a respeito da temática em questão. Para isso foram realizadas pesquisas em quatro bancos de dados: Catálogo de teses e dissertações da CAPES; Portal de Periódicos Capes/MEC; GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); e *Scientific Electronic Library On-line (SciELO)*.

Para a busca dos estudos, utilizou-se algumas palavras estratégias como descritores e palavras-chave em português, inglês e espanhol, a saber: “Gênero”, “Sexualidade” e “Surdez”. Foi realizada ainda uma combinação desses descritores através do operador AND: “Gênero” AND “Sexualidade”, “Gênero” AND “Sexualidade” AND “Surdez”.

Os critérios de inclusão foram definidos a fim de selecionar os estudos que de fato abordassem o tema em questão. Para tanto, instituíram-se apenas artigos originais, dissertações e teses com um recorte temporal de 2019 a 2023, publicados nas plataformas previamente

selecionadas em português, inglês e espanhol. Para os critérios de seleção, observou-se a metodologia, os objetivos, objeto de estudo, autor, ano, local onde as pesquisas foram desenvolvidas e os resultados, sendo analisadas apenas pesquisas realizadas na área da Educação.

Para refinar os resultados, no Catálogo de teses e dissertações CAPES, foram aplicados os seguintes filtros: Grande Área do Conhecimento - Ciências Humanas e Multidisciplinar, Área do Conhecimento - Educação, Área de Avaliação-Educação. No SciELO foram utilizados os filtros: SciELO Áreas Temáticas - Ciências Humanas e Multidisciplinar, WoS Áreas Temáticas - *Multidisciplinary e Educational*. No Portal de Periódicos Capes/MEC foi aplicado o filtro: Disponibilidade - Periódicos revisados por pares.

Inicialmente, para identificar os estudos que atendiam aos critérios de inclusão, foi realizada uma triagem mediante a leitura do título e, posteriormente, o resumo, seguidos dos demais critérios de inclusão. Após a exclusão dos estudos publicados que não estavam de acordo com especificações estabelecidas, foi selecionado um estudo que atendia a todos os critérios de seleção.

Conforme mencionado anteriormente, os resultados expostos abaixo propõem identificar as pesquisas que abordam a área de conhecimento gênero, sexualidade e surdez, o Quadro 1 mostra o resultado do mapeamento bibliográfico.

Quadro 1 - Classificação das pesquisas.

Descritores	Quantidade	Selecionados
Gênero	899	0
Sexualidade	332	0
Surdez	67	0
“Gênero” AND “Sexualidade”	52	
“Gênero” AND “Sexualidade” AND “Surdez”	0	0
Total	1350	0
Portal de Periódicos Capes/MEC		
Descritores	Quantidade	Selecionados
Gênero	47.415	0
Sexualidade	5.356	0
Surdez	1.198	0
“Gênero” AND “Sexualidade”	2.432	0
“Gênero” AND “Sexualidade” AND “Surdez”	5	1
Total	56.406	1
GT 23 Gênero, Sexualidade e Educação da ANPED		
Descritores	Quantidade	Selecionados

Gênero	62	0
Sexualidade	31	0
Surdez	0	0
“Gênero” AND “Sexualidade”	0	0
“Gênero” AND “Sexualidade” AND “Surdez”	0	0
Total	93	0
<i>Scientific Electronic Library Online – SciELO</i>		
Descritores	Quantidade	Selecionados
Gênero	323	0
Sexualidade	169	0
Surdez	23	0
“Gênero” AND “Sexualidade”	29	0
“Gênero” AND “Sexualidade” AND “Surdez”	0	0
Total	544	0

Fonte: autoria própria (2023)

Interessante destacar o número preponderante de investigações acerca do campo de gênero, seguido de um número menos expressivo sobre sexualidade e, menor ainda sobre surdez, em todos os bancos de dados. O quadro fica ainda mais reduzido quando combinados os três descritores de busca “gênero, sexualidade e surdez”, o que denota a necessidade da sistematização e incentivo de mais pesquisas que envolvem essa tríade.

Isto posto, nas palavras de Louro (2011, p. 2), “o tema ‘gênero e sexualidade’ geralmente nos fascina, nos provoca curiosidade e está por toda parte” (grifo da autora). Apesar disso, quando essa temática é investigada na interface da surdez, percebe-se uma realidade oposta, ou seja, um panorama de pesquisa acadêmica quase inexplorado na última década, especialmente com pesquisas envolvendo seres humanos com as significações sobre gênero e sexualidade da comunidade surda.

Por meio do Quadro 2, demonstra-se, de maneira resumida, algumas características do estudo selecionado após serem aplicados os critérios de inclusão, a partir do título, autoria, tipo de pesquisa e ano da produção. Destaca-se que não foram identificados estudos com temáticas de pesquisa dentro da área de conhecimento proposta neste estudo no GT 23 da ANPEd, Portal de Periódicos da CAPES e no SciELO.

Quadro 2 - Características da pesquisa.

Título	Autoras	Tipo	Ano
Gênero, Sexualidade e Surdez em Pesquisas: Definições e Características	Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo; Josiane Peres Gonçalves	Artigo	2022

Fonte: autoria própria (2023)

O artigo intitulado “Gênero, Sexualidade e Surdez em Pesquisas: Definições e Características” foi publicado na Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho) – UNIFSA e foi encontrado no Portal de Periódicos Capes/MEC. Nesse artigo, Rizzo e Gonçalves (2022) problematizam as questões sobre gênero, sexualidade e surdez, por meio da discussão de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento (2015-2020), com a finalidade de identificar características e definições das investigações.

Com o objetivo de mapear as teses, dissertações e artigos brasileiros produzidos na língua portuguesa e com seres humanos publicados no portal da Capes/MEC, CAPES teses e dissertações, SciELO Brasil e GT 23 da ANPED, Rizzo e Gonçalves (2022a) selecionaram apenas uma tese do Catálogo de Teses e Dissertações CAPES. A tese foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade La Salle (UNILASALLE), como requisito parcial à obtenção do grau de Doutorado em Educação. Nessa investigação, Müller (2017) analisou o imaginário social na educação de surdos em relação à surdez, gênero e sexualidade. Diante do exposto, Rizzo e Gonçalves (2022a) consideraram que é necessário potencializar as produções acadêmicas com enfoque nas questões acerca de gênero, sexualidade e surdez.

Os dados aqui apresentados apontam uma carência de conhecimento acerca da temática estudada nesta tese de doutoramento, destaca-se o fato de que o estudo selecionado de Rizzo e Gonçalves (2022a) identificou apenas um trabalho acadêmico realizado com seres humanos com a temática que envolve gênero, sexualidade e surdez com um recorte temporal de 2015-2020.

Atualmente, com um recorte temporal de 2019-2023 (com buscas nos bancos de dados atualizadas no mês de julho de 2023), mais uma vez foi identificado apenas um estudo com interface na temática apresentada com característica de revisão bibliográfica. O mais preocupante é que não foi identificada nenhuma pesquisa com seres humanos, o que instiga a reflexão sobre os motivos de tal carência e a necessidade da sistematização e incentivo da

educação de pessoas surdas com conhecimentos que se debruçam na temática gênero e sexualidade.

3.2 O INSTIGANTE PROCESSO DA SEXUALIDADE NA SURDEZ

A sexualidade foi considerada por muito tempo algo ligado apenas ao ato sexual e reprodutivo, cercada por mitos e tabus, vista como um processo natural na vida do ser humano, dada pela natureza, desconsiderando a sua dimensão política, social e cultural. Todavia, atualmente percebe-se que na sexualidade humana não há nada de exclusivamente natural, a sexualidade vai muito além disso, envolve linguagens, rituais, fantasias, representações, símbolos, e todas as inúmeras possibilidades de expressar os prazeres e desejos, destarte, pode-se dizer que os corpos ganham sentido socialmente, e são definidos em suas relações sociais, moldados pelas redes de poder de uma sociedade, construída culturalmente (Louro, 2000).

Para Moreira (2010), o discurso da sexualidade no contexto da pessoa surda aborda apenas as questões na perspectiva biológica, de forma reguladora, onde os sujeitos são vistos como incapazes de receber informações e vivenciar relações eróticas e afetivas. A sexualidade das pessoas surdas é desenvolvida da mesma maneira que a do ouvinte, são pessoas integras na sua sexualidade, pois ninguém se torna assexuado em consequência de uma incapacidade física, sensorial ou mental. Todavia, as pessoas com deficiência são privadas de orientação e essa desinformação estimula o preconceito, o que resulta na privação de viverem uma vida sexual livre e satisfatória (Maia; Aranha, 2005).

As pessoas surdas se comunicam por meio da Libras e a dificuldade desses sujeitos de receberem informações, de todas as formas, inclusive sobre a sexualidade, deriva da carência de conhecimento dessa língua, no ambiente familiar, escolar e social.

Em um estudo com o objetivo de analisar as dificuldades existentes em relação a comunicação entre surdos e ouvintes, Ribeiro e Festa (2017) concluíram que as pessoas surdas enfrentam barreiras linguísticas diariamente, a partir dos resultados da pesquisa ficou evidente que as falhas de comunicação iniciam-se em casa, seguem na escola, e depois persistem na vida cotidiana do sujeito surdo. Essa dificuldade deriva da falta de conhecimento dos ouvintes em relação à comunidade surda enquanto minoria linguística.

Perlin (2001) ressalta sobre a importância do aprendizado da Língua de Sinais, pela família e por todos que fazem parte da vida do sujeito surdo, dado que dessa maneira tornarão

o processo de interação e integração no meio em que convivem muito mais satisfatório. Almeja-se, assim, contribuir para a construção da identidade surda e desmistificação de alguns estereótipos e estigmas que permeiam sobre essa população.

A falta de conhecimento sobre a sexualidade advém dessa barreira linguística. Com o objetivo de analisar a percepção dessa temática na visão de uma estudante surda com Deficiência Intelectual (DI) que frequenta uma APAE, Rizzo e Gonçalves (2022b) realizaram uma pesquisa em meio a pandemia do Coronavírus, em que realizaram uma entrevista na residência da estudante surda. Como resultado, foi constatado que, embora se tratasse de uma pessoa adulta, pois a estudante tinha 36 anos de idade, foi evidenciado que ela apresenta um conhecimento escasso sobre a sexualidade e tinha pouco acesso a informações sobre essa questão. O pouco que falava sobre assunto, era com a mãe de uma amiga, visto que não falava sobre isso com a sua própria mãe.

Um momento que chamou muita atenção, durante a entrevista, foi quando questionada sobre quais os métodos anticoncepcionais que conhece, a entrevistada respondeu: “Bebê, gravidez, e a minha mãe teve três bebês”. No momento em que estava construindo sua resposta, a mãe interrompe e fala: “Ela é virgem”. (Rizzo; Gonçalves, 2022b). Isso mostra como esses sujeitos são privados de viver e gozar de sua sexualidade de maneira livre e saudável, nessa passagem entende-se que embora já tivesse 36 anos de idade, não lhe era permitido que ao menos falasse sobre sexo.

Similarmente, Junior *et al* (2021) desenvolveram um estudo que objetivou compreender a concepção de sexualidade de alunos surdos e não surdos, do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal de Brejo Santo - Ceará. Chegaram à compreensão da escassez de conhecimento sobre questões relacionadas à sexualidade, e que essa temática precisa ser trabalhada com os jovens, especialmente como os surdos, pois observou-se a inexistência de acesso ao conhecimento sobre gênero e sexualidade. Assim, a dificuldade da família e da escola em promover momentos de diálogo sobre a temática, está relacionada a carência da língua que se comunicam, a Libras, visto que o surdo é marcado por uma diferença linguística que muitas vezes o segrega e discrimina, sendo visto como diferentes. Essa falta de diálogo acarreta uma depreciação das capacidades dessas pessoas, reduzindo a possibilidade de usufruírem dos direitos e deveres, assim como pessoas como os ouvintes, inclusive o direito de explorarem a sua sexualidade.

É no contexto familiar que as pessoas surdas estabelecem suas primeiras relações sociais, onde formam sua identidade a partir de como a família se envolve em sua orientação e educação. Para a família, pensar na sexualidade das pessoas surdas causa inquietações, seja pela

barreira linguística ou por serem estigmatizados como seres assexuados. Contudo, Glat (2004) evidencia que a sexualidade dos surdos é semelhante à dos ouvintes, todavia, os surdos não têm o mesmo acesso a informações como os ouvintes, e são cercados de preconceitos sobre sua sexualidade.

Nessa perspectiva, Dreyer *et al* (2018) realizaram uma pesquisa com três jovens surdos, os resultados apontam que os pais não foram responsáveis por ensinar ou dialogar sobre sexualidade. Um dos entrevistados disse que perguntava sobre, mas que ninguém explicava, outra mencionou que a mãe nunca falou com ela sobre isso, já o terceiro alegou que a família nunca explicou nada sobre sexo, que tinham vergonha. Assim, foi possível certificar de que os participantes da pesquisa sofreram um processo de incomunicabilidade e censura de informações no tocante à sexualidade.

Essa segregação que os surdos sofrem quando o assunto está relacionado à sexualidade não ocorre apenas no Brasil, essas barreiras são encontradas em várias partes do mundo. Gil-Cano *et al* (2019) desenvolveram um estudo com os jovens surdos de Medellín - Colômbia, com o objetivo de interpretar as percepções dos mesmos sobre sexualidade. A partir dos resultados, perceberam que o aprendizado da sexualidade por parte dos surdos ocorre por meio da pornografia, a partir de um discurso erótico e não pelas vias da educação para a sexualidade. Nesse sentido, evidencia-se que a problemática do silenciamento quanto às questões relacionadas à sexualidade, assim como não cultura ouvinte, se manifesta na educação da pessoa surda, de maneira muito mais eloquente e possivelmente rodeada de mitos e tabus que, para além da própria dificuldades em explorar a sexualidade, coexistem com a barreira de aceitação e respeito à diferença da pessoa surdaevidente. Gesser, Block e Mello (2020) enfatizam que perspectivas capacitistas oprimem diferentes grupos sociais e as pessoas com deficiência estão aqui incluídas, visto que diferem do ideal de corponoratividade. Nessa dinâmica, há a necessidade de defesa de uma educação emancipatória e interseccional, a fim de incluir as lutas anticapacitistas ao lado das lutas feministas, antirracistas, anti-LGBTfóbicas e opressoras das identidades e subjetividades dos indivíduos.

3.3 GÊNERO E SEXUALIDADE: UM OLHAR PARA A HOMOSSEXUALIDADE E LESBIANIDADE DAS PESSOAS SURDAS

Na década de 1990, a sigla GLS (acrônimo de gays, lésbicas e simpatizantes) definia os espaços, os serviços e os eventos para a comunidade gay. Especificamente, o final do século XX e início do século XXI foi marcado pelo início dos movimentos LGBTIQ+⁶ em grande parte do mundo, embora com maior presença em países democráticos.

O dia 28 de junho é marcado pela celebração do Dia Internacional do Orgulho LGBT+. A data é celebrada mundialmente desde 1969, com a Rebelião de Stonewall, quando os frequentadores do bar Stonewall Inn, (bar gay e ponto turístico histórico atualmente, cenário dos protestos de 1969 que deram início ao movimento LGBTQ+) decidiram se rebelar contra uma invasão da polícia de Nova York no estabelecimento.

Entretanto, as nomenclaturas foram reformuladas ao longo do tempo, a fim de abarcar de forma mais completa a comunidade LGBTQIAPN+ (nomenclatura utilizada nos dias atuais), sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.. É importante entender o significado dessa reformulação com o intuito de combater a discriminação referente a diversidade sexual e de gênero na sociedade. Logo, o professor Marcelo Vieira, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) lidera um projeto⁷ que está desenvolvendo um glossário com termos sobre gênero e sexualidade, com o objetivo de ensinar e combater preconceitos.

Nesse universo amplo, surge o glossário que define a nomenclatura LGBTQIAPN+, a letra “L” representa as lésbicas ao designar pessoas do gênero feminino que sentem atração sexual e/ou afetiva por pessoas que também são do gênero feminino. A letra “G”, os gays, remete de forma geral às pessoas que sentem atração sexual ou afetiva por pessoas do mesmo gênero. Contudo, também é frequentemente usada para definir pessoas do gênero masculino que se relacionam sexual e afetivamente com pessoas também do gênero masculino.

A letra “B”, representa o bissexual, uma pessoa que se relaciona sexualmente, afetivamente e emocionalmente com pessoas do gênero feminino e masculino. A letra “T” Transcende a ideologia heterocisnormativa imposta socialmente, caracteriza as pessoas que

⁶ A explicação do significado da sigla será analisada na sequência.

⁷ Projeto elabora glossário de termos técnicos e científicos para expressões das políticas de gênero e sexualidade: Disponível em: <https://uepb.edu.br/projeto-elabora-glossario-de-termos-tecnicos-e-cientificos-para-expressoes-das-politicas-de-genero-e-sexualidade>

assumem uma identidade oposta àquela atribuída socialmente de acordo com o órgão sexual que nasceu ao gênero que nasceu, que sentem-se pertencentes ao gênero oposto do nascimento.

A palavra queer, letra “Q”, é uma forma de designar todos que não se encaixam na heterocisnormatividade, que é a imposição compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade. A letra “I” é de Intersexual, termo usado para se referir a pessoas que nasceram com características biológicas que englobam tanto o gênero feminino quanto masculino, características que podem estar presentes em alterações hormonais e também nas genitálias.

O “A” representa, entre outras identidades, a da pessoa que tem identidade de gênero neutra, não se identificando com o binarismo comumente conhecido pela sociedade que se resume ao gênero feminino ou masculino. Portanto, o gênero não é uma categoria de gênero e sim de identidade. O andrógino como pessoa que possui tanto em suas características físicas quanto de expressão, características que englobam tanto o que é considerado masculino como feminino, ou seja, em aspectos da aparência ou nas vestimentas e estilo, a pessoa possui características dos dois gêneros. E, assexual que representa pessoas não possuem atração sexual por outras pessoas, independente do seu gênero.

A letra “P” do glossário caracteriza a pessoa que tem atração sexual ou romântica por todas as identidades de gênero, inclusive as que não pertencem ao campo convencional do masculino ou feminino. A letra “N” significa *Não-binária*, é uma adição recente ao glossário e representa as pessoas não-binárias, as quais sentem que seu gênero está além ou entre a convencionalidade de homem ou mulher e pode defini-lo com outro nome e de maneira totalmente diferente, englobando um guarda-chuva maior que o da transgeneridade. Finalmente, o símbolo “+” engloba todas as outras orientações sexuais, identidades de gênero e expressões de gênero que não são abarcadas pelas letras da sigla principal.

A temática que envolve sexualidade do sujeito é muito ampla, notou-se também a amplitude das discussões que visam determinar as variantes dessa dimensão do ser humano, neste caso, esta seção aborda a questão do gênero e a sexualidade humana nas variantes da homossexualidade masculina e na lesbianidade.

Por “um ponto de vista eminentemente objetivo, comportamento homossexual ou homoerótico é todo e qualquer ato de caráter erótico e/ou sexual, genital ou não, realizado por pessoas do mesmo sexo biológico” (Salgueiro, 2016) e, avançando para além da compreensão biológica, pessoas que sentem atração afetivo-sexual por pessoas do mesmo gênero. Contudo, para traduzir a potência da homossexualidade feminina, utilizar-se-á a nomenclatura “lésbica”, portanto, nesta seção, a lesbianidade representará a mulher que tem atração sexual por/ou mantém relação afetiva e/ou sexual com outra mulher, com o objetivo de colaborar com a luta

e resistência de mulheres homossexuais que são invisibilizadas por sua orientação sexual com a visão da sexualidade transgressora a partir da referência do masculino.

Apesar de “homossexual” ser utilizado comumente para designar tanto homens como mulheres, a verdade é que, segundo São José Almeida, a “homossexualidade” tinha sido concebida, tanto no século XIX como no século XX, para o universo dos homens, sendo geralmente utilizada para designar homossexuais do sexo masculino. Assim, além das diferenças verificadas relativamente à classe social, é igualmente possível a observação de diferenças relativamente ao gênero e à homossexualidade e lesbianismo, em ambos os países. A repressão dos homens homossexuais era mais pública e visível, nomeadamente através do que pode designar-se por controlo social formal. (Afonso, 2021, p. 239).

Afonso (2021) ainda relata que as mulheres eram vistas como uma segunda figura, as atividades sexuais eram consideradas de domínio masculino, deste modo, reconhecer a lesbianidade significava aceitar que as mulheres também tinham desejo e iniciativa sexual.

A problemática da lesbianidade na história do Brasil está, marcadamente, vinculada a sua invisibilidade, o que provoca consequências de ordens distintas, tanto históricas e historiográficas, como sociais e políticas. Apesar do tema da homossexualidade ter encontrado espaço no meio acadêmico brasileiro durante as últimas décadas, o foco da atenção produzida por pesquisadores situa-se predominantemente relativo à questão masculina. O mesmo espaço de construção de problematizações sobre a homossexualidade feminina na história é, ainda no século XXI, lacunar e ele só se torna possível de ser investigado através de uma série de mediações e operações historiográficas que o(a)s historiadora(e)s procuram manter com suas bibliografias e documentações primárias. (Oliveira, 2015, p. 01).

Na Europa, a partir da segunda metade do século XIX, ao lado dessas noções diversas criou-se um campo complexo para a lesbianidade e a homossexualidade, com significações que transitavam entre crime, perversão ou patologia (Pena Elguy; Silva Andrade, 2021). Não parece obstante, mas, passados quase dois séculos ainda predominam episódios de violência, principalmente direcionados ao preconceito sexual que, por base é marcado por ações negativas face às pessoas com orientações sexuais diferentes.

Na esfera social a homofobia é um dos grandes temores dos homossexuais em diversos contextos, mesmo com alguns mecanismos e procedimentos de repressão, ainda se percebe de forma corriqueira a mídia noticiar episódios de manifestação homofóbica no ambiente escolar, esportista, profissional, etc.

Oliveira Jr. (2015) relata que no século XX, ao final da década de 1930, um estudo de caso lésbico no Rio de Janeiro abordado numa tese de doutorado pelo historiador Alcidesio de

Oliveira Júnior descreve uma mulher negra, solteira, que se vestia e tinha comportamentos masculinos. Costumava beber com outras mulheres e narrar valentias e, devido a vida que levava, fugiu da casa da família. Desejava o serviço militar e desprezava sua função de cozinheira; com um grande número de amantes, por vezes utilizava força física para manter relações sexuais em festas ou parques públicos. Diante do exposto, o que chama a atenção é que ela própria buscou ajuda médica para encontrar um suposto tratamento para seus males e que necessitava de uma cura

A medicina brasileira, em meados do século XX, embora se distanciasse dos paradigmas biologizantes e patológicos e estabelecesse diálogos com outras áreas do conhecimento, como a psicanálise, por exemplo, ainda considerava a lesbianidade como uma inversão sexual e como uma alternativa para as mulheres romperem com a condição passiva de esposas e mães (Silva; Medeiros; Caetano 2015).

A problemática da lesbianidade na história do Brasil está, marcadamente, vinculada a sua invisibilidade, o que provoca consequências de ordens distintas, tanto históricas e historiográficas, como sociais e políticas. Apesar do tema da homossexualidade ter encontrado espaço no meio acadêmico brasileiro durante as últimas décadas, o foco da atenção produzida por pesquisadores situa-se, predominantemente, relativo à questão masculina. O mesmo espaço de construção de problematizações sobre a homossexualidade feminina na história é, ainda no século XXI, lacunar e ele só se torna possível de ser investigado através de uma série de mediações e operações historiográficas que o(a)s historiadora(e)s procuram manter com suas bibliografias e documentações primárias.

Este exercício de refletir sobre a comunidade LGBTQIAPN+ nos dias atuais e, posteriormente, pensar sobre a história das lésbicas e homossexuais masculinos a partir das percepções do outro no passado funciona significativamente como um alerta para a construção da cidadania no presente. Desta forma, sistematizar discursos e ações que representam o desdobramento de uma sociedade mais consciente no futuro, nomeadamente com temáticas emergentes que entrelaçam as sexualidades e a comunidade surda é fundamental.

A construção da identidade do sujeito homossexual, bem como do sujeito surdo, ocorre a partir de distintos campos que se entrecruzam, e a maneira como os indivíduos se percebem e são percebidos como surdos-homossexuais é um fator importante nessa trajetória. Essas identidades e seus marcadores não são apresentados como categorização exclusivamente limitante, ou seja, ser surdo e homossexual é parte do todo que esse sujeito é, e esses marcadores oferecem possibilidades outras para serem pensados de maneira articulada/interseccionada (Silvestre, 2014, p. 11).

Neste instante, não haverá delongas e reflexões mais profundas em conceituações sobre a surdez, mas para dar sentido a continuidade da reflexão, é importante lembrar que a área médica e jurídica reconhece que surdos são pessoas com deficiência, pois se baseiam na perda auditiva e no amparo legal que os coloquem em critério de benefício e igualdade. Contudo, o campo sociológico, cultural, filosófico e linguístico, compreende que os surdos são pessoas com identidade, cultura e língua própria, e se baseiam na capacidade de se comunicar por meio da Libras e não na perda de audição.

Considerando que a pessoa com deficiência geralmente é pensada como um corpo doente, patológico, e por vezes tem sua sexualidade negada, o que pensar quando esse sujeito “doente” tem orientação sexual diferente da heterossexualidade? O sujeito homossexual ainda é estigmatizado por sua orientação sexual, ou pela sua sexualidade “desviante”. Diante dessa realidade, o que dizer então deste sujeito deficiente-homossexual? (Silvestre, 2014, p. 11).

Nesse contexto, Ribeiro (2017) visou uma abordagem teórica da vivência da mulher surda e lésbica e apontou que ela pode encontrar dificuldades para encontrar uma parceira, especialmente se considerar a possibilidade de encontrar outra mulher surda e lésbica, e que tenham afinidade, pode ser mínima, especialmente em cidades pequenas ou conservadoras.

Em outra situação, a mulher surda e lésbica que opta a se relacionar com mulheres ouvintes também não encontrará facilidades, pois, nos dias atuais poucas pessoas ouvintes têm conhecimento da língua e cultura surda, reduzindo as chances de uma mulher surda namorar uma mulher ouvinte (Ribeiro, 2017).

A construção de discursos sobre a lesbianidade ainda é caracterizada pela invisibilidade, mesmo no campo de pesquisa de gênero e sexualidade e, ainda mais carente na produção acadêmica, e quase despercebida quando a temática envolve a surdez.

Um fator que pode ter determinado esse quadro restrito da lesbianidade e a escassez de trabalhos publicados numa interface com a surdez é o fato da lesbianidade ter sido tratada por um longo período como uma espécie de apêndice da homossexualidade gay (Santos; Souza; Faria, 2017). Ou seja, o debate acadêmico discutiu a homossexualidade de maneira homogênea. O que ofuscou a existência lésbica na academia. (Rich, 2010).

Pensar sobre a existência e resistência das mulheres surdas e lésbicas se constitui em uma pauta cotidiana sobre a necessidade real da problematização e falta de protagonismo dos estudos em lesbianidade das mulheres surdas no Brasil. Destarte, o desenho dessa discussão fomenta o nascimento da justificativa e importância de se refletir sobre essa (in)visibilidade

dentro e fora dos limites acadêmicos. “A História não fala das relações físicas e emocionais entre as mulheres porque a elas sempre coube um papel secundário na própria História! As produções científicas de cada época deflagram não apenas os temas de relevância, mas os agentes legitimados” (Oliveira; Mattos, 2018, p. 10). É importante que essa tônica seja levada para o seio da sociedade em geral, pois, somente em 2003, especificamente no dia 19 de agosto foi instituído o dia do orgulho lésbico, ilustrada pela primeira caminhada lésbica do Brasil, em São Paulo.

No contexto da homossexualidade masculina, Abreu, Silva e Zuchiwschi, (2015) investigaram as narrativas de três sujeitos surdos sobre as suas primeiras experiências homossexuais e o enfrentamento do duplo preconceito; ser surdo e homossexual. Os resultados revelam que a condição homossexual entre os surdos ainda é pouco compreendida, pois há dúvidas, preconceitos e mitos acerca das experiências afetivo-eróticas.

As investigações acerca da expressão da sexualidade dos surdos são diminutos e muitas vezes não problematizam assuntos voltados às orientações afetivo-sexuais destoantes do padrão heteronormativo (Abreu, *et al.*, 2015). Nesse universo, a relação entre a homossexualidade e a surdez anuncia a importância de discussões teóricas e empíricas no contexto do desenvolvimento da sexualidade e percepção do gênero.

Diante do exposto nessa seção, percebe-se que esta incursão sobre gênero e sexualidade com um olhar para a homossexualidade e lesbianidade das pessoas surdas em uma perspectiva temporal não daria conta de contemplar e citar todos os personagens importantes, acontecimentos e produções acerca do objeto de estudo dessa seção da pesquisa. Contudo, é imprescindível revelar os retratos possíveis sobre esta história em construção contínua, marcadas por crises de identidade, tensões e (in)visibilidades.

Portanto, as reflexões teóricas realizadas nas três primeiras seções acerca do gênero e sexualidade da pessoa surda denunciam a necessidade de se pensar em um caminho científico com a finalidade de discutir a temática, especialmente em uma perspectiva cultural, no sentido de romper com pensamentos tradicionais que solidificam um campo de luta entre as diferenças do sujeito. Para esses fins, se constrói a próxima seção com o desenho metodológico da pesquisa.

4. PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Com base na sustentação teórica apresentada nas três primeiras seções, esta parte da pesquisa objetiva descrever os procedimentos metodológicos adotados para alicerçar a metodologia. Em síntese, a pesquisa é de natureza quali-quantitativa, ou mista, de cunho exploratório, o lócus da pesquisa é o INES, o instrumento de levantamento de dados foi um questionário *on-line* disponibilizado para todos os acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue (presencial) do INES com auxílio de uma ferramenta para a criação de formulários “*online*” do Google Forms. A amostra final de participantes foi composta por sete sujeitos. As respostas que foram enviadas pelos questionários foram analisadas com o auxílio do *software* Iramuteq.

4.1 NATUREZA DA PESQUISA

O caminho percorrido para delinear um percurso metodológico é desafiante e complexo. É necessário pensar sobre os objetivos da pesquisa, sobre o local e sobre os sujeitos do estudo. Nesta investigação optou-se por uma abordagem mista, caracterizada por uma metodologia qualitativa, mas também, com natureza quantitativa. Pois, com base em Rodrigues e Limena (2006), a pesquisa quali-quantitativa, ou mista, é a mais indicada para analisar problemáticas que apenas os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade. Entre esses problemas, destacam-se aspectos sociais, culturais, psicológicos, opiniões, comportamentos, atitudes de indivíduos ou de grupos. Em complemento,

[...] do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra. De que adianta ao investigador utilizar instrumentos altamente sofisticados de mensuração quando estes não se adequam à compreensão de seus dados ou não respondem a perguntas fundamentais? Ou seja, uma pesquisa, por ser quantitativa, não se torna “objetiva” e “melhor”, ainda que prenda à manipulação sofisticada de instrumentos de análise, caso deforme ou desconheça aspectos importantes dos fenômenos ou processos sociais estudados. Da mesma forma, uma abordagem qualitativa em si não garante a compreensão em profundidade. (Minayo; Sanches, 1993, p. 247).

O entrosamento entre as duas formas de pesquisa tem papel fundamental na teorização metodológica, “seja qualitativa ou quantitativa, é apenas um meio para atingir o objetivo”

(Strauss; Corbin, 2008, p. 39), desta forma, os autores não defendem a superioridade de um tipo de pesquisa em relação a outra, são tipos de pesquisa e não fins em si mesmas. Cabe a pesquisadora uma análise criteriosa para cada característica de pesquisa.

Por meio dessa abordagem híbrida, em duas fases tenta-se descrever e analisar a complexidade das significações dos acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES relacionadas às significações de gênero e sexualidade.

A primeira fase caracteriza-se como um trabalho circunscrito ao levantamento e à discussão da produção bibliográfica existente sobre a temática que envolve a tríade gênero, sexualidade e surdez. Minayo (2001) destaca que essa etapa é fundamental para qualquer tipo de pesquisa, essa maneira de investigar, além de ser indispensável para a pesquisa, permite articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área de conhecimento e, desta forma, criar novas possibilidades em um processo de incorporação e superação do que já foi produzido no campo científico.

Na crença de que “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (Minayo, 2004, p. 35), para investigação no campo acadêmico, a segunda fase foi dedicada para a elaboração do instrumento de levantamento de dados, baseado e adaptado a partir da versão de um roteiro semi estruturado validado de questões de Guimarães (2019), pesquisa que propôs compreender as representações sociais que os discentes surdos possuem acerca da sexualidade. A posteriori, foi adaptado para respeitar as especificidades desta investigação, especialmente a partir de avaliação pelos pares do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento Gênero e Educação (GEPDGE).

Lüdke e André (1986) caracterizam a investigação em campo como uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar. Então, vale ressaltar a pesquisa como atividade humana carregada de valores, crenças e princípios que a pesquisadora poderá refletir durante a pesquisa *in loco*.

4.2 O LÓCUS DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

O INES está localizado no Rio de Janeiro/RJ, no bairro Laranjeiras. A seleção do INES como local para o levantamento dos dados motivou-se pela razão de ser considerada uma referência enquanto instituição de educação de surdos no Brasil, e até mesmo em países

vizinhos. O Instituto recebe alunos de todo o Brasil e do exterior, tornando-se um modelo para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos.

Durante muito tempo, o INES foi a única escola brasileira a se dedicar à educação das pessoas surdas, recebendo surdos de vários estados do Brasil. Por esta razão, sua importância não se limita à educação desenvolvida naquele espaço físico, mas está intimamente relacionada ao desenvolvimento e à disseminação da língua de sinais. Ou seja, ao concluírem a formação em diversos níveis, muitos alunos retornavam para suas origens e difundiam essa língua em novos locais.

No caso da formação em nível superior, esses professores, como uma formação que refletia a visão do INES em relação ao surdo, espalharam-na por todo o Brasil e se tornaram por sua vez, formadores de outros professores. (Moura, 2000).

Esta seção da pesquisa não prioriza a história do INES de forma aprofundada, afinal, em parágrafos anteriores percebeu-se que a obra idealizada pela professora de História Solange Rocha, lançada na comemoração dos 150 anos de fundação do INES em 2008 traduz-se de forma relevante para todos aqueles que apreciam a documentação histórica do Instituto, inclusive, em detalhes, a história deste local e sua consolidação como Centro de Referência em Educação e Surdez.

Informações públicas que compõe a portal do INES na *web*⁸ informam que o Instituto atende estudantes desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, além de apoiar a pesquisa de novas metodologias para serem aplicadas no ensino da pessoa surda e atender a comunidade e os alunos nas áreas de fonoaudiologia, psicologia e assistência social, além disso, ajuda a inserir o surdo no mercado de trabalho por meio de ensino profissionalizante e estágios.

O Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico, abre agenda para marcação das visitas técnicas à instituição anualmente. As visitas são destinadas a profissionais da educação ou áreas afins, estudantes, pessoas surdas e familiares de surdos que desejam obter conhecimentos a respeito da educação de surdos.

O atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia Bilíngue do INES (2023) na modalidade presencial apresenta os referenciais históricos da educação de surdos no Brasil a partir da década de 1990 e define as bases conceituais que orientam o projeto pedagógico do curso, a saber: o multilinguismo, a interculturalidade e a educação freiriana.

A Organização Curricular é orientada com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia - licenciatura (Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de

⁸ <https://www.gov.br/ines/pt-br>

maio de 2006) e objetiva a formação de pedagogas e pedagogos, surdos e ouvintes, em uma perspectiva bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) e intercultural, para atuar na área da docência (educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental), na gestão educacional e na educação em espaços não escolares.

O PPC estrutura uma Matriz Curricular com 51 (cinquenta e uma) disciplinas que compõem a formação dos discentes. Assim como define os critérios de avaliação como processo contínuo que envolve os níveis quantitativo e qualitativo, chamando a atenção para a consideração da singularidade linguística da pessoa surda e o direito de usar sua primeira língua (Libras) nos processos avaliativos.

Espera-se que o egresso licenciado em Pedagogia esteja apto para atuar nas áreas de docência, pesquisa, gestão e educação em espaços não escolares. Para tanto, o PPC apresenta o Estágio Curricular entendido como observação participante nas práticas de docência (Educação Infantil, Ensino Fundamental - 1º. ao 5º. Ano), gestão educacional e educação em espaços não escolares, assim como as Atividades Complementares que devem ser realizadas pelos discentes somadas as diversas disciplinas do curso.

O PPC ainda apresenta as características do Trabalho de Conclusão de Curso (PCC) como requisito para conclusão do curso, no formato de monografia, artigo ou material didático acompanhado de relatório.

Por último, o PPC apresenta as formas de ingresso; o vestibular próprio, para preenchimento das vagas regulares; e, transferência externa facultativa, reingresso por concurso público e transferência ex-officio, para preenchimento das vagas remanescentes, por candidatos surdos e ouvintes.

Assim, surgiu o Curso Bilíngue de Pedagogia, ofertado pelo INES, uma experiência pioneira na América Latina, sendo a LIBRAS a principal língua de instrução em sala de aula, bem como a Língua Portuguesa através dos textos. Anualmente são ofertadas 60 vagas, sendo metade reservada exclusivamente para alunos surdos e outra para alunos ouvintes.

Nesse contexto, pesquisas desenvolvidas por profissionais do INES e pesquisadores externos contribuem também para a construção do conhecimento científico e pedagógico relacionado à educação de surdos, neste caso, em especial sobre a temática que envolve o gênero, sexualidade e surdez a partir das significações dos acadêmicos de pedagogia.

4.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO PARA O LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir da declaração de anuência⁹ do INES após ter passado por todos os trâmites internos, primeiramente o projeto de pesquisa foi analisado pelos setores da Divisão de Estudos e Pesquisas - DIESP, Coordenação de Projetos Educacionais e Tecnológicos - COPET e Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico – DDHCT.

A partir do parecer favorável desses setores, a Diretoria do Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico do INES declarou interesse em participar da pesquisa, autorizando a execução e declarou conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras.

O protocolo de pesquisa foi analisado pela Secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. O Sistema CEP/Conep, formado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-Conep (instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos) e pelos CEP (Comitês de Ética em Pesquisa) emitiu parecer de aprovação com o CAEE: 58756522.7.0000.0021 e número do parecer: 5.500.761¹⁰

Nesta tese, com o intuito de promover e ampliar o acesso da população surda aos conteúdos nela exibidos, vários elementos textuais e não textuais, tais como: anexos, apêndices, questionário também poderão ser acessados via *QrCodes* com a tradução integral para Libras¹¹.

Os cuidados éticos fundamentais foram tomados com a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE¹², contendo as informações da pesquisa com vídeo formal apresentado em Libras para os sujeitos surdos usuários dessa língua. A tradução do TCLE pode ser visualizada no *QrCode* da Figura 4.

⁹ Ver anexo I - Declaração de Anuência do INES.

¹⁰ Ver anexo II - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

¹¹ A tradução e a interpretação do questionário em Libras foram gentilmente realizadas por TILS voluntários. Essa contribuição foi fundamental para garantir a acessibilidade linguística e o pleno envolvimento das pessoas surdas neste estudo. A eles registro meu profundo agradecimento por terem trabalhado ao meu lado nesta jornada, reafirmando o compromisso com a inclusão e respeito à diversidade linguística e cultural da comunidade surda.

¹² Ver Apêndice II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Figura 4 - QRCode para acessar o TCLE



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=_Qr8u2L3lNo

A pesquisa é de cunho exploratório, ou seja, “um estudo do status” (Thomas; Nelson; Silverman, 2012, p. 293), neste caso, o status das significações de gênero e sexualidade dos acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES. Para compreender esse status, primeiramente foi utilizado um questionário *on-line*¹³ como instrumento de coleta de dados que pode ser acessado na íntegra acessando o QRCode da Figura 5.

Figura 5 - QRCode para acessar o questionário *on-line* na íntegra



Fonte: https://docs.google.com/forms/d/1TNkoXc7jDTObL_z3yYLO1n0r0upn8uq9KVJD5vIGfg/edit

Portanto, optou-se por esse instrumento, pois como dizem Michelon e Santos (2022), a expansão massiva da internet observada nas últimas décadas revolucionou a comunicação pela *web*, tornando-a muito mais rápida, acessível e abrangente. Considerando que a utilização dessa ferramenta permite a realização de correlação das variáveis através de diversos testes,

¹³ Ver Apêndice III - Questionário

permitindo maior produção de informações em relação ao tema pesquisado e que tal instrumento (questionário *on-line*) pode ser manipulado por meio eletrônico.

É crescente o número de pesquisas utilizando a aplicação de questionários *on-line*, especialmente – mas não exclusivamente – entre jovens investigadores, como mestrandos e doutorandos. A facilidade tecnológica, tanto para a criação destes questionários (ofertada gratuitamente por ferramentas como Google Forms), quanto para sua difusão, traz um potencial problema: pesquisas problemáticas, seja por questionários mal formulados ou por desenhos de pesquisa que não contemplam questões metodológicas desta ferramenta de pesquisa (Carlomagno, 2019, p. 01).

O questionário foi organizado e traduzido em equipe, considerando aspectos tradutórios e técnicos de edição audiovisual, juntamente com uma avaliação dos membros do GEPDGE, e adotou, como base teórico-metodológica, concepções advindas da perspectiva teórica dos Estudos Surdos, Estudos Culturais e Estudos de Gênero.

Na sequência, foi realizado um teste piloto do questionário, o qual foi submetido à validação por 5 pessoas surdas falantes de Libras. O estudo piloto é um teste preliminar aplicado em pequena escala, compõe-se de todos os procedimentos previstos na metodologia, para que seja possível avaliar, identificar e corrigir possíveis potenciais problemas, antes da efetivação da coleta de dados em grande escala. (Canhota, 2008), (Mackey; Gass, 2005).

A versão final foi disposta com auxílio de uma ferramenta para a criação de formulários “*on-line*” do *Google Forms*. Todas as questões foram escritas em língua portuguesa e apresentadas com vídeo formal traduzido em Libras para os sujeitos surdos por meio de uma plataforma de compartilhamento de vídeos (YouTube).

Vale destacar que a impessoalidade do uso de meios eletrônicos, neste caso, o questionário *on-line* não impediu uma mediação de contato entre os sujeitos da pesquisa e a pesquisadora, considerando que o processo de divulgação e aplicação do questionário foi mediado por uma professora voluntária do Departamento de Ensino Superior do INES.

O instrumento é composto por questões (abertas e fechadas) e buscou reunir informações que caracterizam as significações de gênero e sexualidade dos acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES. Em geral, o questionário estruturase em 16 questões fechadas e abertas sobre dados pessoais, 14 questões abertas referentes a gênero e sexualidade, na qual 3 delas versam sobre interpretação de imagens de domínio público, 4 questões sobre a homossexualidade e lesbianidade e o sujeito surdo, 3 questões sobre autoimagem e 8 questões referentes a informações, métodos contraceptivos e as infecções sexualmente transmissíveis.

As respostas dos questionários foram analisadas com o auxílio do *software* Iramuteq. Esse *software* ancora-se no *software* R, possibilita o entendimento de textos e constrói resultados apresentados na forma de classificação hierárquica descendente, estatísticas, Análise de Especificidades e AFC (Análise Fatorial de Correspondência), análise de similitude e nuvem de palavras.

O Iramuteq foi desenvolvido por Ratinaud e Marchand (2012) e, permite diferentes formas de análises estatísticas sobre corpus textuais e de indivíduos por palavras. Desenvolvido inicialmente em língua francesa, este programa começou a ser utilizado na língua portuguesa em 2013.

Segundo Camargo e Justo (2013), o Iramuteq viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde os da lexicografia básica até análises multivariadas. As respostas dos acadêmicos passaram por correção linguística para otimização da análise dos dados por meio da técnica de análise de conteúdo, também foi considerada a frequência de repetição das palavras, com o uso do *software*.

“O Iramuteq pode trazer muitas contribuições aos estudos em ciências humanas e sociais, que têm o conteúdo simbólico proveniente dos materiais textuais como uma fonte importante de dados de pesquisa”. (Camargo; Justo, 2013, p. 01).

Na análise textual dos questionários deste estudo, o *software* Iramuteq foi utilizado para um tipo específico de análise de dados, que trata especificamente da análise de material verbal transcrito, ou seja, de textos produzidos em diferentes condições tais como textos escritos, entrevistas, documentos, redações etc., os quais são fontes tradicionalmente usadas nas pesquisas das áreas de Ciências Humanas e Sociais. (Nascimento; Menandro, 2006).

Esse *software* oferece a possibilidade de analisar diferentes grupos de palavras que foram narradas pelos acadêmicos no questionário, e com isso categorizam-se as palavras em classes, e, conseqüentemente visualizar aproximações e distanciamentos em suas narrativas para uma análise interpretativa.

Portanto, essa abordagem se caracteriza como uma estratégia que aplica métodos quantitativos (estatística, descritiva e inferencial) a dados qualitativos (textos subjetivos) com o objetivo de realizar análises sobre as características de um conjunto de significações sobre gênero e sexualidade dos acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES.

4.4 OS SUJEITOS DA PESQUISA: PERFIL DOS ALUNOS SURDOS

Esta escolha se deu, especialmente, a partir das reflexões sobre a especificidade da temática e público em questão, a saber as pessoas surdas e suas peculiaridades. Para esta população o mais importante não são as palavras emitidas, mas sim, as diferentes manifestações da linguagem observadas.

Guimarães e Silva (2020) identificou a importância de ampliar as informações sobre sexualidade para o surdo em diversas instâncias da sociedade com o intuito de ampliar e sistematizar o conhecimento sobre a temática em questão.

Para atingir os objetivos do estudo foram estabelecidos alguns critérios de inclusão: ser estudante com vínculo acadêmico ativo no Curso Presencial de Pedagogia Bilíngue do INES e ser surdo usuário de Libras.

Com a ajuda do coordenador do curso e uma professora do corpo docente, o link do questionário foi divulgado presencialmente em horário de aula e enviado por e-mail, WhatsApp e mensagens SMS que os acadêmicos cadastraram no sistema interno do INES. A partir desses contatos, o link ficou disponível durante 21 dias e houve um retorno com 7 questionários respondidos.

Para garantir o sigilo dos participantes, doravante os chamaremos dos principais nomes do elenco que compõem o filme “Nada Que Eu Ouça”, dirigido por Joseph Sargent, que é considerado um clássico, uma ótima sugestão para aqueles que começam a se aproximar das comunidades e da cultura surda. Nesse longa metragem, a disputa judicial pela guarda de um filho surdo torna-se pano de fundo para uma sensível discussão sobre implantes cocleares, identidade surda, orgulho surdo, etc. Em suma, um homem quer recuperar a audição de seu filho a partir de um procedimento cirúrgico, mas sua esposa surda não concorda com a ideia. À vista disso, a amostra final de sujeitos foi composta por dois homens, chamados de Adan e Dan e cinco mulheres chamadas Louise, Dra. Walters, Sally, Laura, Joana.

A seguir será apresentado um quadro para facilitar a visualização das características dos participantes da pesquisa, com informações como sexo, idade, se são filhos de pais surdos ou ouvintes e qual a comunicação que utiliza com a família.

Quadro 3 - Participantes da pesquisa

Nome	Sexo	Idade	Pais	Comunicação com a família
Louise	F	28	Ouvintes	Oralismo
Adan	M	23	Mãe surda	Libras
Dra. Walters	F	34	Ouvintes	Oralismo
Sally	F	52	Ouvintes	Libras
Dan	M	41	Pai Surdo	Não relatou
Laura	F	27	Ouvintes	Sinais caseiros
Joana	F	20	Ouvintes	Libras/gestos/escrita

Fonte: autoria própria (2025)

Louise tem 28 anos de idade, é do sexo feminino, solteira e nasceu em São Gonçalo. Atualmente cursa o 4º período do Curso de Pedagogia e começou a faculdade com 26 anos de idade. Considera que não segue nenhuma religião específica e afirma seguir somente os ensinamentos da Bíblia e Jesus Cristo de Nazaré. Não tem filhos e mora com os pais em Maricá-RJ e ambos são ouvintes, mas além dela, também tem uma prima surda na família, segundo ela, se comunicam pelo oralismo, pois na família ninguém sabe Libras. Louise relata que aprendeu Libras com um ex-namorado surdo.

Adan é do sexo masculino e tem 23 anos de idade, nascido em Campo Grande-RJ é solteiro e cursa o 6º semestre do Curso de Pedagogia e iniciou a graduação com 19 anos de idade. Considera-se católico e não tem filhos. Atualmente reside sozinho no Rio de Janeiro; sua mãe é surda e se comunicam por meio da Libras, língua que aprenderam na igreja com alguns colegas.

A Dra. Walters nasceu no Rio de Janeiro, é do sexo feminino, tem 34 anos de idade e não declarou o estado civil. Está cursando o 8º período do Curso de Pedagogia e iniciou a graduação com 25 anos de idade. Se considera cristã e não tem filhos, atualmente mora em Belford Roxo e seus pais são ouvintes e é a única surda na família e se comunica com eles por meio do oralismo, mas alguns parentes sabem Libras. A Dra. Walters disse que aprendeu um pouco de Libras na escola.

Sally é do sexo feminino, tem 52 anos de idade, casada, cursa o 8º semestre do Curso de Pedagogia e nasceu em Bonsucesso. É evangélica, tem duas filhas e mora em Itaboraí com filhas e esposo; seus pais são ouvintes e não tem mais nenhum integrante da família surdo, mas ela e as filhas conhecem Libras, que aprendeu na igreja e em cursos no INES.

Dan tem 41 anos de idade, é do sexo masculino, não declarou estado civil, nasceu em Minas Gerais, cursa o 2º período do Curso de Pedagogia e iniciou a faculdade com 40 anos de

idade. Dan não tem religião, tem 4 filhos e mora com sua família, seu pai é surdo, não disse como se comunicam, mas ninguém na família sabe Libras.

Laura nasceu em Petrópolis-RJ, é do sexo feminino, tem 27 anos de idade, não sinalizou seu estado civil, cursa o 6º semestre do Curso de Pedagogia e iniciou a graduação com 23 anos de idade. Laura é católica, não tem filhos e morava com os pais, mas atualmente mora sozinha no Rio de Janeiro, seus pais são ouvintes e em toda a família apenas ela é surda e se comunicam com gestos, pois ninguém sabe Libras, ela se lembra que na escola algumas pessoas começaram a ensinar Libras.

Finalmente, a última participante será chamada de Joana, ela tem 20 anos de idade, é do sexo feminino, frequenta o 2º período do Curso de Pedagogia, começou a faculdade com 18 anos de idade e nasceu em Niterói. É Cristã protestante, tem um filho e atualmente mora no Rio de Janeiro com o esposo. Seus pais são ouvintes, e ninguém da família é surdo, e ninguém é fluente na Libras, mas se comunica com eles por meio da Libras, gestos, escrevendo, pois aprendeu na igreja com várias pessoas e um pouco na escola.

Agora, com o desenho do perfil de todos os participantes da pesquisa, a próxima seção descreve e analisa os depoimentos enviados por eles à luz das teorias que envolvem as questões de gênero, sexualidade e surdez.

5. NARRATIVAS DOS ESTUDANTES SURDOS SOBRE A SEXUALIDADE

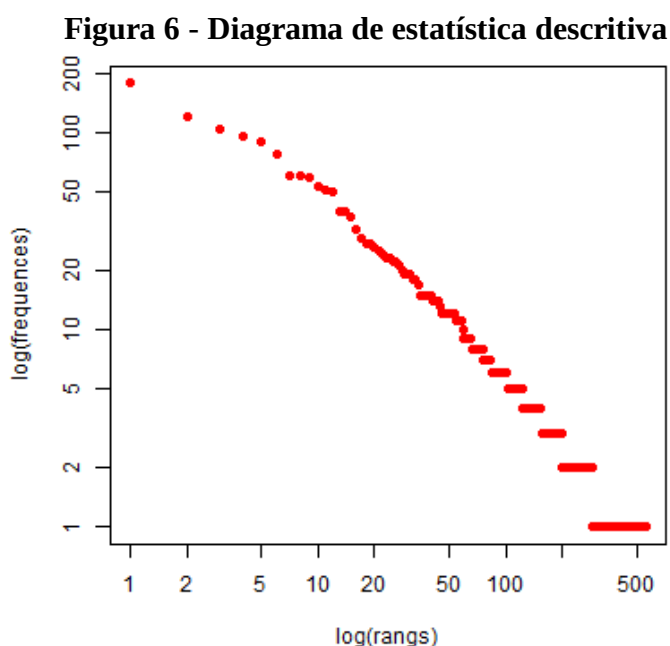
Para a análise dos dados da pesquisa com os estudantes surdos foram usadas estatísticas textuais clássicas, classificação hierárquica descendente, análise de similitude e nuvem de palavras, todas construídas com o Iramuteq utilizando um *corpus* textual.

Um corpus textual é um conjunto de textos em um único texto, desta forma, a matriz de análise dessa pesquisa apresenta uma estatística textual do Iramuteq, sendo que, o *corpus* textual foi constituído por sete textos, ou seja, sete questionários respondidos, separados por oitenta e dois segmentos de texto (ST) (recortes de mais ou menos três linhas de cada texto feito pelo Iramuteq), com aproveitamento de 81,25% de ST emergiram 2982 palavras. Destas ocorrências, 752 são formas diferentes, ou seja, palavras distintas que aparecem no corpus de texto. O número de hápax foi de 414, ou seja, um total de 55.05 % de palavras que aparecem uma única vez dentro do corpus.

Para a preparação desse corpus textual, conforme sugerido em Camargo e Justo (2013) foi usado um editor de textos e as respostas dos sete sujeitos foram organizadas em um arquivo único. Cada grupo de respostas é iniciado individualmente com uma linha de comando numerada sequencialmente da seguinte forma (**** *suj_01 *_ida_23 *_sex_01 *_es_01). Foram selecionadas quatro variáveis para diferenciar os sujeitos da pesquisa, a primeira define a ordem e o número do sujeito “suj”, a segunda descreve a idade “ida”, a terceira o sexo, sendo que os números 01 representam o sexo masculino e os números 02 o sexo feminino “sex” e, por último, o estado civil, em que lê-se: solteiro(a)_01, casado(a)_02_divorciado(a)_03, viúvo(a)_04.

Posteriormente, foi realizada uma revisão do material coletado dos questionários para corrigir erros de digitação, pois o dicionário do *software* foi calibrado para língua portuguesa. Então, a pontuação foi revisada, retirado alinhamento justificado negrito ou itálico, as siglas foram padronizadas, também não foram usados caracteres como hífen (-), apóstrofo (‘), aspas (‘), cifrão (\$), percentagem (%), reticências (...), asterisco (*). O *corpus* de texto foi preparado no Microsoft Word, em seguida o arquivo foi salvo no formato “texto sem formatação-outra codificação-Unicode (UTF 8)”. Após a preparação dos textos, os dados dos 7 sujeitos foram importados para o *software* Iramuteq com a definição dos caracteres no formato UTF 8 – *all languages* e no idioma *portuguese*, posteriormente foram aplicados os procedimentos e técnicas para a análise do conteúdo.

A partir de uma primeira análise textual podemos analisar o diagrama de Zipf a seguir com uma estatística descritiva que, a partir de uma ilustração gráfica da distribuição de frequências representa o comportamento das frequências de todas as palavras presentes no *corpus* textual. Deste modo, a Figura 6 apresenta uma curva com um formato decrescente da esquerda para a direita, o que significa que o lado superior esquerdo da curva é representado por muitas palavras que se repetem poucas vezes, no inverso, conforme o formato da curva decresce para a direita apresentam-se poucas palavras que se repetem muitas vezes.



Fonte: autoria própria (2023)

Como se observa, o eixo de *frequencies* demonstra quantas vezes uma palavra e suas formas associadas ou derivadas e ativas ou suplementares, enquanto no eixo de *rangs* mostra a quantidade dessas palavras. Assim, na Figura 6 percebe-se que uma única palavra foi citada com uma frequência próxima a 200 vezes, em consulta a planilha gerada no *software* Iramuteq foi verificado que se trata da palavra ‘de’ e suas formas associadas (de/da/do/dos/das). Outras 5 palavras (desses/dele/disso/dessa/dela) e suas respectivas formas associadas foram repetidas com uma frequência inferior a 20 vezes. A análise do eixo *rangs* infere que mais de 500 formas apareceram no *corpus* textual apenas 1 vez, tais como: “abominar, ausência, colo, coração, grave, etc”.

O segundo processamento realizado no Iramuteq para compreender os dados foi realizado empregando a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) ou método de Reinert,

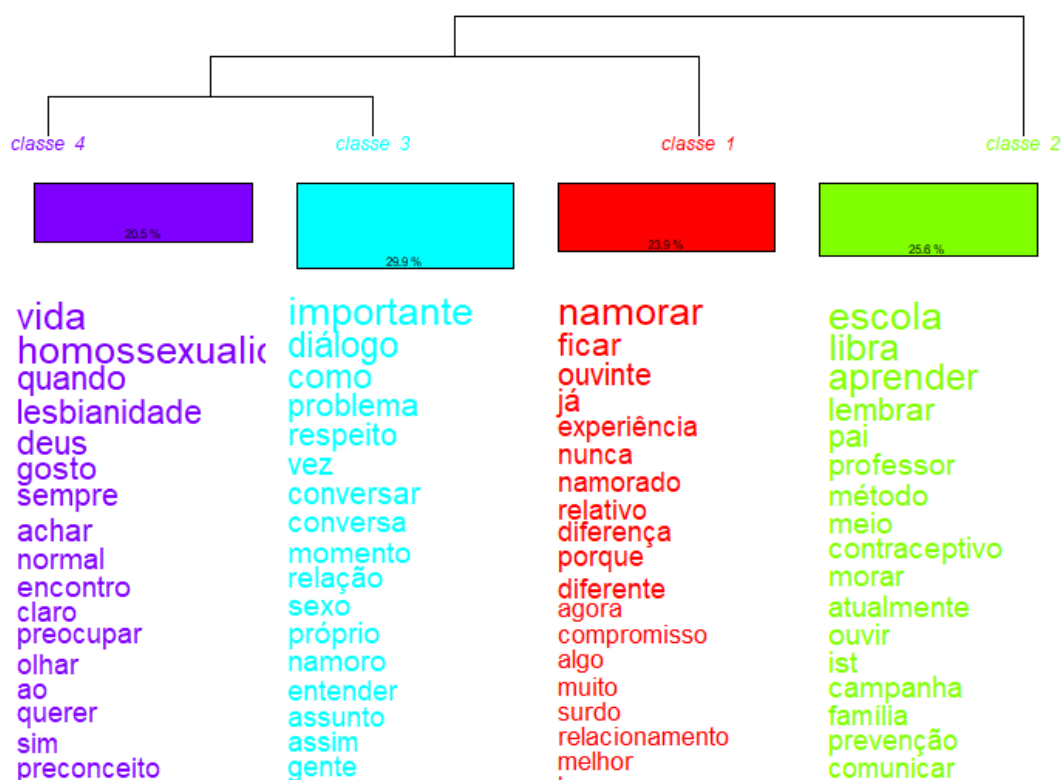
talvez, a análise mais importante realizada pelo *software* apresentando a relação entre as classes de ST. Cada classe de segmentos de texto apresenta vocabulário semelhante entre si, e simultaneamente, diferente do vocabulário dos ST das outras classes que surgem.

Deste modo, o *software* agrupa os ST e os vocabulários correlacionando-os por conteúdo, tema, assim, formando um esquema hierárquico de classes. Com isso, é possível inferir o conteúdo de cada um desses grupos e nomear cada classe a partir da compreensão teórica dessa pesquisa alinhada ao conteúdo de palavras e frases que emergem de cada sujeito.

Para nomeação e classificação das classes utilizou-se a ferramenta *Typical text segments* do Iramuteq, com esse recurso, exploramos melhor cada palavra e suas correlações dentro de um ST e, desta forma dar destaque para a frequência de cada palavra e as expressões que se combinam para chegar à formação e identificação de cada classe.

Vale ressaltar que essas 4 classes se encontram divididas na Figura 7, em duas ramificações principais (A e B) contendo as respostas dos sujeitos. O subcorpus A é solitário, composto apenas pela Classe 2. O subcorpus B se ramifica para a Classe 1 também isolada e, na outra subdivisão se ramifica com a união das Classes 3 e 4.

Figura 7 - Dendograma das classes



Fonte: autoria própria (2023).

O dendrograma nos reafirma a constituição do corpus por 7 textos. Separados por 144 ST, com aproveitamento de 117 ST (81,25%). Importante mencionar que um *corpus* textual deve ter retenção de no mínimo 70%, desta forma, o dendrograma está aprovado no teste de significância. O conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes: Classe 1: com 28 ST (23,9%); Classe 2: com 30 ST (30,6%); Classe 3: com 35 ST (35,9%) abriga a maior parte do *corpus* e Classe 4: com 24 ST (20,5%) dos 117 segmentos de texto aproveitados.

A Classe 1 (intitulada “Namoro”) se refere às narrativas que envolvem experiências de ficar e/ou namorar entre os surdos, inclusive com falas relativas à diferenciação de ficar e namorar entre surdos e ouvintes. A Classe 2 (intitulada “Educação”) recebeu esse título pois contém um agrupamento de respostas condizentes com o ato de educar e aprender, independente do contexto das aprendizagens sobre gênero e sexualidade, com destaque na escola com os professores e, mesmo diante da carência da Libras entre os pais e familiares.

A Classe 3 (intitulada “Importância do diálogo”) concentra os depoimentos com ênfase na importância da comunicação, que inferem a relevância do diálogo conversa e o respeito aos diferentes tipos de relação e para o enfrentamento dos problemas. A Classe 4 (intitulada “Homossexualidade”) contempla principalmente as narrativas acerca da homossexualidade na vida dos participantes, aborda com menos frequência a questão da lesbianidade, especialmente quando pauta entra no contexto dos discursos religiosos, sobretudo ao falar de Deus nas linhas do cristianismo.

Para ilustrar cada classe dividida nos parágrafos acima, foram separadas algumas respostas com as palavras de maior frequência em negrito. Na Classe 1 a palavra “namorar” aparece 22 vezes no total de 23 em todo o *corpus*. Lousie disse que “namorar é compromisso sério para se levar adiante. Ficar é algo sem compromisso. É totalmente diferente entre ficar e namorar, Porém é muita responsabilidade porque é algo que você está lidando com sentimentos dos outros e levar em consideração para tomar decisão com um indivíduo”; ao ser questionada sobre as experiências afetivas com surdos e ouvintes.

A palavra “Escola” aparece 16 vezes em todo o corpus, contudo, só na Classe 2 surgiu 14 vezes: Ao responder a pergunta sobre a lembrança de alguma campanha de prevenção de ISTs, se os surdos aprendem com essas campanhas, Laura afirmou: “lembro disso na escola mas muitas vezes as palestra eram muito simples e faltava comunicação pra gente”.

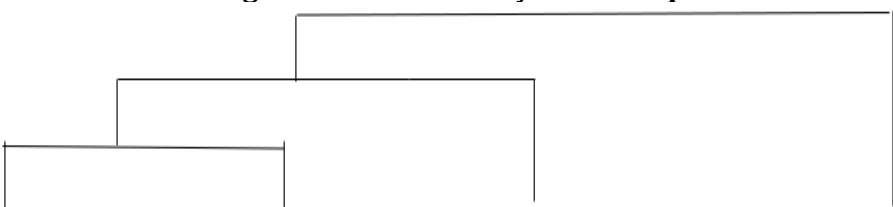
Na classe 3 a palavra “Diálogo” apareceu 11 vezes em total de 13 no *corpus* inteiro. E, quando perguntada sobre quais estratégias que utiliza para sedução, Sally respondeu: “Um bom diálogo e empatia durante o convívio”.

A palavra “Homossexualidade” surgiu 7 vezes na Classe 4, em um total de 8 no *corpus* inteiro: Mais uma vez, Sally foi indagada sobre o que pensava sobre a homossexualidade das pessoas surdas; e declarou que: “homossexualidade me preocupa se realmente é opcional ou influência por violação em algum tempo de sua vida o qual este não pode se manifestar para sociedade de forma clara. No mais vejo como escolher assim como o ouvinte faz”.

O dendrograma da Tabela 1 apresenta o resultado do processamento dos 7 textos do *corpus* textual. Na Tabela 1 pode-se visualizar a frequência (*f*) de vezes que a palavra surge em cada classe, o resultado do teste Qui-quadrado (χ^2) e as principais palavras que formam as 4 classes semânticas identificadas em todo o *corpus*. O teste X 2 foi utilizado no Iramuteq para testar a significância da associação observada entre categorias dispostas nas classes e apresentadas na tabela, destarte, são dispostas no dendrograma apenas as palavras de maior significância, com X 2 superior a 3.80.

O dendrograma demonstra a ligação entre as palavras que estão associadas entre si, isso permite interpretar as formações das classes individualmente, assim como, nos permite analisar as aproximações e afastamentos entre as classes criadas a partir das respostas dos sujeitos.

Tabela 1 - Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



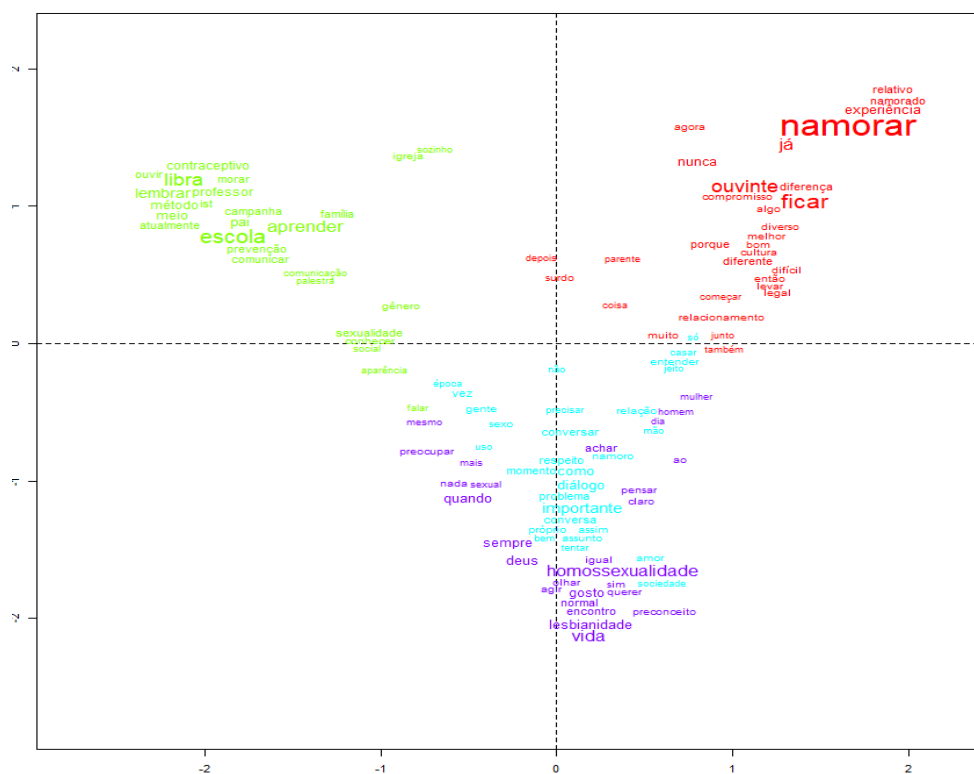
Classe 4 Homossexualidade			Classe 3 Importância do diálogo			Classe 1 Namoro			Classe 2 Educação		
Palavra	<i>f</i>	X ²	Palavra	<i>f</i>	X ²	Palavra	<i>f</i>	X ²	Palavra	<i>f</i>	X ²
vida	6	24.61	Importante	11	20.87	namorar	22	80.89	escola	14	37.2
homossexualidade	7	23.63	diálogo	6	14.82	ficar	16	41.66	libras	10	31.71
lesbianidade	4	16.05	problema	4	9.7	ouvinte	14	30.84	aprender	13	30.06
Deus	5	15.31	Respeito	8	8.61	experiência	5	16.6	pai	6	14.09
gosto	7	11.84	pessoa	15	9.38	nunca	7	12.75	professor	6	12.01
normal	5	7.54	conversa	7	8.38	diferente	6	7.81	método	4	12.01
encontro	5	7.54	sexo	4	6.25	compromisso	3	5.93	contraceptivo	4	12.01
olhar	3	4.99	relação	4	6.25	surdo	14	4.09	família	5	8.19
preconceito	3	4.80	namoro	5	6.12	relacionamento	4	3.21	prevenção	4	8.09
nada	2	4.02	dever	5	8.61	cultura	2	3.09	sexualidade	8	6.92
igual	2	4.02	assunto	4	4.07	diversidade	2	3.09	igreja	4	5.98
sexual	2	4.02	amor	3	4.02	difícil	2	3.09	gênero	7	4.95

Fonte: autoria própria (2023).

As respostas que formaram os textos das classes 3 e 4 são as que apresentam mais semelhança entre si e, ao mesmo tempo, são mais distantes frente às classes restantes. Pois, quanto mais afastado da ramificação inicial da CHD, menores serão as relações entre as palavras. Ao contrário, quanto mais próximas, maiores são os laços contextuais entre às classes. Nas classes 3 e 4 verifica-se formas vinculadas ao contexto dos surdos e sua cultura, a importância da conversar sobre as relações, sexo e amor, assim como as dificuldades dos relacionamentos entre surdos e ouvintes considerando os assuntos sobre namorar e ficar.

Como vimos, o teste Qui-quadrado (χ^2) apontou maior grau de significância estatística para as palavras na Classe 3, o que indica que esses termos possuem forte relação. Contudo, o isolamento da Classe 2 a coloca mais distante das demais classes, o que infere que as palavras desta classe se relacionam com mais intensidade com a Classe 1, colocando o processo de aprendizagem sobre as experiências dos sujeitos que abordam a temática dessa pesquisa no foco em ambas. A Figura 8 apresenta em uma visão bidimensional alguns aspectos da classificação hierárquica descendente a partir da Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Nessa ilustração percebe-se que o distanciamento ou aproximação das classes pode ser identificada com base na disposição nos quadrantes.

Figura 8 - Análise fatorial de correspondência (AFC) das classes obtidas na classificação hierárquica descendente



Fonte: autoria própria (2023)

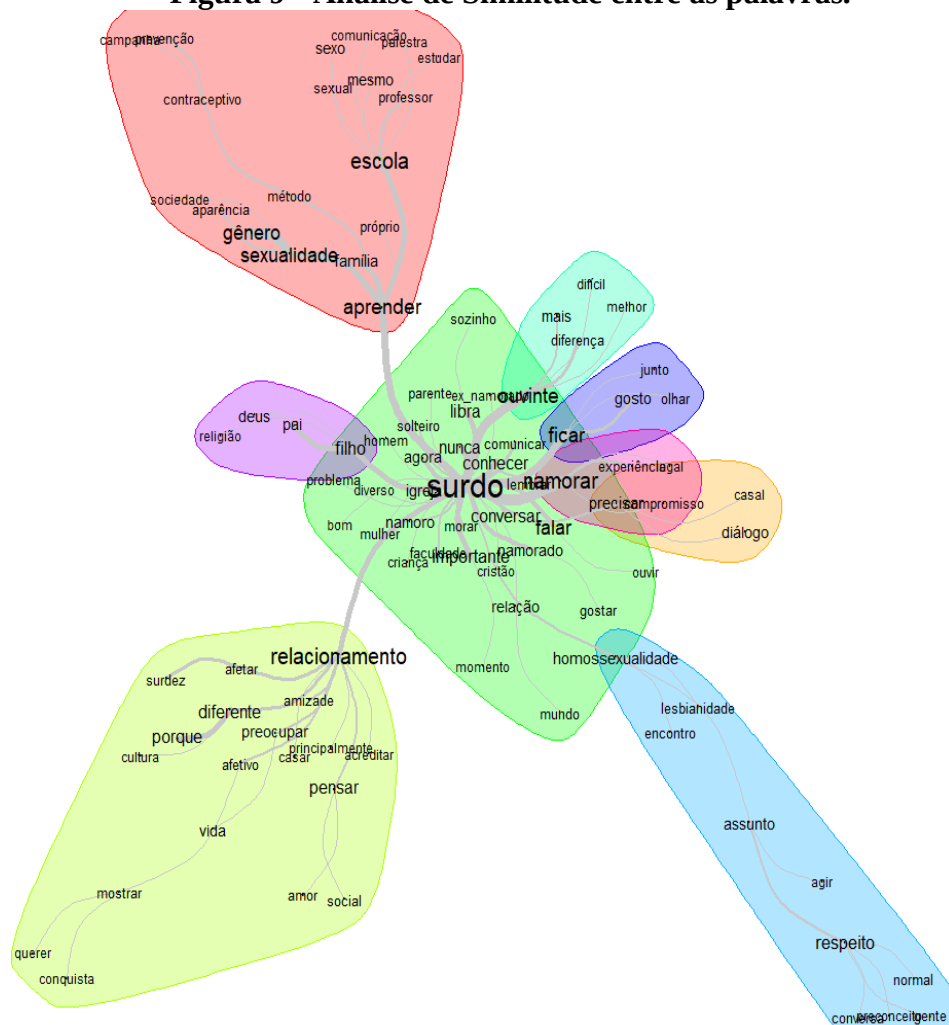
Na Figura 8, identifica-se e comprova-se maior aproximação entre as classes 3(azul) e 4 (roxa), assim como, o afastamento das classes 1 (vermelha) e isolamento no lado esquerdo a classe 2 (verde) com menor *score*. No plano cartesiano em destaque, ficam representadas as palavras mais significantes que formaram cada classe e o grau de importância de cada uma, com destaque para as palavras da classe 1 (namorar); palavras da classe 2 (escola); classe 3 (diálogo) e classe 4 (homossexualidade).

A próxima forma empregada para análise dos dados foi a Análise de Similitude, esta ferramenta é representada por meio de indicadores estatísticos com ligações existentes entre as palavras em um corpus que se assemelham à raiz de uma planta. Salviati (2017) evidencia que este tipo de análise do *software* é ancorado na teoria dos grafos, um ramo da matemática que estuda as relações entre os objetos de um determinado conjunto. No caso desta pesquisa, os grafos auxiliam na caracterização e visualização gráfica do *corpus* a partir das respostas dos estudantes, permitindo uma interpretação ampla de todo o conteúdo textual.

A análise de similitude apresentada na Figura 8 foi construída com 99 formas ativas das respostas dos estudantes, nessa imagem é possível observar a conexidade existente entre as palavras presentes nas narrativas, ademais, é importante notar o tamanho da fonte das palavras, assim como, a espessura das linhas que as ligam e os conjuntos de formas de cores diferentes a qual pertencem.

A análise de similitude gerou 9 grupos, sendo que os mais expressivos revelaram maior proximidade entre os termos “surdo”, “aprender”, “gênero e sexualidade”, “escola”, “relacionamento”, “ouvinte”, “ficar”, “namorar” e “homossexualidade”. Contudo, é evidente uma forte relação no grupo central com a palavra em maior destaque “surdo” (cor verde) e suas interfaces com as palavras ouvinte, namorar e ficar no grupo de formas nas cores rosa, roxo e azul do lado direito.

Figura 9 - Análise de Similitude entre as palavras.



Fonte: autoria própria (2023)

Fica bem descrita a importância da comunicação dos estudantes surdos para se expressarem sobre as diferenças entre os relacionamentos com ouvintes ou outros surdos, ao namorar, ficar ou com outras experiências afetivas. O trecho a seguir foi extraído da fala da Laura e fundamenta essa descrição: “já beijei um surdo depois da igreja, mas eu gostei de ficar com meu ex namorado que não era surdo”.

A partir dessa análise consegue-se entender a estrutura de construção do texto e temas de maior importância, o que permite compreender a estrutura de construção do texto e temáticas de relativa importância, mostrando as palavras próximas e distantes umas das outras, ou seja, como uma raiz de árvore com palavras e suas ramificações com base nas relações geradas entre si nos textos.

O último processamento realizado no *software* é denominado de Nuvem de Palavras. Caracteriza-se por agrupamento e organização gráfica das palavras de acordo com a frequência

o surdo cristão deve ter um relacionamento de respeito e amizade e pensar no casamento”. Contudo, realça que “a escola não é um local para isso, são jovens que precisam estudar”.

A escola tem sido caracterizada como um espaço privilegiado na educação para a sexualidade dos jovens conforma um lócus de grandes desafios (Monroy-Garzon; Silva, 2022). Entretanto, percebe-se na fala de Joana que ainda é preciso regular ações que busquem refletir para superar os desafios e dificuldades ainda evidentes de um conservadorismo histórico.

5.1 GÊNERO, SEXUALIDADE E AS RELAÇÕES AFETIVAS EM QUESTÃO

Nessa pesquisa, as interações sociais no campo de discussão de gênero e sexualidade diz respeito a dimensões subjetivas das pessoas, neste caso, em especial dos estudantes surdos, que se manifestam por dimensões interpessoais interpeladas pela cultura dos sujeitos em planos individuais e coletivos e, conduzem pensamentos possíveis sobre interfaces que originam interações sociais, sejam afetivas ou sexuais.

Em uma questão aberta, que tradução pode ser vista no *QRCode* da Figura 11, os estudantes foram estimulados a descrever o que achavam importante e o que pensavam sobre gênero e sexualidade. A Dra. Walters destaca que é “Importante saber porque eu vejo muita pessoa não pensar amor ou qual é problema sério mesmo importante essa.” Já, Louise entende “que falar sobre o gênero e sexualidade, primeiro para cada surdo se identificar a sua própria ‘identidade’ e ter seu autoconhecimento de si próprio diante a Sociedade”. Na mesma direção, Sally acredita que é “Importante pois abrange a sua identidade e os surdos muitas vezes não compreendem seu próprio eu”.

Figura 11 - QRCode para acessar a questão sobre gênero e sexualidade



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=b31NKx63ZqQ>

No primeiro depoimento, a Dra. Walters parece enaltecer um discurso com sentimento amoroso ao compreender esse sentimento afetivo como um marco nas produções de gênero e sexualidade.

Assim, ao ouvir mulheres falando sobre suas relações de amor e sexo, é necessário ter em mente que importa menos o fato de elas se apresentarem fisicamente como mulheres e mais a maneira como esta classificação corporal articula-se com outros fatores sociais (como geração, classe e escolaridade) e com os contextos a partir dos quais elas falam sobre suas experiências sexuais e afetivas. Desta forma, falar de mulheres não significa partir de uma “categoria natural”, mas compreender a multiplicidade de sentidos que entram em choque e em combinação para estruturar continuamente uma concepção social de gênero. (Moraes Alves, 2009, p. 05).

Interessante destacar que apenas um dos sujeitos citou a palavra “sexo”, um homem ao descrever o que pensava sobre gênero e sexualidade. Adan disse: “Respeito outro sexo e amor”, ou seja, os depoimentos colhidos demonstram que o sexo não está caracterizado como elemento central das significações dos estudantes diante da temática apresentada.

Já os dois depoimentos da Sally e Louise destacam paradoxos identitários sobre a constituição do sujeito. Carregados de subjetividade revelam que os conhecimentos sobre gênero e sexualidade caminham juntos com a necessidade do surdo conhecer a si mesmo.

Nessa direção Hall (2005) entende que as identidades não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior das representações. Em um contexto muitas vezes encenado por estigmas e consequências muitas vezes irreversíveis, Butler (2015) argumenta que a constituição das identidades sexuais e de gênero devem ser compreendidas

como uma adequação, no caso dos cisgêneros, ou como um enfrentamento das normas sociais da cisgeneridade ou da heterossexualidade.

Tilio e Haines (2021) problematizam e apontam as questões da identidade com as relações de gênero e sexualidade. Neste sentido, revelam que a constituição das identidades sexuais e de gênero respondem aos princípios organizadores das políticas de sexualidade, estas reafirmadas ou recusadas por intermédio de atos, gestos e atuações performativas reiteradas pelos indivíduos com orientações diferentes.

Louro (1997) também se aventura com o conceito de identidade, que pode ser formulado a partir de diferentes perspectivas dentro de complexas redes que constituem hierarquias entre os gêneros e por meio das instituições, discursos, códigos, práticas e símbolos. Destarte, entende o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos.

Notamos então, que a Sally e a Louise admitem que para falar de gênero e sexualidade, o sujeito surdo discursa sobre a importância um certo “autoconhecimento”, isto é, a tentativa de aproximação ou de reflexão sobre uma identidade interpelada e antecédida antes mesmo dos discursos sobre gênero e que, de algum modo podem incluir ou englobar as questões da sexualidade do surdo.

É nesse sentido que Rizzo e Gonçalves (2022b) denunciam que por não partilharem do mesmo acesso às informações que os ouvintes, os surdos têm demonstrado falta de conhecimento sobre sexualidade. Esta afirmação das autoras pode corroborar para sustentar o surgimento de diversos problemas no cotidiano da pessoa surda, inclusive para vivência de relações afetivas, como o namoro, por exemplo.

Nesta direção, se constitui a próxima pergunta. Foi solicitado que os estudantes descrevessem o tema namoro, o que pensavam sobre o namoro do surdo e o que achavam importante de modo geral. A tradução da pergunta pode ser vista no *QRCode* da Figura 12.

Figura 12 - *QRCode* para acessar a questão sobre namoro



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=kUIAJTGaRPQ>

As respostas dos estudantes significam o namoro como uma experiência amorosa, inclusive, semelhante à dos ouvintes. O Dan diz que “É importante a compreensão”; Adan destaca que “relacionamento para casar”; Laura afirma que “o surdo deve namorar e conhecer outras pessoas antes de casar igual a qualquer outra”. Louise fala que, “Minha experiência com meu antigo relacionamento de um surdo, foi vários conhecimentos, aprendizado e diversos entendimentos das coisas e das culturas diferentes entre amigos e parentes”. A Dra. Walters relata que, “Sim importante comunicação entender como ensinar mas aprender primeiro conhecer”.

A resposta da Sally foi uma exceção, pois, em um momento da sua resposta ela delata uma falta de preparação do sujeito surdo para com essa relação afetiva, que vai além da relação sexual ao descrever: “Sobre namoro acho importante a orientação. Pois muitas oportunidades serão oferecidas na relação com o outro, assim como a mudança no que se refere a convívio. E o surdo muitas vezes não está preparado para este momento. Devendo ser orientado sobre riscos e prevenções que um casal precisa ter numa relação a dois. Não só no sexo”.

Os estudantes que descrevem o namoro como uma experiência de amor, compreensão, preparação e aprendizagem demonstram a capacidade subjetiva de se relacionar em uma dimensão afetiva, essas manifestações podem ter significados próprios e diferentes na vida de cada estudante. Contudo, de forma geral indicam as maneiras como a pessoa se vincula com outras pessoas, inclusive, consigo mesmo.

“A afetividade permeia todas as dimensões da existência e está presente na vida do ser humano de um modo envolvente e intenso, como nas emoções; de maneira sutil, em certos estados de ânimo; e ainda em forma de vínculos negativos ou positivos, nos sentimentos” (Yamada; Bevilacqua, 2012, p. 06).

Deste modo, as relações afetivas manifestadas dentro da temática do namoro na surdez, denota uma troca de experiências como elemento mediador das relações sociais que podem abordar questões da sexualidade e, desta forma:

Nessa conjuntura, nota-se que a sexualidade das pessoas surdas não se difere da dos ouvintes, contudo, os ouvintes têm mais acesso ao conhecimento relacionado a essas questões, e as informações que chegam aos surdos são diferentes, muitas vezes insuficientes, seja pela falta do acesso linguístico, ou até mesmo por acreditarem que são assexuados, pois a comunidade surda é marcada por uma diferença que muitas vezes a discrimina e a segrega (Rizzo; Gonçalves, 2022b, p. 07).

Portanto, com base em Louro (1997), percebe-se que é na esfera das relações sociais que se constroem os gêneros e se manifestam as noções de sexualidade. De qualquer forma, a

autora ainda salienta que para compreender o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade é importante observar não exclusivamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos.

No tocante ao sexo, em especial a relação sexual, a explanação da Sally reafirma a necessidade de se refletir sobre processos comunicacionais e educacionais para a comunidade surda em relação a esta temática. O despreparo que a estudante afirma que muitas vezes permeia as relações na surdez é um efeito da carência ou ausência de comunicação do surdo com o mundo, resultando em repressões sociais, devido a limitada interação com outras pessoas e, consequentemente restringindo e/ou limitando o ambiente de namoro.

Para Henrique, Freitas e Hardoim (2018), essa temática pode se tornar ainda mais difícil quando o público está composto de pessoas surdas, visto que se somam duas dificuldades: a abordagem do tema que, em geral, está revestido de mitos e tabus, além do fato das dificuldades de comunicação existentes entre surdos e ouvintes.

Além disso, ao mencionar o sexo em sua fala, Sally desencadeia uma preocupação a respeito da relação sexual para o sujeito surdo, especialmente pela limitação existente na barreira linguística que pode obstruir a comunicação sobre informações acerca de comportamentos sexuais inadequados para a saúde.

Silva e Cavalcanti (2016) investigaram o comportamento sexual dos surdos ativos sexualmente, participantes do grupo instituído como Comunidade Surda. Os resultados indicaram a existência do comportamento sexual de risco dos surdos e suas causas, evidenciando a importância de políticas públicas voltadas para este grupo que visem contribuir com a redução desses riscos.

Para compreender de uma maneira mais ampla as significações dos estudantes sobre as formas que interpretam seus relacionamentos. A próxima pergunta apresenta três imagens diferentes que objetiva instigar os estudantes a comentar cada uma delas individualmente a partir de suas experiências.

A primeira imagem contém um grupo de jovens conversando em um sofá, com base nessa ilustração foi solicitado que os estudantes descrevessem o que achavam como as pessoas que estão na imagem fariam para iniciar uma relação afetiva? A imagem e a tradução da pergunta podem ser vistas no *QRCode* da Figura 13.

Figura 13 - QRCode sobre jovens conversando no sofá



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Qnso-OkFA-g&t=20s>

Nesta investigação, compreende-se que o conceito de relacionamento afetivo engloba as relações baseadas em sentimentos variáveis entre as pessoas, como acontece nos relacionamentos com as famílias, entre os casais e nas amizades.

Os estudantes Laura e Adan foram os únicos que atribuíram os significados afetivos relacionados ao namoro para a imagem apresentada. Os demais perceberam as relações sociais de modo afetivo a partir de uma forma mais ampla. A primeira narra que iniciaria ao “oferecer uma bebida e ir juntos buscar e ficar sozinhos pra namorar”; o segundo afirma que seria com “um namoro”.

Por outro ângulo, Louise diz que precisa “haver diálogos!”; Dra. Walters pensa que é “importante relacionamento mente e coração; Sally supõe que “Iniciaram contando histórias convincentes de entretenimento que chamassem a atenção do grupo e principalmente da pessoa a qual quer chamar atenção”; Dan acredita que “Pegando na mão”; por fim, Joana indica que começaria “mostrando que é uma pessoa de amizade sólida”.

Percebe-se que as narrativas dos estudantes permeiam várias dimensões afetivas e são descritas por meio de diversas emoções relacionadas a amizade, namoro, diálogo e o contato corporal. Em vista disso:

[...] a afetividade permeia todas as dimensões da existência e está presente na vida do ser humano de um modo envolvente e intenso, como nas emoções; de maneira sutil, em certos estados de ânimo; e ainda em forma de vínculos negativos ou positivos, nos sentimentos. Ou seja, o tipo de relação mantida com os objetos e as pessoas pode ter um caráter positivo, quando aproxima e constrói, e um caráter negativo, quando distancia e destrói. Sendo assim, o sentimento é uma das maneiras de o homem experienciar suas relações - positiva ou negativamente - e de atribuir significações ao vivido, que passam a constituir o seu modo de ser. (Yamada; Bevilacqua, 2012, p. 07).

É instigante pensar nas relações que o surdo pode associar com as trocas de experiências em diversas ocasiões, inclusive, ao interpretar uma imagem com a construção de significados tão diferentes e, a partir disso refletir como essas interpretações se constroem por meio visual e como se efetivam.

Nas palavras de Perlin (2001, p. 54), "os surdos são surdos em relação à experiência visual e longe da experiência auditiva". Para tanto, a segunda imagem, traduzida em forma de pergunta, pode ser visualizada no *QRCode* da Figura 14. A imagem contém um grupo de jovens estudando na biblioteca. Nela, questiona-se como os estudantes acham que os jovens fariam para iniciar uma relação afetiva na escola?

Figura 14 - *QRCode* sobre jovens conversando na biblioteca



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=tCk0H7rZPaI&t=1s>

Um conjunto de cinco respostas não se distancia da análise realizada a partir da figura anterior. Nesta, Adan anuncia que precisa de “conversa”; a Dra. Walters salienta que “Sim é muito importante amizade compartilhar”; Sally acha que “Mostrariam suas qualidades de conquista”; Dan acredita que “Olhando para o outro”; Laura, mais uma vez enfatiza que “pegando na mão da garota e começar a ficar namorando”.

Nessa conjuntura, destacam duas respostas: Joana se distingue das demais ao dizer que “a escola não é um local para isso, são jovens que precisam estudar”. E, Louise destaca que deveriam “ter socialização com todos independentes de raças e cores.”

A narrativa de Joana demonstra que os alunos no contexto escolar deveriam ter como foco o desenvolvimento do estudo e a aprendizagem, deixando claro que não é um espaço para intimidades de namoro nas suas dependências. Nesse rumo, Dutra (2018) analisou as relações interpessoais e afetivas de adolescentes surdos em uma escola pública do Distrito Federal, os resultados apontaram vários aspectos que contribuem no contexto da organização escolar para

o desenvolvimento das relações interpessoais, são elas: aulas direto por meio da Libras, o layout da sala de aula, pois permite que o estudante surdo acompanhe tudo o que acontece em sala de aula.

Ademais, a investigação de Dutra (2018) ainda demonstra que para o desenvolvimento das relações interpessoais e afetivas dos estudantes surdos é necessário vivenciar experiências de confiança, intimidade, amizade, contato diário, comunicação em Libras ou pela escrita em língua portuguesa e demonstração das emoções, como exemplo abraço como algo bom e que exterioriza o pensamento do sentimento saudade.

Com base no exposto pela Joana, evoca-se as polêmicas sobre a dicotomia entre o papel da escola, especialmente se considerar que essas instituições também tem uma função muito importante na vida dos alunos, assim dizendo, não é reduzida à transmissão de conhecimentos científicos, mas também pela formação humana plena dos alunos. Sendo necessário, oferecer habilidades e valores necessários para que todos consigam lidar com diversas relações afetivas e sociais.

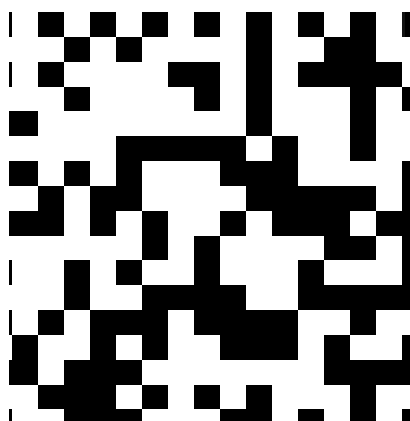
A narrativa de Louise permite dizer que a diversidade entre pessoas com surdez é um assunto que ainda precisa ser muito falado, pois, de modo geral, a própria surdez é diversa e as formas de comunicação são plurais. Portanto, a sociedade precisa considerar a diversidade humana em geral, não reduzir as diferenças apenas nas cores das etnias: branca, preta, parda, indígena ou amarela, a diversidade humana é muito mais ampla e variada.

A perspectiva da diversidade é complexa, um conceito que proclama a existência de uma base para a diferença. Nesse caso, a diferença deveria ser naturalizada, pedagogicamente recomendada para discussões acerca do respeito e tolerância (Woodward, 2009). Assim sendo, antes mesmo de se refletir sobre tolerância, respeito mútuo e admitir a diferença entre as pessoas surdas ou não surdas, é preciso explicar como a diversidade e a diferença são ativamente produzidas na sociedade, assim como, compreender o modo como a diversidade e as diferenças são significadas por esses sujeitos.

Portanto, a diversidade biológica pode ser um produto da natureza; o mesmo não se pode dizer da diversidade cultural. A diversidade cultural não é, nunca, um ponto de origem: ela é, em vez disso, o ponto final de um processo conduzido por operações de diferenciação”. (Woodward, 2009, p. 100)

A terceira e última imagem, traduzida em forma de pergunta, pode ser visualizada no QRCode da Figura 15. A imagem contém duas mãos entrelaçadas. Nela, os estudantes são questionados de como deveria ser um relacionamento afetivo?

Figura 15 - QRCode sobre relacionamento afetivo



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=vTmcuQ1SKEU>

De acordo com as narrativas dos sujeitos foram identificadas três categorias com conteúdos diferentes, a primeira retrata os relacionamentos afetivos relacionados à união entre duas pessoas, a sentimentos como alegria, amor, carinho e tristeza. Como se observa na narrativa da Louise ao dizer: “eu acho normal super normal isso e nada demais (social e lazer), Haver sempre respeito, mas CLARO que o "Casal" tem que está ciente em que local que estiver presente tem que levar em consideração em certos ambientes estiver frequentando haverá momento que não será recomendado de está com duas mãos entrelaçadas... com por exemplo (uma palestra formais, workshops entre outros”.

No mesmo sentido, a Dra. Walters afirma que, “Eu creio que sim junto carinho amor alegria ou tristeza chorar sempre aprender”; Dan ressalta que apenas “Com amor” e; Laura comenta que ao “colocar a mão no colo e fazer carinho”

Mais uma vez, percebe-se que a maior parte das narrativas dos estudantes circundam o relacionamento com as histórias com experiências que envolvem costumes e sentimentos, a partir do cultivo de gestos que demonstram o interesse pelo outro.

Contudo, uma segunda categoria entra no assunto da religiosidade e sua influência nas práticas afetivas da sociedade contemporânea. Joana acredita que “um relacionamento afetivo dentro da religiosidade sempre pode ser preservado sem o casal fugir da imoralidade no mundo de hoje”.

Spacov e Silva (2021) se propuseram a estudar a religião e o relacionamento afetivo no contexto da formação de identidade de gênero. Essa investigação se constituiu por meio de depoimentos semiestruturados, com perguntas acerca da relação amorosa e conjugal, incluindo aspectos cotidianos para pessoas do ambiente religioso. A apreciação do conteúdo coletado se deu por meio do levantamento dos temas: religiosidade, afetividade e gênero e os resultados

foram analisados à luz de teorias feministas, com ênfase às que evocam as interpolações religiosas e interseccionalidades feminista. Nas palavras das autoras:

A forma como cada cultura define o que é ser mulher ou homem, consolida diferenças de gênero que são elaboradas através de processos psicológicos da vida cotidiana, além de gerar expectativas acerca dos comportamentos adotados pelos indivíduos. A realidade existencial da mulher na cultura religiosa cristã é construída através do outorgar do homem, que arquiteta em seu imaginário, o papel social de ambas as partes. Neste contexto, o homem busca sua identidade, projetando-se no seu Criador e tenta, de uma forma simbólica, construir a relação afetiva relacional. A violência sexista no campo da afetividade traduz as encenações desempenhadas pelos atores sociais macho e fêmea, na perpetuação das identidades arquitetadas em alguns grupos religiosos e insiste de forma confluyente, o poder sócio-religioso-cultural (Spacov; Silva, 2021, p. 02).

É sabido que as tradições religiosas, especialmente as cristãs, conduziram grande parte dos costumes que até os dias atuais são vigentes e influenciam as relações afetivas, uma problemática que, quando envolvida por discursos de uma bancada evangélica conservadora gera muitas polêmicas, especialmente quando se constata um movimento de combate a chamada “ideologia de gênero”.

É interessante frisar que nos dias atuais pesquisas já indicam que alguns discursos precisam ser renovados dentro da própria igreja. Inclusive, Spacov e Silva (2021, p. 08) reforçam que:

O ensino teológico atual, deve combater a desigualdade “natural” imposta por uma exegese distorcida, de um Deus desigualador e ampliar a igualdade social através do desenvolvimento de ações que tornem efetivas relações equânimes e integrativas entre homens e mulheres. Tendo em vista, que não há macho nem fêmea, pois todos somos um em Cristo (Gl 3,28) (Spacov; Silva, 2021, p. 08).

Esse cenário sustenta a criação de uma terceira e última categoria sobre como os estudantes acham que deveria ser um relacionamento afetivo. Joana ressalta que “relacionamento afetivo que engloba proximidade e intimidade seja de pai e filho”. Homem mulher, mulher e mulher ou homem e homem. Independente do gênero”. De forma mais direta, Adan acredita que deve ser “homem com mulher”.

Ambas as narrativas sugerem rastros de um debate acerca da homossexualidade e lesbianidade, contudo, com diferentes posicionamentos. No primeiro, as palavras de Joana parecem construir um discurso de respeito à diversidade sexual para as relações afetivas, reconhecendo a singularidade e o direito à liberdade de toda e qualquer pessoa.

Em oposição, Dan simboliza o relacionamento afetivo com exclusividade na orientação heterossexual, ou seja, um relacionamento entre homem e mulher. Sabe-se que ainda existem muitas ações que marginalizam, ignoram ou perseguem por meio práticas sociais, crenças ou políticas, qualquer orientação que seja diferente da heterossexual.

Abreu (2015) investigou experiências linguísticas e sexuais não hegemônicas a partir de um estudo das narrativas de surdos homossexuais. Sustentado em uma Perspectiva Histórico-Cultural, o pesquisador concluiu que esse grupo minoritário (surdo) ainda é visto sob a lógica do defeito, como alguém que precisa ser normal, respondendo a um modelo hegemônico que tende a padronizar os sujeitos dentro de categorias fixas de desenvolvimento humano, língua e expressão sexual.

A história apresenta uma cruel semelhança entre a surdez e a homossexualidade, ambas foram classificadas como doença. Bueno (1998) analisou criticamente a relação entre a surdez, a linguagem e a cultura e com uma abordagem multiculturalista evidenciou relações da surdez com a normalidade-patologia. Góis (2000) examinou a construção de uma percepção sobre a homossexualidade como entidade patológica e patogênica nos Estados Unidos e identificou como tal percepção influenciou a associação entre AIDS e os homossexuais.

Sim, é preciso lembrar dessa classificação patológica, pois, além de refletir, é necessário criar ações com condições concretas para a extinção de condições hostis, preconceituosas e discriminatórias que envolvam as pessoas surdas ou qualquer pessoa, reconhecendo e respeitando as identidades de todas as pessoas em suas diferentes intersecções (gênero, etnias, raça, orientação sexual e outras formas de pertencimento). É a partir dessa denúncia e incômodo que se construirá a próxima seção da pesquisa, com vistas à guisa de uma conclusão.

5.2 A HOMOSSEXUALIDADE E A LESBIANIDADE NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SURDOS

Seguindo com a proposta de investigação sobre gênero e sexualidade a partir das percepções de pessoas surdas, dilemas históricos, políticos e sociais culminam em reflexões emergentes dessa temática entrelaçadas com estudos referentes a homossexualidade e a lesbianidade. No tocante à pessoa surda, algumas questões referentes ao preconceito podem ser potencializadas devido aos estigmas sociais heteronormativos somados a própria comunicação, ou, carência dela.

Portanto, destaco a importância desta seção da tese, visto tratar de uma temática fundamental para o reconhecimento do outro numa sociedade a qual ainda se percebem manifestações sistêmicas homofóbicas direcionadas diretamente ou de forma camuflada em um sistema heteronormativo. Principalmente no contexto daquelas pessoas invisibilizadas (in)conscientemente, seja pelo não aceite da diferença e/ou pela intolerância de uma sociedade marcadamente conservadora e reprodutora de fundamentalismos religiosos.

Nesse contexto, surge uma questão que busca saber o que os sujeitos da pesquisa pensam sobre a homossexualidade/lesbianidade das pessoas surdas. Na estrutura das respostas encontramos três categorias distintas: na primeira surgem depoimentos que ainda não estão em harmonia com o respeito às diferenças existentes entre cada ser humano para a construção de uma sociedade democrática; a segunda parece reconhecer a singularidade de cada pessoa e a complexidade dessa imersão no tocante ao gênero e a sexualidade; a terceira ainda não tem uma opinião ou preferiram não dizer nada.

Na primeira categoria, Adan descreve sua percepção como “não sagrado”. Sally ressalta: “Me preocupo se realmente é opcional ou influência por violação em algum tempo de sua vida o qual este não pode se manifestar para sociedade de forma clara”. Essa categoria de depoimentos finaliza com a fala de Joana, afirmando que: “Acho que tudo tem que ter limite, hoje em dia a imoralidade sexual está se tornando comum aos olhos do homem”. Em especial, sobre a lesbianidade ainda ressalta que “as pessoas precisam se apegar mais com Deus, orar e ler a bíblia para tirar suas próprias conclusões”.

A segunda categoria, inicialmente é encenada com a fala de Louise ao destacar que o tema é muito complexo, “Porém, tenho mente aberta para entender como os outros são e como eles falam em determinados assuntos e claro usando o máximo de respeito entre opiniões e pensamentos de cada um”. Dan acredita que é “tudo normal”; Laura enfatiza sobre a lesbianidade, “acho que se a mulher surda quer ficar com outra surda não tem problema, a vida é dela e faz o que quer com o corpo e suas vontades com outra mulher, *mas eu não gosto*”.

As falas descritas na primeira categoria acentuam fortemente como a religiosidade influência na percepção dessas pessoas, há de se admitir que as nuances entre homossexualidade e religião diminuíram nos últimos anos, particularmente na igreja católica com os novos discursos do Papa Francisco. Lima (2024) destaca em seu estudo que ao se referir a questões específicas da homossexualidade, o Papa Francisco chama a atenção que a Igreja deve assumir o comportamento de Jesus, por todas as pessoas, sem exceção, com um amor sem fronteiras. Para as famílias que têm filhos homossexuais, ele reafirma que cada pessoa, independentemente

de sua orientação sexual, deve ser acolhida e respeitada em sua dignidade, evitando-se toda discriminação injusta, agressão e violência.

Desse modo, ainda é necessário potencializar esse tipo de reflexão, pois, ao mesmo tempo, muitas pessoas homossexuais são objeto de forte hostilidade, muitas vezes com motivações religiosas como percebe-se nas falas da primeira categoria.

Há mais de uma década, Modesto (2011) iniciou um trabalho considerado inovador e pioneiro no Brasil, tendo como princípio o acompanhamento de pais e mães de homossexuais e transexuais por meio do Grupo de Pais de LGBTs. Também com atenção às manifestações religiosas, nesse espaço são realizadas reflexões sobre a aceitação sem quaisquer julgamentos, compreensão e, sobretudo, as informações de que necessitam para enfrentar essa questão que tanto impactam suas vidas.

Para algumas pessoas, a religião pode ser importante para o desenvolvimento da personalidade, no caso dos jovens, e na busca de equilíbrio, no caso das pessoas mais velhas. Nessa circunstância, a religião deveria ser um caminho de busca de amor, solidariedade e compreensão para os homossexuais e também para as suas famílias (Modesto, 2008).

À vista disso, vale citar a pesquisa de Modesto (2011, p. 98), a qual apresenta uma questão interessante que pode proporcionar uma reflexão crítica sobre como Deus também é feito de diversidade religiosa. A pesquisadora questiona se há uma parte *gay* em Deus, e a resposta de Beto é: “Sem dúvida, como há uma parte mulher, como há uma parte negra, como há uma parte oriental, como: Na verdade é uma reflexão das multifaces de Deus.”

Talvez, esse tipo de pensamento pode servir de base para iluminar a discussão sobre as relações entre homossexualidade, religião, sexualidades e gênero, principalmente com composição atual do campo religioso brasileiro e global e, desta forma, buscar maior compreensão teórica referente ao papel desempenhado pelas religiões, mais especificamente na vida das pessoas que aderem a elas e apresentar indagações que envolvem a religiosidade e a desigualdade de gênero.

Ao serem questionados sobre o que pensam e como agem quando encontram uma pessoa homossexual, a Dra. Walters se manifesta sozinha na terceira e última categoria ao salientar de forma neutra que: “não sei dizer” e “penso nada a respeito”. Interessante destacar que Sally foi caracterizada na primeira categoria com a maioria do seu discurso direcionado a intolerância e discriminação, contudo, nessa questão ela afirma que ao se encontrar com uma pessoa homossexual, a trata de “forma natural, não converso ou diferencio a pessoa pelo sexo. E sim pelo seu caráter e personalidade. Independe de sexo ou gênero. Isso é que diferenciam as pessoas que gosto de ficar próxima quando encontro”.

Já Adan e Joana, que encenaram a primeira categoria, continuam com opiniões que podem indicar níveis de intolerância com a orientação sexual do outro ao mencionarem: “eu respeito, não acho bonito” (Adan); “Penso que Deus vai agir na vida de todos” (Joana). Contudo, agora somada a interpretação de Laura, “eu respeito e converso de qualquer jeito como outra pessoa, mas não gosto de conversas quentes com essas pessoas”.

Talvez essa flexibilidade da fala de Sally ou, a incomplacência nos depoimentos das pessoas da primeira categoria é resultado do que a história da humanidade nos conta, que por séculos a sexualidade foi ligada a religião ou a uma filosofia moral, apesar disso, com o avanço ciência, a sexualidade tornou-se objeto de estudo e de conhecimento científico em vários campos de investigação, desta forma, iniciaram-se campos de classificação e interpretação no âmbito biológico, social e cultural. De qualquer modo, devido ao gênero e a sexualidade serem manifestados em um contexto cultural e histórico, são estabelecidos conceitos para cada tipo de sociedade, que em seu interior ainda recebem diferentes interpretações com costumes e crenças diversas, assim, podem surgir discursos sobre os padrões de normalidade em relação à orientação sexual das pessoas, por exemplo. Infelizmente, tais padrões criam hierarquias do que se dita normal e/ou anormal, em outros termos, a (des)valorização de uma pessoa em relação a outra.

O problema central é que mesmo a medicina se apoiou em discursos cristãos na virada do século XIX para o XX, na qual propunha ações médico-corretivas para os homossexuais, e a homossexualidade passou a ser compreendida em termos biológicos com a obrigação de conduzir o ser humano ao caminho correto da sexualidade, em que o sexo era justificado apenas para a reprodução da espécie e qualquer atividade sexual que se distanciasse desse preceito seria um pecado contra a natureza humana (Ferrari, 2005).

Boaventura (2019) delineia que o campo investigativo que envolve as pessoas surdas e a surdez tem sido responsável por inúmeras produções científicas, em diferentes áreas do conhecimento, na perspectiva dos Estudos Surdos em Educação. Contudo, percebe-se que ainda é diminuto o campo de investigação sobre a conexão entre a surdez e a homossexualidade a partir da construção de um padrão de “normalidade” e da operação de mecanismos de normalização que atravessam as experiências vivenciadas por pessoas surdas.

É importante que se continue a investigar e interrogar os motivos pelos quais as violências geradas pela discriminação e preconceito decorrentes da surdez são de ordem biológica/fisiológica, enquanto que a homossexualidade gera repulsa social, sendo, por vezes, baseadas na moral e na religião (Boaventura, 2019).

Dentro dessa problemática, pode se dizer que não ouvir pode invisibilizar a pessoa surda, especialmente com a temáticas sensíveis que envolvem homossexualidade. Conforme salienta Skliar (2010, p. 21), “ser ouvinte é ser falante e é também ser branco, homem, profissional, letrado, civilizado. Ser surdo, portanto, significa não falar – surdo mudo – e não ser humano”. Por décadas os estudos realizados com surdos partiram do eixo central do *déficit* linguístico (visão patológica), sendo o gênero e a sexualidade tratados apenas como sinônimos de sexo ou reprodução humana. Esse cenário de desigualdade da qualidade informativa reflete no ambiente escolar, que é uma célula de origem do conhecimento sistematizado.

Nesse caminho, ao ser interrogada sobre as adversidades que poderia assinalar que ocorrem nos estabelecimentos de ensino, relacionados à homossexualidade entre os surdos, Sally revela que “a falta de comunicação e compreensão sobre sua escolha sexual. Às vezes o vendo como imitador da sociedade pela escolha modista de sua época e vivência” (grifo nosso). Enquanto os demais apontam o preconceito como uma aversão aos homossexuais. Apesar disso, Joana completa dizendo que “ninguém é igual ao outro, mas também ninguém é obrigado a se completar no outro”.

Nesse ponto, advogamos a necessidade de destacar que a combinação das categorias homossexualidade, gênero, sexualidade e surdez é recente, especialmente para as comunidades surdas de algumas regiões as quais ainda são enraizadas em padrões e discursos tradicionais, onde talvez o conhecimento científico que tem sido produzido ainda não chegou de forma concreta como prática pedagógica no âmbito escolar. Talvez, Sally ainda não tem a noção do teor das palavras (imitador, modista) que usa para descrever as adversidades que poderia ocorrer nos estabelecimentos de ensino, relacionados à homossexualidade entre os surdos, quiçá pela desigualdade e qualidade de informações de um tema relativamente novo para comunidade surda.

Nesse tocante, a informação é “deficiente”, Boaventura (2019) desenvolveu um estudo com surdos que se declaram *gays*, usuários da língua de sinais e com idade entre 25 e 50 anos, que relataram experiências na escola. A seguir, segue um trecho da fala de um de seus depoentes:

[...] na escola, existe um preconceito porque os ouvintes dentro da escola pareciam que eles aproveitavam por eu ser surdo parece “ah! o surdo não sabe, ele é burro não tem comunicação ele não sabe.” E eles me passavam, parecia que eles me passavam a informação errada e essa informação errada que eu recebia eu reproduzia essas informações (Boaventura, 2019, p. 88).

Com relação aos surdos, é importante destacar que a condição de incompatibilidade linguística com a comunidade ouvinte majoritária e a não aquisição da língua de sinais podem

favorecer a emergência de contextos abusivos e geram situações complexas para a formação do surdo (Abreu *et al.*, 2015), nesse caso, informações precárias, enfermas ou até mesmo a ausência delas no tocante a homossexualidade e a pessoa surda.

Sabemos que a escola tem um papel social importante de formar cidadãos emancipados conectando o conhecimento às vivências de todos os alunos. Entretanto, não é raro ouvirmos que a própria sala de aula se torna uma rede de manifestações de caráter ofensivo, preconceituoso, discriminatório e de grave intolerância.

Joana, por exemplo, manifesta em todas as suas falas uma relação direta com a primeira categoria de depoimentos. Ao ser indagada sobre o que pensa em relação a abordar temáticas referentes a diversidade sexual na escola com enfoque na homossexualidade, frisa que: “não gostaria que meu filho fosse orientado da forma que vejo as pessoas falando sobre isso na TV”. Na mesma direção, Adan diz, “não gosto disso”. Louise acentua que “é muito complicado esses assuntos serem falados em ambientes escolares, porque sempre haverá muitas polêmicas entre familiares e parentes de alunos.... e é muito relativo, devidos ter suas criações diferentes porque têm familiares com suas crenças e religiões, aí é bastante complexo!” E, Laura salienta: “tenho medo de virar uma moda entre as crianças”. A importância desse trabalho é creditada por Dan e Sally reforça que se trata de um “trabalho raro de se ver, falar e discutir nas escolas”.

Ou seja, a questão que menciona o trabalho a respeito da diversidade sexual na escola com enfoque na homossexualidade não foi bem aceita pela maioria dos depoentes, inclusive alguns que concentram os discursos na segunda categoria, que reconhece a singularidade das pessoas no que diz respeito ao gênero e sexualidade, assim como os depoentes que se mantiveram neutros até essa última questão que enfoca o tema sobre a homossexualidade nas escolas, neste momento demonstram desconforto com essa problemática por meio de afirmações que agredem os princípios do respeito da diversidade e diferença.

Com interface entre o campo da Educação e Estudos Culturais, Furlan (2017) destaca a convivência com falas que tratam o homossexual como pedófilo ou impuros/as. Muitas vezes, fortemente ligadas aos discursos de políticos fundamentalistas com justificativas relativas à supressão dessa temática no âmbito escolar.

Vale refletir que essas falas pejorativas atingem outras populações, por exemplo, a própria classe docente. Talvez, o principal motivo de manifestações apresentadas pelos depoentes da primeira categoria serem tão fortes ainda hoje seja o fato de atos de discriminação contra estudantes homossexuais fazerem parte do cotidiano da escola. Ora, não

podemos deixar de apontar a falta de preparo docente para lidar com questões de tal magnitude.

Agora, cabe aqui três questões: Será que muitos professores não estão reproduzindo falas e/ou comportamentos discriminatórios devido ao fato de não terem sido formados com base no respeito à diversidade? Será que a religião e posicionamentos políticos de alguns professores estão interferindo no tratamento aos alunos homossexuais? Diante de tais entraves, será que essas crenças e costumes tradicionais somados a dificuldade referente à linguagem e comunicação com uma comunidade linguística minoritária na escola regular, (des)favorecem a formação de um aluno surdo, emancipado e crítico, para criar suas próprias narrativas de forma autônoma?

A escola sempre teve dificuldades para discutir pluralidade e a diferença, sempre preferiu padronizar todo tipo de comportamento humano. Dentro da perspectiva cultural, há necessariamente um confronto com quaisquer linhas que visem somente um modelo de movimento (Da Silva, 2018).

Portanto, retomando as questões lançadas no parágrafo anterior, as respostas são: Sim, sim e sim! É necessário o desenvolvimento de políticas que fomentem a ideia de conscientização e ação para, além de capacitar professores que já atuam no contexto escolar, ou seja, formação continuada, também é necessário repensar a formação inicial desses profissionais. Assim, buscar meios de interação entre a linguagem e diversidade humana, destarte, com vistas a formar estudantes com elementos sustentáveis para a compreensão sobre as diferenças.

5.3 Eu Surdo: Percepções de Si Mesmo

Este espaço é destinado para reflexões sobre as concepções de si mesmos dos sujeitos surdos, para uma análise de como se inserem na sociedade por meio de seus relacionamentos, como se reconhecem dentro e fora da comunidade surda baseados em sua própria visualidade. Em termos gerais, é um momento da pesquisa dedicado a compreender a parte descritiva do conhecimento que o indivíduo tem de si próprio, inclusive com representações sobre a própria aparência.

A presença de argumentos que apontam o reconhecimento de si mesmo emerge dentro de uma sociedade que de certa forma ainda vive rodeada por um perverso preconceito

linguístico, provocado por situações consideradas normais, mas é uma das maneiras mais sutis de exclusão social que pode ocasionar o silenciamento de algumas identidades.

Ao serem indagados sobre o que pensam de si mesmos, em relação a forma de ser e sobre como se relacionam com as outras pessoas, percebem-se discursos amplamente diferentes. Dois depoimentos indicam uma espécie de condicionamento para justificar as ações, Adan afirma que “respeita todos se for respeitado” e Louise frisa: “Vou de acordo que me tratam o resto a gente resolve no diálogo e com respeito! Eu analiso com antecedência as pessoas. Sou bem tranquila em relação a isso, eu só gosto de conversar com pessoas inteligentes, maduros e educados!”.

Um grupo de três sujeitos se reconhecem na diferença e descrevem um conjunto de elementos simbólicos especialmente na cultura para reforçar essa percepção. Sally menciona: “A cada dia necessito conhecer melhor meu eu, aceitar melhor o outro e me adaptar a culturas diferentes em épocas onde a minha *formação cultural* e social está um pouco *ultrapassada*”. Dan destaca que “sou diferente”. Laura finaliza mencionando: “Eu me vejo como uma pessoa normal que tenta se relacionar de jeitos diferentes com outras pessoas e muitas vezes tentar um relacionamento que nem é um namoro” (grifo nosso).

Em uma perspectiva cultural, os sujeitos desse estudo se posicionam como surdos, pertencentes a uma minoria linguística e cultural que luta pela visualidade, como disse Sá (2006), principalmente pelo reconhecimento e prestígio da língua de sinais, contra a definição da surdez como experiência de uma falta.

Nessa direção, as identidades emergem das diferenças oscilando entre dois movimentos opositivos: de um lado, são tomadas como marcas da inadequação dos indivíduos às demandas dos espaços sociais que ocupam, com a finalidade de assimilá-los por técnicas corretivas e estabilizar um padrão identitário universal sob a definição daquilo que é aceitável, desejável e natural; de outro, os indivíduos não assimilados salientam suas diferenças para provar a escassez dos espaços sociais produzidos genericamente e romper com os padrões socionormativos, por considerá-los delimitados e indiferentes às suas peculiaridades. (Silva; Martins, 2020).

Compreende-se que os sujeitos significam sua percepção do próprio eu com base na produção de uma identidade que reúne caracterizações diferentes com conjuntos de valores descritos com base em diferentes discursos na alteridade da surdez. Com destaque na fala da Laura ao mencionar que se sente “normal”. Afinal, o que é ser normal?

Vivemos em um mundo em que algumas pessoas que encenam parte da sociedade tem o anseio de determinar o que é normal e o que estão às margens com a anormalidade ao invés

de pensar que a normalidade está em cada um, inclusive, talvez o preconceito se fortaleça com a escolha de palavras que busquem forjar padrões. Portanto, evidencia-se que nesse movimento antagônico, o grupo ultrajado reage reconhecendo sua diferença também como atributo positivo.

Inclusive, Dall’Asen e Pieczkowski (2022) questionam: Como a diferença do sujeito surdo é concebida na sociedade, predominantemente organizada com base na sua identidade? Nesse tocante, é ressaltada a necessidade de conhecer o sujeito surdo, no que diz respeito a aspectos culturais e identitários, à ascensão da luta em prol dos direitos de inclusão em todos os contextos sociais, desmistificando estereótipos cristalizados pela comunidade ouvinte. A diferença existe, independentemente da autorização ou não de quem não a reconhece. Na nossa sociedade, “ser normal” infere na homogeneização, baseando-se na padronização dos corpos e trilhando caminhos idealizados em busca da singularidade dos indivíduos, ou seja, a normalidade. O reconhecimento da diferença como um fator de soma, de fortalecimento cultural, é pressuposto para tencionamos a sociedade, que padroniza e hierarquiza, para isso, é relevante permitir atitudes democráticas.

Diante do exposto, sabemos que a capacidade de simbolizar é uma das capacidades que diferencia os seres humanos dos demais animais. Nesse tocante, vale ressaltar como a religiosidade é presente no discurso de alguns participantes, como um conjunto simbólico que é uma referência para a identidade, em especial da Joanna que, deixa evidente o seu sentido de pertencimento a elementos culturais religiosos ao destacar: “Sou uma mulher de Deus, especial e respeito a vida das pessoas, sei que todos têm pecados e essa realidade é difícil de aceitar mas Deus dá a luz e perdoa para sair do império das trevas e tento conscientizar quem está na minha volta”.

Entre os vários sentidos e significados que constituem o conjunto de costumes e hábitos fundamentais relacionados aos comportamentos do sujeito, valores, ideias, mitos e crenças de um grupo social, a Igreja e a religião de forma geral ocupam um papel evidente no grupo de sujeitos. Destarte, situa-se uma reflexão sobre o modo como a Igreja ocupa um papel chave na produção histórica desses sujeitos.

Nessa narrativa canônica de constituição e disseminação da língua brasileira de sinais - em verdade a difusão de um conjunto lexical aberto em sinais - a Igreja Católica não ocupa posição alguma destacada. Todavia, tendo em vista os objetivos desta reflexão, o primeiro dado que precisa ser considerado é que o INES historicamente guardou estreitas relações com a Igreja (Silva, 2012). Por ser um colégio de administração primeiramente imperial, e

posteriormente federal-republicana, historicamente, ele manteve relações de plena continuidade com a Igreja Católica.

Sobre os primeiros anos de seu funcionamento, Rocha (2007) afirma a presença de agentes católicos, bem como o ensino da doutrina cristã em diferentes momentos. Soares (1999: 48) narra inclusive que a busca por surdos-mudos dava-se por meio de cartas enviadas pelo diretor do INES, dr. Tobias Leite, que ocupou tal cargo de 1872 a 1896, a bispos posicionados em diferentes regiões do Brasil. Além disso, em Albres (2005: 3), é possível identificar a presença de padres e freiras em tal instituto. Ademais, os dois padres brasileiros fundamentais da história da surdez no Brasil, os padres Eugênio Oates e Penido Burnier, referidos como os bandeirantes da Pastoral dos Surdos, atuaram em tal instituto. Mesmo sendo atualmente uma escola laica, a capela católica ocupa uma posição de centralidade na arquitetura de seu prédio. Contudo, como a pesquisa histográfica do instituto (Soares 1999; Rocha 2007) não colocou como questão a relação da Igreja Católica com o INES, em verdade pouco sabemos sobre o assunto. (Silva, 2012, p. 19).

Nenhuma instituição social explicita tão bem, em suas múltiplas instâncias, essa complexa história da surdez como a Igreja Católica. Dada a relação de longa duração estabelecida com a surdez, mesmo atualmente, diferentes modos históricos de produzir relações de alteridade convivem com certa tensão em seu interior. Questões controversas que mobilizam os agentes da surdez (intelectuais, ativistas políticos, profissionais de diferentes áreas, religiosos) estão presentes nos domínios da própria Igreja (Silva, 2012).

A história contada por Vieira (2018) aponta que a igreja Católica foi pioneira em desenvolver métodos da comunicação para fazer com que as pessoas Surdas pudessem ser entendidas. Em mosteiros, os padres católicos colocaram em prática a comunicação gestual, pois os mesmos haviam feito voto de silêncio. Dessa forma, passaram a se comunicar através de gestos. Com o passar dos anos, os mosteiros foram aperfeiçoando essa comunicação, colocando-a em prática na educação religiosa dos Surdos.

Dessa forma, Freitas (2016, p.61) discute “as relações entre o fato religioso (igreja) e as demandas sociais dos surdos enfatizando as correlações entre religião, cultura, identidade Surda e cidadania”. A pesquisa aponta para uma questão de ordem social, que é a inclusão, tendo as igrejas cristãs papel relevante, pois “contribui para perpetuar, no imaginário religioso, a possibilidade de inclusão social a partir da inclusão religiosa”, principalmente em razão dos laços que esta vertente religiosa (sobretudo o Catolicismo) possui com outras formas de poder, em especial o poder político.

Talvez, apesar das inúmeras transformações que a Igreja sofreu ao longo dos anos, a católica em especial, nos dias atuais ainda pode ser considerada um eixo direcionador da

formação da identidade dos sujeitos desse estudo, que convivem em um sistema cultural religioso que também está se modificando e se adaptando a novos questionamentos sociais e novas realidades que podem influenciar o surgimento de novas leituras e significações no contexto social, inclusive da relação da entre Igreja, religião gênero e sexualidade. Por isso, se salienta a importância de pensar nas informações que esses sujeitos recebem ao longo da vida, e principalmente a fonte e qualidade delas, debate que será tratado na próxima subseção.

5.4 Fontes de Informações, Métodos Contraceptivos e as Infecções Sexualmente Transmissíveis

Para iniciar as reflexões desta subseção, pensemos no seguinte questionamento: Seria um mero engano afirmar que a escola seria a célula de origem ou o único local onde se aprende sobre sexualidade e gênero? Talvez, a primeira resposta aligeirada poderia ser obviamente “não”, a escola pode não ser o primeiro espaço e nem o único local em que alunos e alunas aprendem sobre essa temática e as estruturas que a acompanham.

Apesar disso, para muitas crianças e adolescentes é um local que deveria ser caracterizado com diálogos abertos sobre a temática que envolve gênero e sexualidade ao confrontar conhecimentos prévios adquiridos no meio social com o caráter científico do ambiente escolar. Vale a pena ressaltar que as relações afetivas e sociais vivenciadas no contexto familiar são diferentes para cada pessoa, pois depende dos arranjos internos conduzidos por crenças, costumes, rituais, etc.

As pessoas surdas que participaram da pesquisa foram questionadas: “Com quem e como aprendeu sobre gênero e sexualidade?”. Dan foi o único que respondeu que aprendeu sobre essa temática com pessoas mais velhas, sem mencionar uma instituição de ensino, ainda, sem destacar quem ou onde. Já os demais foram conclusivos em afirmar que esses conhecimentos foram aprendidos por meio de pessoas em uma instituição entendida como formal para o ensino, responsável por trabalhar conhecimentos de diversas áreas do conhecimento com base em um currículo cultural.

De antemão, a totalidade dos sujeitos não manifestou unanimidade de aprendizagem sobre a temática que envolve gênero e sexualidade na instituição escolar. Louise frisou que foi apenas na “Faculdade” que conheceu debates sobre abordagens referentes a gênero e sexualidade.

Cano e Brancaleoni (2022) lembram que a promoção de discussões sobre gênero e sexualidade entre os jovens universitários torna-se cada vez mais necessária, especialmente com foco na desigualdade. Em uma investigação, constataram que as instituições de ensino superior analisadas não apresentam propostas de trabalho com gênero e sexualidade com pouco espaço de promoção de discussões sobre os temas. Ainda, as instituições não são os meios de obtenção de informação sobre o tema e por vezes são reproduzidos preconceitos e discriminações em práticas institucionais.

Percebemos aqui a importância da sistematização de um trabalho relevante com discussões acerca do gênero e sexualidade entre o público universitário. Contudo, citamos uma acadêmica que obteve aprendizagens sobre essa temática na fase de formação no ensino superior, essa é uma denúncia que coloca em xeque o papel desempenhado pela escola, família e setor de saúde na vida dessa pessoa. Enfim, também pode ser mais uma vez um entrave na comunicação entre a pessoa surda e o meio social no qual está inserida, em que a acessibilidade linguística e o direito à informação ainda são precários.

Laura assim refletiu: “acho que ouvi a falar sobre essas coisas na escola, eu ouvia alguns professores falar de sexo”. Araújo (*et al.*, 2018) evidenciam que historicamente, a “Educação Sexual” sempre esteve atrelada às discussões médicas que abordavam principalmente aspectos relativos à reprodução e à prevenção de doenças. Assim, as discussões de sexualidade, no espaço escolar, ficaram, tradicionalmente, restritas às disciplinas de Ciências e Biologia, como se as questões da sexualidade estivessem restritas apenas a aspectos anatômicos e fisiológicos.

Nesse bojo, mesmo sabendo que o corpo humano perpassa por outros caminhos que extrapolam o biológico e suas capacidades reprodutivas, as conversas com aspectos relacionados a gênero e sexualidade com interface na cultura, na identidade do sujeito e as relações sociais que o envolvem foram moderadas ou reprimidas.

Inclusive, no tocante ao ato sexual com aproximação íntima das pessoas, a amostra de sujeitos é composta por três pessoas que já fizeram sexo e usam algum método contraceptivo; duas pessoas que já fizeram sexo e não usam métodos contraceptivos e duas pessoas que não fizeram sexo.

De qualquer forma, é importante destacar que nesse estudo reconhecemos a importância de reflexões como a de Louro (2000), ao se entender sexo como algo natural, imutável, a-histórico e binário, impõem-se limites à concepção de gênero e sexualidade. Moreira (2010) já apontou que os estudos realizados com surdos partem do eixo central do

déficit linguístico (visão patológica), sendo a sexualidade tratada apenas como sinônimo de sexo, ato sexual, genitália ou reprodução de forma marginal.

Nesse sentido, em uma pesquisa elaborada por três professoras com a descrição de suas participações e vivências nas escolas, de forma mais incisiva, sobre as questões de gênero e sexualidade no espaço escolar, Araújo *et al.*, (2018) analisaram os discursos apresentados por docentes de Ciências e Biologia e verificaram que estavam (e ainda estão) fortemente ancorados em uma visão da sexualidade reprodutiva e subsidiada por uma supremacia do argumento biológico, notou-se ainda que a sexualidade frequentemente estava associada a situações de perigo. Ou seja, para uma Educação Sexual voltada no combate às doenças e em nenhum momento com referência ao prazer.

Pode-se notar essa dimensão de perigo nos depoimentos de duas pessoas na presente pesquisa ao serem questionados se conhecem algum surdo que tenha alguma Infecção Sexualmente Transmissível (IST). Laura revela que, “não conheci e tomará que não conheça”, já a Joana realça, “Não, Deus me livre”. Observa-se, assim, a presença de medo e afastamento simbólico em relação ao tema. Ademais, do grupo de participantes, apenas duas pessoas afirmaram que carregam e usam preservativos, o que evidencia um baixo conhecimento sobre a importância do seu uso, conseqüentemente, uma adesão limitada à prática de prevenção a ISTs.

Já falamos nessa pesquisa sobre os limites da comunicação entre surdos e ouvintes, um grande desafio na área da saúde é incentivar o uso correto de medicamentos para evitar automedicação e dosagem inadequada. Portanto, além de ser necessário divulgar informações corretas, é preciso que elas sejam acessíveis a todos. Nesse grupo, incluem-se as pessoas surdas. Em 2021, um projeto auxiliou pessoas surdas a obterem informações sobre uso de remédios, dentre eles, com informações sobre o uso correto de anticoncepcionais disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS)¹⁴.

Com exceção da Dra. Walters, apesar de um conhecimento reduzido, todos os integrantes da pesquisa afirmam conhecer algum método contraceptivo, sendo a pílula a mais citada. Numa sociedade e uma cultura tão repressora da sexualidade o sexo não reprodutivo sempre está associado com uma coisa inadequada, fora da norma, entendida como doença, Araújo *et al.* (2018) frisam que apesar de alguns avanços, as questões de gênero e de sexualidade no currículo, atualmente, ainda são tratadas no âmbito biológico, da reprodução

¹⁴ Nota completa: <https://ufes.br/conteudo/projeto-auxilia-pessoas-surdas-obterem-informacoes-sobre-uso-de-remedios>

humana e doenças sexualmente transmissíveis, certamente para privilegiar e manter a ordem compulsória de sexo-gênero-desejo-prática sexual.

A tese defendida por Áfio (2019) destaca que a surdez promove barreiras de comunicação que dificultam a aquisição de conhecimentos necessários para sua saúde e estimula a criação de tecnologias assistivas para esse público, quanto ao uso dos preservativos, constitui passo importante para alcance da saúde sexual e reprodutiva.

Torna-se clara a importância da temática para essa população, no entanto, devido dificuldades na comunicação, citadas anteriormente, entre surdos e ouvintes e escassez de informação são ainda mais potencializadas quando a temática é direcionada para uma vida sexual prazerosa, então questiona-se: Será que já superamos o tabu de uma Educação Sexual para uma equidade de direitos entre homens e mulheres, inclusive no campo do prazer sexual?

Esse questionamento precisa ser levantado ainda no período de vida escolar da criança e adolescente. O ambiente escolar é considerado um dos principais lugares de construção dos saberes da pessoa, incluindo de identidade e, conseqüentemente, é um dos primeiros lugares em que alunos e alunas se deparam com as diferenças, principalmente as de gênero. É muito importante que haja o desenvolvimento de uma consciência crítica e de práticas orientadas pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos.

Ao serem questionados se atualmente estudam sobre gênero e sexualidade na instituição em que estão matriculados (INES) ou se aprenderam sobre essa temática no período de escolarização básica, apenas a Sally respondeu que “em palestra” aprendeu algo sobre gênero e sexualidade no ensino superior, os demais participantes da pesquisa de forma geral concentraram seus depoimentos afirmando que foi na escola e com alguns professores em feiras escolares que vivenciaram discussões de gênero e sexualidade.

Não obstante, é sabido que essa discussão é sensível e contempla ampla discussão sobre a forma que é abordada nas escolas. Nessa direção, uma pesquisa recente denuncia as discussões que abarcam gênero e sexualidade como problemas centrais para o movimento Escola sem Partido¹⁵:

¹⁵ O movimento Escola sem Partido foi formalizado em 2014 pelo advogado Miguel Nagib e, atualmente, dispõe de um website com conteúdo, informações, anteprojeto de lei elaborados por integrantes do movimento e orientações para a efetivação dos seus objetivos no país. O site do Movimento Escola sem Partido disponibiliza anteprojeto de lei, notícias relacionadas ao que nomeia como doutrinação em sala de aula, e instruções para maior alcance no cenário político, apresentando como justificativa a suposição infundada de que um número crescente de professores utiliza a sala de aula como lugar de propaganda partidária e de disseminação de suas preferências e convicções políticas. <<http://www.programaescolasempartido.org>>

Por meio de sua negação obsessiva, gênero e sexualidade foram delimitados pelo movimento Escola sem Partido como questões fundamentais; a ponto de o rechaço a eles converter-se na reafirmação incessante de que o ensino não poderá destoar da convicção de pais ou responsáveis a respeito desses temas. Tal rechaço é um impedimento a qualquer reflexão sobre os valores políticos, sociais e morais enraizados, o que inclui valores patriarcais, machistas e heteronormativos presentes na sociedade. Nesse sentido, o atrelamento da educação política, moral e religiosa às crenças dos pais impede que a escola tenha autonomia em relação a temas imprescindíveis para a formação, restringindo-se à reprodução do conservadorismo social, religioso e político. (Moura; Silva, 2023, p.11).

Não podemos esquecer que a escola faz parte e reflete a sociedade que vivemos. E, portanto, nela também existem todos os preconceitos e discriminação presentes em outros contextos da sociedade em geral. Contudo, esse tipo de denúncia demonstra-nos o quanto é preciso lutar para novas revoluções dentro do próprio contexto escolar em prol do respeito à diversidade humana, como observa-se em um trecho a seguir:

O que verdadeiramente está acontecendo é que o conceito de ‘gênero’ [sic] está sendo utilizado para promover uma revolução cultural sexual de orientação neo-marxista com o objetivo de extinguir da textura social a instituição familiar.... Se esta submissão [da mulher pelo homem] é consequência da biologia, não há nada a que se fazer. Mas se ela é uma construção social, ou um gênero, então, a longo prazo, ela poderá ser modificada até chegar-se à uma completa igualdade onde não haverá mais possibilidade de opressão de gênero, mas também onde não haverá mais famílias, tanto as heterossexuais como demais famílias alternativas (Projeto de Lei nº 1859, 2015).

Nessa passagem, percebe-se um ataque referente às ideias como opressão de gênero e fim das famílias. No tocante aos profissionais da educação no contexto escolar, manifestações como essa podem fomentar um discurso de natureza autoritária que, consequentemente pode ferir a liberdade de expressão e o silenciamento de professores e alunos dentro da escola, ambiente que de acordo com as respostas dos participantes da pesquisa, foi lembrado como um dos principais espaços de difusão de conhecimento em relação a gênero e sexualidade.

Talvez, o maior problema não seja a polêmica gerada por manifestações dessa natureza, mas seus efeitos a curto prazo. Ou seja, como já foi falado, a escola reflete a sociedade, são vários os casos de reproduções de violências contra a diversidade sexual, “e muitas vezes a própria escola recebe com incômodo performances e identidades dissidentes sexuais e de gênero” (Guimarães *et al.*, 2023).

Nesse sentido, uma linguagem acessível que vise estudar gênero, sexualidade, enfim a diversidade humana na escola é uma forma de construir uma cultura mais cada vez mais

democrática, não o inverso, especialmente com pessoas surdas, em que a comunicação com ouvintes se torna um dos principais desafios para socialização, por consequência, implica em falta de acesso à educação de qualidade e outras adversidades na sociedade. Pois, em linhas gerais, especialmente o conceito de gênero continua sendo muito restrito ao universo acadêmico, inclusive os depoentes desta pesquisa no contexto do ensino superior não indicaram níveis sofisticados referentes aos termos referente a temática investigada. Portanto, superar uma forma abstrata de se pensar gênero e sexualidade se mostra um desafio para futuros projetos pedagógicos na formação docente, particularmente para a educação de surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na ocasião em que atuei como professora e intérprete, tanto na educação básica, quanto no ensino superior, deparei-me com várias questões que fomentam a problemática que envolve a inclusão do aluno surdo em ambiente regular de ensino, especialmente com angústias relacionadas a carência da interação por meio da língua de sinais em todos os contextos sociais, a falta da valorização de conteúdos escolares, assim como a relação conteúdo-cultura surda. Em destaque, as relações de gênero e sexualidade compreenderam a ampliação, revisão e atualização do conhecimento por meio dessa investigação.

Na ocasião, propus pensar a surdez como uma medida de experiência não isolada, ou seja, partindo do princípio que gênero e sexualidade são fontes de formação de identidades por meio de subjetivações ao longo da história. Destarte, pensar nas experiências das pessoas surdas que contribuíram para o desenvolvimento desta tese, significa dizer que a partir delas podemos tentar compreender outros modos de subjetivação que nos conduz a refletir de forma mais crítica sobre um problema que envolve a temática no contexto da comunidade surda.

Essa maneira de compreender a tríade que envolve a surdez, gênero e sexualidade não diminui a importância de outras competências e unidades de conhecimento que demandam as singularidades da pessoa surda, mas implica uma função que opera a produção de novos sentidos e rumos sobre uma fronteira criada por meio de tabus quando a discussão emergente é gênero e sexualidade da pessoa, e com a presença da surdez essa fronteira tem aumentado e limitado a presença de preconceitos com a ausência de informações de diversas ordens entre como surdos, ouvintes, homens, mulheres, hetero ou homossexuais, dentre outras denominações que perpassam essas categorias conforme o conhecimento ultrapassa as fronteiras da intolerância às diferenças.

Com base no exposto, configurou-se o problema de pesquisa: Como se constituem as significações sobre gênero e sexualidade dos acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES? Será que o surdo que frequenta curso de formação em nível superior em uma instituição que é reconhecida pelo MEC como centro de referência nacional na área da surdez compreende as relações de gênero e sexualidade no âmbito social e educacional?

Diante dessa problematização, há de se pensar que muitas crianças surdas vivem e crescem em famílias que os responsáveis não entendem a importância da aquisição da linguagem de forma precoce. Nesse sentido, é necessário dizer que não é a intenção dessa

investigação tornar o gênero e a sexualidade o principal elemento na constituição do sujeito surdo. Assim como qualquer pessoa, os sujeitos surdos são repletos de história, possuem uma etnia, língua, crenças, etc. O que fazemos aqui, é problematizar o *status quo* das significações sobre gênero e sexualidade dos acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES e, percebe-se que é necessário reforçar o diálogo considerando as equivalências linguístico-culturais dessas pessoas. Não podemos negar as forças das tradições na vida e cultura humana, mas é preciso entender que novas tessituras são construídas e novas e complexas tramas são desencadeadas, o que significa pensar em novas possibilidades de construção dos modos de ser e viver.

Dessa forma, o fato dos participantes da pesquisa frequentarem atualmente o INES, um centro de referência nacional e internacional no campo da surdez, que exerce grande influência no subsídio à formulação de políticas públicas e de apoiar a sua implementação pelas esferas subnacionais de Governo, não indica um acompanhamento significativo das discussões emergentes sobre gênero e sexualidade, inclusive na área da surdez. Talvez, pela forma de padronização do conhecimento potencializada por várias gerações e exercidas em diferentes instituições nos dias atuais, que ainda desconsidera um conjunto de necessidades sociais, políticas e econômicas de diferentes grupos culturais.

Isso remete pensar que, a causa desse processo de (des)informação não está centrada no INES, mas em qualquer escola ou instituição que a educação de surdos seja operacionalizada com atribuições e regulações dos modos de ser do ser humano. Vimos que a emergência da educação de surdos remete ao século XVI, mas as questões de gênero e sexualidade ainda estão sendo negligenciadas para essa população, ou seja, ainda está sendo tratada de forma arcaica, como um assunto privado, com bordas tradicionalistas e sem qualquer relação com as dimensões sociais e culturais da sociedade.

Portanto, com discussões referentes a gênero e sexualidade e tomada por referência de autores da perspectiva dos Estudos Culturais em Estudos Surdos essa investigação foi conduzida com um percurso teórico metodológico caracterizado por uma abordagem mista, a partir de uma metodologia qualitativa, mas também, com uma natureza quantitativa. Analisando história da surdez aprendemos que o século XVIII foi considerado muito fértil para a educação de surdos, com diferentes metodologias inovadoras para aquele período, assim, inspirada nessa ideia de fundo com princípio na inovação no teor metodológico, foi decidido utilizar a pesquisa de cunho qualiquantitativo exploratório nesse campo de estudo. E, dessa forma, analisamos problemáticas relacionadas ao gênero e sexualidade dos acadêmicos surdos

do curso de Pedagogia com procedimentos estatísticos, somadas às análises com destaque nos aspectos sociais e culturais.

Por conseguinte, além de buscar o entrosamento entre as duas formas de pesquisa na teorização metodológica com o INES enquanto *lócus* de pesquisa, as respostas que foram enviadas pelo questionário *on-line* foram analisadas com o auxílio do *software* Iramuteq com adaptações metodológicas que atendam as especificidades dos acadêmicos surdos e, a partir desse caminho, foi possível fazer análises multivariadas. Com isso, conseguimos apresentar uma problematização acerca das relações de gênero e sexualidade no âmbito da surdez considerando a objetividade e subjetividade dos sujeitos da pesquisa.

Em outros termos, todos os procedimentos utilizados no percurso metodológico seguiram recomendações padronizadas na literatura científica, por tanto, verifica-se que a metodologia foi estruturada de forma coerente e adequada com o que foi pretendido neste estudo. Ou seja, realizar análises sobre as características de um conjunto de significações sobre gênero e sexualidade dos acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES, desta forma, verificamos como se constituíram as narrativas desses sujeitos no tocante a temática que envolve gênero e sexualidade.

Assim, acredita-se que atingimos os objetivos do trabalho respondendo as questões centrais da tese, especialmente a partir da confirmação da hipótese levantada, isto é, que apesar de políticas públicas demonstrarem avanços legais na área da surdez ao longo dos anos, tais como o reconhecimento da Libras como marco legal de comunicação e a exigência da educação bilíngue como modalidade de ensino independente, ainda existem surdos que vivem com dificuldades cotidianas de comunicação e estigmatização, especialmente privados do conhecimento referente a gênero e sexualidade, com destaque no ensino superior, seja por mitos ou tabus da temática ou dificuldade pela situação de exclusão de uma sociedade ainda regada por valores arcaicos.

Com as respostas aos problemas centrais da pesquisa chegamos aos resultados justificando a importância e relevância desse estudo, ou seja, investigar sobre gênero e sexualidade é parte da construção de conhecimentos que buscam o respeito à diferença, uma pessoa que chega na faculdade e só conhece uma única forma de convívio com outra pessoa, ainda tem no ensino superior a oportunidade de conhecer outros modos de ser com base científica, sem necessariamente desvalorizar a influência religiosa e familiar que recebeu e contribuiu para a formação da sua identidade.

Apesar dos resultados indicarem a carência sobre temas de gênero e sexualidade no ensino superior, no contexto pesquisado, é importante pensar que, em especial no *lócus* de

pesquisa, estamos pensando em um processo de formação de professores que poderão legitimar comportamentos e práticas pedagógicas que serão sistematizadas durante o exercício da profissão docente. Deste modo, ressalta-se a importância do compromisso dos cursos de licenciatura, nomeadamente de Pedagogia, em oportunizar o acesso aos conteúdos que ultrapassem o saber ministrar aulas, e que ainda ficam “vagos” no conceito de transversalidade, principalmente com relação com a comunidade surda que já tem uma história marcada de repressão e interdições sociais.

Portanto, de acordo com a investigação verifica-se que é necessário compreender alguns pontos relacionados a cultura surda e problematizar as questões inerentes ao gênero e a sexualidade, mas, para isso é preciso ter acesso a língua que esteja em uso para que sejam viabilizadas as experiências e a aquisição de conhecimentos integrados ao meio social. Todavia, essas experiências estão chegando de maneira fragilizada para a pessoa surda, muitas vezes restrita a população ouvinte e consequentemente as condições ficam desfavoráveis para sua inserção social e participação nos debates acerca do gênero e sexualidade.

Nessa direção, o estudo das relações afetivas dos acadêmicos surdos foi relacionado imediatamente numa intersecção entre gênero e sexualidade com uma implicação complexa baseada no senso comum desses personagens, do que era/foi/é aparentemente natural na percepção destes, especialmente ao pensarem em modelos preexistentes de ser homem e ser mulher, nomeadamente por alguns grupos sociais com ideias predeterminadas sobre feminilidade e masculinidade.

Sendo assim, a matriz de conhecimentos sobre gênero e sexualidade se configura como um importante espaço de discussão sobre as relações afetivas das pessoas, que muitas vezes não pode ser desencadeada numa relação de confiança com o outro ou no ambiente familiar. No caso dos acadêmicos dessa pesquisa, a base foi o contexto escolar, que mesmo diante de tantas dificuldades, acreditamos que a educação exerce função estratégica na busca da valorização da diversidade para a inclusão social e promoção de oportunidades de enfrentar toda violência no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade.

De algum modo, essas relações afetivas potencializadas por tabus podem reproduzir divisões sexualizadas que culminam em assimetrias e desigualdades entre as pessoas, entre outros fatores, estereótipos com múltiplas referências no tocante às relações amorosas, iniciação sexual, contracepção, etc. Inclusive, como já foi abordado nessa tese, parte dos acadêmicos que participaram da pesquisa tiveram orientações precárias sobre a temática que envolve gênero e sexualidade na infância e, infelizmente na vida adulta, o que pode caracterizar informações

inseguras com temas mais amplos que advém desse debate, tais como, métodos contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis, aborto, etc.

Portanto, os resultados da temática que abordou as relações afetivas permitiram compreender a complexidade dos estudos sobre gênero e sexualidade com base nas vivências afetivas sob a ótica dessas pessoas surdas. Percebemos que parte da amostra de sujeitos, apesar de estarem na fase adulta vivem momentos de experimentação da sexualidade como se estivessem na juventude, o que demonstra a construção contínua de uma identidade que se forma com base em experiências inéditas e ainda diante de muitos preconceitos e interdições que demarcam as diferenças de gênero. Com isso, não queremos dizer que essa categoria de análise esteja restrita a homens e mulheres cisgêneros, até mesmo porque, por exemplo, antes mesmo do questionário inquirir os acadêmicos sobre a temática que envolve a homossexualidade e surdez, essa discussão surgiu explícita com narrativas sobre a sexualidade.

A questão da homossexualidade foi tratada nessa pesquisa, pois investigações sobre a homossexualidade entre pessoas surdas ainda são escassas, mas se tornam cada vez mais evidentes nas produções científicas embasadas teoricamente no debate acerca de gênero e sexualidade. Portanto, acredita-se na importância social do tema ao tratar sobre gênero e sexualidade no conjunto dessa população. Pois, ao longo da história e até os dias atuais, percebe-se que manifestações que se distanciam da heteronormatividade são estigmatizadas e pautadas como um desvio de norma. No caso da surdez, observa-se uma exclusão em dobro, pois a pessoa surda ainda é associada como um desvio da norma ouvinte e, sabe-se que o conhecimento exerce um grande poder sobre os papéis sociais que cada indivíduo na sociedade e, a falta dele, no tocante a essa temática causa preconceito que leva a exclusão de muitas pessoas silenciadas pela segregação social.

Infelizmente a população surda sempre foi silenciada por meio de discursos opressores e, de acordo com o que analisamos as discussões sobre a temática que envolvem a homossexualidade também foi colocada às margens na vida dos acadêmicos que participaram da pesquisa, pois, de forma geral, apesar de alguns discursos apresentarem uma narrativa de aceitação, alguns questionamentos levantados apresentam indícios que foi um tema pouco tratado, pois evidenciam estigmas sociais amplamente difundidos no seio de famílias tradicionais, crenças e costumes antigos.

Constatou-se uma produção do conhecimento carente sobre orientação sexual das pessoas surdas, as poucas abordagens sobre a sexualidade dessa comunidade focam na dimensão biológica e preventiva, assim, os fatores relacionados à amplitude conceitual do gênero e sexualidade ficam ignorados. Talvez, esse pode ser o motivo de muitas narrativas de

cunho preconceituoso dos participantes da pesquisa, seja de forma sutil ou mais consistente. Notou-se, de fato que as crenças essencialistas dessas pessoas, ainda estão ancoradas e amplamente difundidas no senso comum de que a homossexualidade pode ser um fruto de uma má influência, falta de fé religiosa cristã potencializada por uma tendência pecaminosa ou fraqueza moral.

Neste sentido, acreditamos que qualquer intervenção que tenha como propósito a prevenção ou redução de manifestações preconceituosas dessa natureza deverá incidir de um conjunto de ações inclusivas, ou seja, primeiro deve-se pensar em iniciativas no âmbito social para diminuir as barreiras e proporcionar mais inclusão e acessibilidade para a comunidade surda para vários assuntos, entre eles, a homossexualidade. Não bastam iniciativas que regulamentam ações inclusivas e a entrada e permanência de estudantes em escolas regulares ou no ensino superior se a qualidade da informação que chega a esses usuários ainda é precária.

Essa precariedade nas informações também foi identificada nos diálogos e fontes de informações sobre gênero, sexualidade e métodos contraceptivos narrados pelos participantes da pesquisa, espaço no qual também foram tratadas sobre as questões referentes às infecções sexualmente transmissíveis. Evidenciou-se um conhecimento reduzido dessas pessoas sobre os métodos contraceptivos, inclusive, manifestações de estigma social e discriminação contra pessoas com alguma infecção sexual transmissível.

Mais uma vez, a desinformação, especialmente entre os jovens, pode concentrar e influenciar o aumento de discursos de ódio em relação a algumas doenças e infecções, talvez, atualmente se fala menos desse assunto nas escolas e até mesmo na mídia, o assunto acaba entrando em pauta apenas nas páginas de ciência. A temática que envolveu o conhecimento dos métodos contraceptivos gerou narrativas diversas sobre as infecções sexualmente transmissíveis, em nenhum momento os participantes da pesquisa relataram algo sobre a tentativa de evitar uma gravidez, considerando que apenas três tem filhos e um destacou que é virgem, ou seja, que ainda não teve relações sexuais.

É possível inferir que a temática que envolve gênero e sexualidade precisa ser mais problematizada no âmbito da educação de surdos, nomeadamente na formação em nível superior, pois, é na educação que a falta ou carência de informação deixa marcas profundas no desenvolvimento de uma pessoa surda e na constituição da identidade desse sujeito. Nesse caso, a ausência ou informações enfermas no tocante a temática que envolve gênero e sexualidade no ensino superior denuncia a necessidade de iniciar ações com caráter urgente que contemplem essas possíveis falhas na disseminação do conhecimento para a comunidade surda.

Deste modo, com a conclusão da análise dos dados evidenciamos a relevância dessa pesquisa com base no cumprimento dos objetivos e resultados obtidos, assim como uma resposta para o problema de pesquisa e indicação de possíveis caminhos para futuras investigações acadêmicas.

A partir do exposto, podemos dizer que a presente tese obteve uma visão a partir das características de um conjunto de significações sobre gênero e sexualidade de sete acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue na modalidade presencial do Instituto Nacional de Surdos – INES. Contudo, evidencia-se a importância de novos espaços de pesquisa que visem pesquisar a formação das pessoas surdas na perspectiva de discutir sobre gênero e sexualidade, igualmente, pode-se dizer que, há a necessidade de aprofundamento em futuras investigações que contemplem as diferenças culturais e linguísticas das pessoas surdas. Talvez a realização de uma pesquisa com maior amplitude, direcionada para surdos que frequentam o ensino superior em cursos de Pedagogia em universidades federais no Brasil pode oferecer uma nova direção para o conhecimento da temática que envolve gênero e sexualidade e para novas compreensões sobre a construção da identidade desse grupo.

É relevante observar a lacuna que se apresenta sobre as relações de gênero, sexualidade e os sujeitos surdos ainda no ensino superior. O desejo de continuar a discutir essas questões surge a partir de um anseio de trazer para sociedade pautas voltadas para o gênero e sexualidade em toda sua complexidade. Visto que há a necessidade de aprofundar pesquisas nesse campo pouco explorado na perspectiva da pessoa surda, com o intuito de instigar e, quiçá, transformar olhares e ações acerca desse assunto no âmbito acadêmico, bem como contribuir na formação da subjetividade dos sujeitos surdos, considerando os elementos culturais e sociais que constituem a surdez, o gênero e a sexualidade, e a partir da língua de sinais garantir o acesso à informação de qualidade.

Por fim, a tese defendida é: as pessoas surdas indicam não ter conhecimento significativo sobre gênero e sexualidade, questões essas que ainda estão sendo negligenciadas para essa população, ou seja, ainda está sendo tratada de forma arcaica, como um assunto privado, com bordas tradicionalistas e sem qualquer relação com as dimensões sociais e culturais da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Fabrício Santos Dias de. **Experiências linguísticas e sexuais não hegemônicas**: um estudo das narrativas de surdos homossexuais. Dissertação (Mestrado) - Programa de Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- ABREU, Fabrício Santos Dias de; SILVA, Daniele Nunes Henrique; ZUCHIWSCHI, José. Surdos e homossexuais: a (des)coberta de trajetórias silenciadas. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 607–620, set. 2015.
- ABUD FILHO, Régis Mikail. Esboço de uma identidade trans no século XIX: La Fille manquée, de Han Ryner. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 23, p. 100 - 119, 15 nov. 2021.
- ÁFIO, Aline Cruz Esmeraldo. **Tecnologia assistiva para educação de surdos sobre saúde sexual e uso do preservativo**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, 2019.
- AFONSO, Raquel. Homossexualidade, lesbianismo e resistência nas ditaduras ibéricas do século XX: apontamentos para um estudo comparativo. In: LOUÇÃO, João Carlos; GODINHO, Paula. (Orgs.) **Quando a História Acelera**. Resistência, movimentos sociais e o lugar do futuro. Resistência, movimentos sociais e o lugar do futuro. Lisboa: Instituto de História Contemporânea. Coleção E-IHC. 235-254 p. 2021.
- ALTMANN, Helena. Orientação sexual na escola: recortes de corpos e de gênero. **Cadernos Pagu**: Unicamp (21), p. 281-315, 2003.
- ARAÚJO, Hilanna Rosely Silva; FONSECA, Géssica Fabiely. Educação de crianças surdas: o bilinguismo e a realidade escolar no município de Natal. **Revista Caparaó**, v. 2, n. 2, p. 23, 19 dez. 2020.
- ARAÚJO, Denise Bastos de; CRUZ, Izaura Santiago da; DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. **Gênero e sexualidade na escola**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30888>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete. **Gênero e diversidade sexual na escola**: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPSC, 2009.
- BASSO, Idavania Maria De Souza; STROBEL, Karin Lilian; MASUTTI, Mara. **Metodologia de Ensino de Libras – L1**. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsinoEmLibrasComoL1/assets/631/TEXT0-BASE_SEM_AS_IMAGENS_.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.
- BERALDO, Flávia Nunes de Moraes. Sexualidade e escola: espaço de intervenção. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 7, p. 103–104, jun. 2003.

BOAVENTURA, Thiago. **A (des)construção da identidade/diferença através da normalidade: surdez e homossexualidade**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

BOZON, Michel. **Sociologia da Sexualidade**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm . Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL/MEC/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL/MEC. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024compilado.htm. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília: MEC/SEESP. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 09 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em 03 mai. 2023

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 300 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 26).

BRASIL/MEC/SECADI. **Relatório do grupo de trabalho designado pelas portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013**. Subsídios para a Política Linguística Portuguesa – a ser implementada no Brasil, 2014. Disponível em: [file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/Relat%C3%B3rioMEC_SECADI%20\(2\).pdf](file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/Relat%C3%B3rioMEC_SECADI%20(2).pdf). Acesso em: 08 jul. 2023.

BUENO, José Geraldo Silveira. Surdez, linguagem e cultura. **Cadernos CEDES**, v. 19, p. 41–56, set. 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 2015.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um *software* gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, p. 513-518, 2013.

CANHOTA, Carlos. Qual a importância do estudo piloto? In: SILVA, Eugénia Enes (Org.). *Investigação passo a passo: perguntas e respostas para investigação clínica*. Lisboa: APMCG, 2008. p. 69-72.

CANO, Marina Tedeschi; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar. Gênero e sexualidade: Vivências e concepções de jovens universitários/as do curso de psicologia da cidade de São Paulo. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, p. 1181–1196, 1 abr. 2022.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. **Conduzindo pesquisas com questionários on-line: uma introdução às questões metodológicas**. 2019. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6423894/mod_resource/content/1/Pesquisas%20com%20question%C3%A1rios%20on%20line.pdf. Acesso em: 14 jul. 2023.

CORDEIRO, Ana Letícia de Almeida; NUNES, Josinete Pessoa; LIMA, Niédja Maria Ferreira de. A (re) construção de materiais pedagógicos para o ensino de libras/l1 na educação de surdos: relato de experiência. **Anais III CINTEDI**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44171>. Acesso em: 09 set. 2023.

CORRÊA, Brandão Corrêa; TILIO, Rafael de. Feminilidade no site Escola de Princesas – análise do discurso do gênero como ideologia. **Cad. Pagu** (67). 2023.

COOPER, Robert. **Language planning and social change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DANTAS, Michael Hudson. **A sexualidade na história e a construção do sistema patriarcal**: refletindo sobre os fundamentos das opressões às sexualidades. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luiz, MA. 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/asexualidadenahistoriaeconstruc>

aodosistemapatriarcalrefletindosobreosfundamentosdasopressoesassexualidades.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

DA SILVA, Marcelo Ranzula. **Análise contrastiva do processo do sujeito surdo e do sujeito homoafetivo**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras: Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2018.

DALL'ASEN, Taise; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Surdez, identidade e diferença. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, p. 1129–1147, 1 abr. 2022.

DORZIAT, Ana. **Memórias em contexto**: um exercício autopoético. Curitiba: CRV, 2019.

DREYER, Lenita Regina De Oliveira; MATEUS, Márcia Aparecida Rodrigues; GONÇALVES, Josiane Peres. Pessoas com surdez e suas relações com a sexualidade: silenciamentos e descobertas. **Revista Textura (ULBRA)**, Revista de Educação e Letras. v. 20 n. 44, 2018.

DUTRA, Daniela Lúcia Salazar. **O adolescente surdo e suas relações interpessoais e afetivas no contexto escolar**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, Brasília. 2018.

FEBVRE, Lucien. **História**. São Paulo: Ática, 1978.

FEITOSA, Lourdes Conde. **Amor e sexualidade**: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005.

FENEIS. **Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos**. Disponível em <https://feneis.org.br/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

Ferrari, Anderson. **Quem sou eu? Que lugar ocupo? Grupos gays, educação e a construção do sujeito homossexual**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil, 2005.

FREITAS, Marissandra Silva do Rosário. **Religião e inclusão social em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 2. ed. Londrina: UEL, 2001.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: múltiplos temas, compromissos comuns. Londrina: UEL. 2009.

FURLAN, Cássia Cristina. **Performances em jogo**: (des)construindo experiências em gênero, sexualidade e identidades na prática com o RPG. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação: Universidade Estadual de Maringá, 2017.

GESSER, Audrei. **Libras: que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de Sinais e da Realidade Surda. Parábola Editorial. São Paulo, 2009.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez.** sobre ensinar e aprender Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GIL-CANO, Paola Andrea; NAVARRO-GARCÍA, Angélica María; SERNA-GIRALDO, Claudia.; PINZÓN-SEGURO, Melissa. Sexualidad: las voces de un grupo de sordos de Medellín (Colombia). **Rev. Fac. Nac. Salud Pública.** 37(2):107-115, 2019.

GUIMARÃES, Eduardo Barbosa de Menezes; SILVA, Iolete Ribeiro da; FERREIRA, Isabel Cristina Fernandes; ESPERANÇA, Angelo Cabral. Projetos pedagógicos de curso em análise: gênero e sexualidade na formação docente. **Educação em Revista**, v. 39, p. e41675, 17 nov. 2023.

GONÇALVES, Marllon Caceres; GONÇALVES, Josiane Peres. Gênero, identidade de gênero e orientação sexual: conceitos e determinações de um contexto social. **Revista Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, 25 abr. 2021.

GÓIS, João Bôsko Hora. Olhos e ouvidos públicos para atos (quase) privados: a formação de uma percepção pública da homossexualidade como doença. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 10, p. 75–99, dez. 2000.

GLAT, Rosana. **Saúde sexual, deficiência e juventude em risco.** Relatório de consultoria técnica: educação sexual, sexualidade, juventude, deficiência, depoimentos, inclusão social. Rio de Janeiro: Banco Mundial, 2004.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sócio-internacionalista. São Paulo: Plexus. 1997.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade.** Ministério Público do Estado da Bahia, 1998. Disponível em: <https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/handle/123456789/525>. Acesso em: 27 jun. 2023.

GUIMARÃES, Valéria Maria Azevedo; SILVA, Joilson Pereira da. Surdez e sexualidade: as representações sociais dos discentes surdos. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 72, n. 1, p. 125-139, abr. 2020.

GUIMARÃES, Valéria Maria Azevedo. **Representações sociais sobre a sexualidade:** um estudo com discentes surdos. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 102p.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HENRIQUE, Victor Hugo de Oliveira; FREITAS, Alex Sandro Henrique de Jesus; HARDOIM, Edna Lopes. Sexualidade e educação: uma comparação entre alunos surdos e não surdos. **Revista Práxis**, v. 10, n. 20, p. 35–44, 4 dez. 2018.

HESSEL, Carolina. **O currículo de língua de sinais na educação de surdos**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

HYMES, Dell. On communicative competence. In: BRUMFIT, Christopher; JOHNSON, Keith. (Org). **The communicative approach to language teaching**. Hong Kong: Oxford University Press, 2009.

INES - Instituto Nacional De Educação de Surdos. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/ensino-superior/arquivos-graduacao/ProjetoPedaggicodoCursodeLicenciaturaemPedagogiaPPCverso2023.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

JESUS, Jefferson Diego de; FERNANDES, Sueli. Educação bilíngue para surdos/as: um estudo comparativo da escola bilíngue e do atendimento educacional especializado (AEE) na escola inclusiva. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, p. 1628–1648, 5 jul. 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449–502, dez. 2018.

JUNIOR, Francisco Francinete Leite; OLIVEIRA, João Batista Monte de; JUNIOR, Pedro João Cavalcante. Amor em silêncio: a construção da sexualidade em pessoas surdas. **Cenas Educacionais**, Caetitê - Bahia - Brasil, v.4, n.e11876, p.1-15, 2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. **Cad. CEDES**, 19 (46). set, 1998

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Balieiro. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Balieiro (org.) **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010, p. 11-32.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEITE, Emeli Marques Costa. Fundamentação Teórica. In: LEITE, Emeli Marques Costa. **Os Papéis do Intérprete de Libras na Sala de Aula Inclusiva**. Arara Azul. Coleção Cultural e Diversidade, 2004, p. 44-93.

LIMA, Luís Corrêa. Os LGBTQ+, o Papa Francisco e a Igreja que precisamos. **Caminhos de Diálogo**, Curitiba, v. 12, n. 20, p. 49-64, jan./jun. 2024.

LIMA, Vinícius Moreira; BELO, Fábio Roberto Rodrigues. Gênero, sexualidade e o sexual: o sujeito entre Butler, Foucault e Laplanche. **Psicologia em Estudo**, v. 24, p. e41962, 18 fev. 2019.

LODI, Ana Claudia Balieiro; ROSA, André Luis Mاتيولli; ALMEIDA, Elomena Barboza de. Apropriação da Libras e o constituir-se surdo: a relação professor surdo-aluno surdo em um contexto educacional bilíngue. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL**, v. 10, n. 19, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. Formação Docente – **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 3, n. 4, p. 62–70, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia das Sexualidades. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MACKEY, Alison.; GASS, Susan. Common data collection measures. In: **Second language research: methodology and design**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2005. p. 43-99.

MAGRIN, Nicolly Papacidero; MORAES, Amanda Silva de; PANIAGO, Cecília de Moraes; SANTOS, Ingrid Fernandes dos; LACERDA, Renata Musa; CUNHA, Rachel Nunes de. O impacto de oficinas sobre sexualidade: um relato de experiência com estudantes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 26, p. e230929, 22 jun. 2022.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; ARANHA, Maria Salete Fábio. Relatos de professores sobre manifestações sexuais de alunos com deficiência no contexto escolar. **Interação em Psicologia**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2005.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. A educação sexual repressiva: padrões definidores de normalidade. In: SOUZA, Cláudio Benedito Gomide de; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (Org.) **Sexualidade, Diversidade e Cultura Escolares**: contribuições ibero-americanas para estudos de educação, gênero e valores. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2008.

MARDELL, Ashley. The Gay BCs of LGBT+: an accompaniment to the ABCs of LGBT+. Coral Gables: Mango Publishing, 2017

MICHELON, Cleonice Maria; SANTOS, Naiara Varela dos. Questionário *on-line* como estratégia de coleta de dados para trabalho de conclusão de curso: Relato de experiência. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 13, n. 1, p. e30388–e30388, 18 nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993

MODESTO, Edith. **Mãe sempre sabe?** Mitos e verdades sobre pais e seus filhos homossexuais. Editora Record: Rio de Janeiro, 2008.

MODESTO, Edith. **Vidas Em Arco-íris**: depoimentos sobre a homossexualidade. Editora Record: Rio de Janeiro, 2011.

MONROY-GARZON, Adriana Marcela; SILVA, Kênia Lara da. Silenciamento da sexualidade do adolescente no contexto rural. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210572, 4 abr. 2022.

MORAES ALVES, Andréa. Fronteiras da relação. Gênero, geração e a construção de relações afetivas e sexuais. Sexualidad, Salud y Sociedad - **Revista Latinoamericana**, n. 3, p. 10–32, 1 dez. 2009.

MOREIRA, Sandra Zanetti. A mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade. In SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação. 2010.

MOTTA, Daniele. A contribuição de Heleieth Saffioti para a análise do Brasil: gênero importa para a formação social? **Caderno CRH**, v. 33, p. e020027, 8 jan. 2020.

MOURA, Claudia Helena Gonçalves; SILVA, Pedro Fernando da. Escola sem Partido e Conservadorismo Moral: Instrumentalização da Religião, Sexualidade e Gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e250951, 30 jun. 2023.

MOURA, Maria Cecília. **O surdo**: Caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000.

MÜLLER, Márcia Beatriz Cerutti. **Surdez, gênero e sexualidade**: um estudo sobre o imaginário social em uma escola de ensino fundamental bilíngue no Sul do Brasil. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação: Universidade La Salle - UNILASALLE, Canoas-RS, 2017.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. **Análise lexical e análise de conteúdo**: uma proposta de utilização conjugada, estudos e pesquisas, Rio de Janeiro, 2006.

NETTO. Ernesto Padovani. História da educação de surdos: as disputas entre o falar e o sinalizar e as práticas no imperial instituto de surdos-mudos (1857-1957). **História & Ensino**, Londrina, V. 27, N. 02, P. 186-211, Jul./Dez. 2021.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas: Autores Associados, 2000.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. A homossexualidade feminina na história do Brasil: do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania. **Les On-line**, Lisboa, v. 7, n. 2, p. 2-19, 2015.

OLIVEIRA, Leandra Sobral; MATTOS, Amana Rocha. Diálogos sobre Lesbianidades. Uma breve incursão histórica e análise das produções recentes. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 2, 2018.

OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidesio de. **Especialização médica e construção dos ‘endocrinopatas criminais’ na Criminologia, entre as décadas de 1930 e 1960: notas de pesquisa**. XIII Encontro ANPUH-Rio. Identidades. 2015. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213302402_ARQUIVO_ArtigoEspecializacaoEndocrinopatas.pdf. Acesso em: 30. Jul. 2023.

OMS - Organização Mundial Da Saúde. **Sexual and Reproductive Health**. WHO, 2006. Disponível em: http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en. Acesso em: 05 abr. 2023.

PENA ELGUY, Larissa; DA SILVA ANDRADE, Diogo Roberto. As invisibilidades de homossexuais sob a perspectiva lésbica na representação temática nos catálogos das bibliotecas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 26, n. Extra 3, p. 4, 2021.

PERLIN, Gladis. Identidade Surda. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2001, p. 51-72.

PERLIN, Gladis. Identidade surda e currículo. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; GÓES, Maria Cecília Rafael de (orgs.) **Surdez – processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Editora Lovise, 2004.

PERLIN, Gladis. O lugar da cultura surda. In: THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (Orgs.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos**. Florianópolis, 2008. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificafundamentosDaEducacaoDeSurdos/assets/279/TEXT0_BASE-Fundamentos_Educ_Surdos.pdf. Acesso em: 19 ago. 2023.

PESSANHA, José Américo Motta. **Platão: diálogos**. Trad. SOUZA, José Cavalcante de. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PROJETO DE LEI nº 1859, de 2015. **Acrescenta o Parágrafo único ao Artigo 3º da Lei 9.394/1996**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1346799 & filename=PL+1859/2015. Acesso em: 30 abr. 2024.

QUADROS, Ronice Müller. **Educação de surdos**: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997 - reimpressão 2008.

QUADROS, Ronice Müller.; CAMPELLO, Ana Regina. A constituição política, social e cultural da língua brasileira de sinais - libras. In: VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. (Orgs.). **Educação de surdos**: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, p. 15 - 47.

QUADROS, Ronice Müller; SUTTON-SPENCE, Rachel. Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda. In: QUADROS, Ronice Müller (Org). **Estudos Surdos I**: Série de Pesquisas. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2006. p. 110-165.

QUADROS, Ronice Müller. **O Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos Brasília: MEC; SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice Müller. de. O bi do bilinguismo na educação de surdos. In: FERNANDES, Eulalia. **Surdez e bilinguismo**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005, v.1, p. 26-36.

QUADROS, Ronice Müller; LILLO-MARTIN, Diane. **Gesture and the Acquisition of Verb Agreement in Sign Languages**. In: Boston University Conference on Language Development 30, 2006, Boston. 2007. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=13&idart=121>. Acesso em: 07 jun. 2023.

RATINAUD, Pierre; MARCHAND, Pascal. **Application de la méthode ALCESTE** à de "gros" corpus et stabilité des "mondes lexicaux": analyse du "Cable-Gate" avec IRAMUTEQ. In: Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles, Liège, Belgique, 2012.

RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE AUDIÇÃO. **World Health Organization (WHO)**, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240020481>. Acesso em: 09 set. 2023.

RIBEIRO, Jessica Akemi Kawano. A lesbianidade e a surdez. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 179–191, 18 maio de 2017.

RIBEIRO, Rafaela de Oliveira Canquerino. FESTA, Priscila Soares Vidal. Aspectos da comunicação do sujeito surdo e a sua inclusão na sociedade. **FAE Memorial TCC – Caderno da Graduação** – Centro Universitário | Núcleo de Pesquisa Acadêmica – NPA 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. **Revista Bagoas**, n.5, 2010,

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; GONÇALVES, Josiane Peres. Gênero, Sexualidade e Surdez em Pesquisas: Definições e Características. **Revista FSA** (Centro Universitário Santo Agostinho), v. 19, n. 1, p. 130–147, 18 jan. 2022.

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; GONÇALVES, Josiane Peres. A (in)visibilidade da sexualidade da pessoa surda associada a deficiência intelectual: um estudo de caso na APAE. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 27, n. 3, 28 dez. 2022.

ROTONDANO, Érica Vidal. “Trabalho de formiguinha”: formação continuada de docentes em sexualidade na rede municipal de educação de Manaus. **Educação em Revista**, v. 39, p. e20723, 20 mar. 2023.

ROCHA, Solange Maria. **O INES e a Educação se Surdos no Brasil**. Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. 2. Ed. Rio de Janeiro: INES/2008.

ROCHA, Solange Maria. **INES - Instituto Nacional de Educação dos Surdos**. In: Edição comemorativa 140 anos; colaboração Solange Rocha - Belo Horizonte: Editora Littera, 1997. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1411/1235>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ROCHA, Solange Maria. **Memória e História: a indagação de Esmeralda**. Petrópolis: Arara Azul, 2010.

RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. **Metodologias multidimensionais em ciências humanas**. Brasília, Liber Livro, 2006.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Trad. Motta, L. T. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALGUEIRO, José Estevam. Homossexualidade masculina: comportamento, orientação e identidade. **Psicologia: teoria e prática**, v. 18, n. 1, p. 60–74, abr. 2016.

SALVIATI, Maria Elisabeth. **Manual do aplicativo Iramuteq**. Planaltina-PR. 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres; ANDRADE, Cristiane Esteves de. Surdez e sociedade: questões sobre conforto linguístico e participação social. In: ALBRES, Neiva de

Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan (Orgs.). **Libras em estudo**: política linguística. São Paulo: Feneis, 2013. p. 145-163.

SANTOS, Ana Cristina C.; SOUZA, Simone Brandão; FARIA, Thaís. Sapatão é revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 01–05, 18 maio 2017.

SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis. Ed. Mulheres, 2002.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: Problematizando a normalidade. In: Skliar, Carlos (Org.), **A surdez**: Um olhar sobre as diferenças. 4. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010.

SILVESTRE, Joubert. **Os entre-lugares**: um olhar sobre sujeitos surdos-homossexuais. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS/UFG. 2014.

SILVA, Rubia Carla Donda da; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Surdez e alteridade: “o encontro entre o tilintar das vozes e o tremular das mãos”. **Pro-Posições**, v. 31, p. e20170167, 20 jan. 2020.

SILVA, César Augusto de Assis. Igreja Católica e surdez: território, associação e representação política. **Religião & Sociedade**, v. 32, p. 13–38, 2012.

SILVA, Kety Lucy Ferreira; CAVALCANTI, Sandra Lopes. Comportamento Sexual de Surdos Participantes da Comunidade Surda de Maceió. **Revista Portal: Saúde e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 55–61, 2016.

SILVA, Marlon Silveira da; MEDEIROS, Talita Gonçalves; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. **Instâncias Pedagógicas**: Discurso Científico e Regulação da Homossexualidade Feminina – 1920-1950. I Encontro de Pós-Graduação em Educação: a formação docente e a pesquisa. 2015. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/comunica%C3%A7%C3%A3ooralmarlonsilveiradasilva.doc.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SILVA, Gabriele. **Transexualidade**: entenda o que é identidade de gênero A identidade de gênero não define a orientação sexual das pessoas. E+B Educação. 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/transexualidade-entenda-o-que-e-identidade-de-genero>. Acesso em: 09 jul. 2023.

SKLIAR, Carlos. **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SNOEK, Jaime. **Ensaio da ética sexual**: a sexualidade humana. São Paulo: Paulinas, 1981.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOFIATO, Cássia Geciauskas. A educação dos surdos no século XIX: currículo prescrito e modelo de educação. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 25, n. 2, p.207-224, abr. 2018.

STOLLER, Robert. **Recherches sur l'Identité Sexuelle**. Paris: Gallimard, 1978.

SOUZA JÚNIOR, Edison Vitório de; et al. Sexualidade como fator associado à qualidade de vida da pessoa idosa. **Escola Anna Nery**, v. 27, 2023a.

SOUZA JÚNIOR, Edison Vitório de; et al. Função sexual e sua associação com a sexualidade e a qualidade de vida de mulheres idosas. **Escola Anna Nery**, v. 27, 6 jan. 2023b.

SPACOV, Isabel Cristina Guerra; SILVA, Israelita Januário da. Religiosidade e relacionamento afetivo: a formação da identidade de gênero. In: ALMEIDA, Flávio Aparecido de. **Ciências das Religiões: uma análise transdisciplinar**. 2. ed. Editora: Científica. São Paulo, 2021.

STEARNS, Peter. N. **História da sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010.

STROBEL, Karin Lilian. **História da educação dos surdos**. UFSC. 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 19 ago. 2023.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação – UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. rev.- Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

SUTTON-SPENCE, Rachel.; QUADROS, Ronice Müller de. Poesia em Língua de Sinais: traços da identidade surda. In: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006, p. 110 - 165.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. **Método de pesquisa**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

TILIO, Rafael de.; HAINES, Larissa Ferreira. Vivência Intersexos: Identidade, Autopercepção, Designação Sexual e Seus Desdobramentos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 29 out. 2021.

VICENTINO, Claudio. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 1997.

VIEIRA, Silvio Santiago. **Panorama religioso-cultural para surdos em Belém/PA**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões: Faculdade Unida de Vitória, 2018.

WENETZ, Ileana; STIGGER, Marco Paulo; MEYER, Dagmar Estermann. As (des)construções de gênero e sexualidade no recreio escolar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 27, p. 117–128, mar. 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

YAMADA, Midori Otake.; BEVILACQUA, Maria Cecília. Dimensão afetiva da pessoa com surdez adquirida, antes e após o implante coclear. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 29, p. 63–69, mar. 2012.

APÊNDICE I - Declaração de Anuência do INES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Rua das Laranjeiras, 232 – Laranjeiras – CEP 22240-003 – Rio de Janeiro – RJ

Declaração de Anuência

Declaramos que esta instituição, INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS-INES, tem interesse em participar do projeto proposto pela pesquisadora JAKELLINY GONÇALVES DE SOUZA RIZZO com o título da pesquisa: **“GÊNERO, SEXUALIDADE E SURDEZ: AS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS”**, autorizando sua execução.

Declaramos ainda, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a CNS 466/2012 e CNS 510/2016. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição para trabalho de campo da pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Esta autorização está condicionada à aprovação final da proposta pelo(s) respectivo(s) Comitê(s) de Ética em Pesquisa, responsável(is) por sua avaliação.

Solicitamos que o pesquisador se certifique de autorização junto aos sujeitos entrevistados, assinadas por estes, com vídeo formal apresentado em Libras para sujeitos surdos usuários dessa língua, a fim de garantir a divulgação da pesquisa.

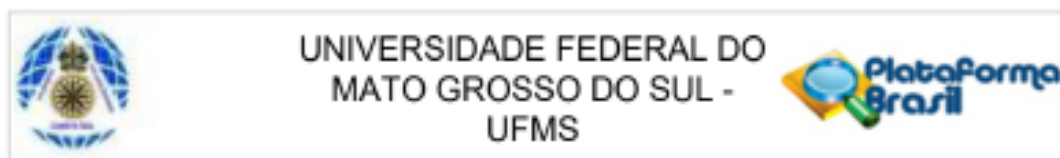
Rio de Janeiro, 02 de maio de 2022.

Andreza da Silva Gonçalves Raphael

Diretora do Departamento de Desenvolvimento Humano,
Científico e Tecnológico
Matrícula: 2039446

Andreza da Silva Gonçalves Raphael
Diretora do Departamento de Desenvolvimento Humano,
Científico e Tecnológico - INES
Matr. 2039446

ANEXO 1 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Gênero, sexualidade e surdez: as percepções dos estudantes do Instituto Nacional de Educação de Surdos

Pesquisador: JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 58756522.7.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: Capes Coordenação Aperf Pessoal Nível Superior

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.500.761

Apresentação do Projeto:

Essa pesquisa objetiva investigar a temática sobre o gênero e sexualidade na educação de surdos. Considerando quando se trata da sexualidade de pessoas surdas, se tornam questões complexas e rodeadas de mitos e preconceitos. E para o estudo, apresenta a seguinte questão norteadora: Quais as percepções de gênero e sexualidade dos estudantes surdos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)?

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário :

Averiguar as percepções de gênero e sexualidade dos estudantes surdos usuários de Libras do ensino médio do INES.

Objetivo Secundário:

- Verificar como os professores do INES abordam as questões sobre gênero e sexualidade.
- Analisar como se constitui a sexualidade dos alunos surdos que frequentam o INES e qual o papel da escola nesse processo.
- Investigar as narrativas dos estudantes surdos sobre suas experiências afetivas e sexuais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como o estudo será realizado numa determinada região em uma única instituição, corre-se o risco de ocorrer um reducionismo ou regionalização das significações dos sujeitos do estudo para o

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros 2 Prédio das Pró-Reitorias 2 Hércules Maymon 2 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 79.070-000
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 5.500.761

fenômeno estudado. Caso o participante ficar constrangido de alguma forma durante antes, durante ou depois da coleta de dados, este poderá desistir a qualquer momento sem prejuízos. Caso haja danos decorrentes dos riscos desta pesquisa, a

pesquisadora assumirá a responsabilidade pela indenização dos sujeitos no que for necessário.

É possível que o participante experimente algum desconforto (cansaço, dor, constrangimento). Contudo, a pesquisadora estará atenta aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, para tanto adotará medidas de precaução e proteção, a fim de evitar danos ou atenuar seus efeitos, tais como: minimizar incômodos garantindo local reservado, liberdade para não responder questões

constrangedoras, atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto, proteção da imagem e a não estigmatização. Conforme Resolução CNS n. 510/16 no Capítulo IV - Dos Riscos, artigo 19, O pesquisador estará atento aos riscos que a pesquisa possa acarretar

aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, para tanto adotará medidas de precaução e proteção, a fim de evitar dano ou atenuar seus efeitos. Quando a pesquisadora perceber qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente a pesquisa, discutirá com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e informar o sistema CEP/CONEP. O participante da pesquisa que vier a

sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, terá direito a assistência e a buscar indenização. A pesquisadora adotará todas as medidas cabíveis para proteger o participante cuja autonomia esteja reduzida ou que esteja sujeita a relação de autoridade ou dependência que caracterize situação de limitação da autonomia, reconhecendo sua

situação peculiar de vulnerabilidade, independentemente do nível de risco da pesquisa.

Benefícios:

Com os resultados desse estudo pretende-se desenvolver produtos no formato de Artigos Científicos, Trabalhos publicados em Anais de Eventos, assim como uma série de outras produções acadêmicas. Acredita-se que este projeto de pesquisa poderá contribuir para alunos da educação básica, acadêmicos e professores no sentido da ampliação de debates e superação de tabus das questões ligadas a gênero e sexualidade, especialmente, quando relacionados as pessoas surdas. Dessa maneira, considerando que estudos científicos acerca do gênero e da sexualidade dos surdos são insuficientes, dada a importância do tema, o que pode ocasionar lacunas ou limitações no ensino dessa vertente, e dessa forma, a omissão de informações para esse público que apresenta características linguísticas e culturais diferentes dos ouvintes, espera-se que essa

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ∟ Prédio das Pró-Reitorias ∟ Hércules Maymon ∟ 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 76.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (87)3345-7187 **Fax:** (87)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 5.500.761

pesquisa possa contribuir para o campo do gênero e da sexualidade das pessoas surdas, especialmente de docentes e discentes do INES, uma instituição que se tornou referência nacional e internacional na educação de surdos. E, dessa forma, difundir a temática, que embora sejam questões importantes a serem discutidas, ainda são pouco exploradas, tendo em conta que os sujeitos surdos tem acesso restrito ou equivocados as informações sobre gênero e sexualidade, quais podem ser silenciadas no ambiente familiar e escolar, seja pela carência da Libras, ou por mitos ou preconceitos, por pertencerem a uma minoria linguística e cultural. Visto que os sujeitos surdos, tem particularidades para além da escola, com diferentes componentes num contexto de diversidade cultural tais como familiar, religião, social, etc.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa , de campo que objetiva investigar as percepções de gênero e sexualidade dos estudantes surdos usuários de Libras do ensino médio do Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES , e evidenciar o que é entendido nesse estudo por percepções, utilizando entrevistas com questões semiestruturadas. Pesquisa de nível de doutorado, 50 participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Dentre os termos de apresentação obrigatória destaca-se a presença : a)-Informações Básicas da Plataforma Brasil; b)- Folha de Rosto; c)- Cronograma; d)- Projeto de Pesquisa Detalhado e)- Resolução Colegiado PPGEDU ; f)-Roteiro Entrevista ; g)-Declaração de Compromisso Resultados da Pesquisa; h)- Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE); i)- Orçamento; j) Declaração da Pesquisadora; k) Declaração de Anuência do Instituto Nacional de Educação de Surdos; L) Carta Resposta.

Recomendações:

As Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações estão descritas abaixo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Para a aprovação por este Comitê de Ética faz-se necessário ao atendimento dos seguintes itens:

Cabe ao pesquisador responsável encaminhar as respostas ao parecer de pendências por meio da Plataforma Brasil em até 30 dias a contar a partir da data de emissão do Parecer Consubstanciado. As respostas às pendências devem ser apresentadas e descritas em documento à parte, denominado CARTA RESPOSTA, além do pesquisador fazer as alterações necessárias nos documentos e informações solicitadas. Ressalta-se que deve haver resposta para cada uma das

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros √ Prédio das Pró-Reitorias √ Hércules Maymon √ 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 79.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (87)3345-7187 **Fax:** (87)3345-7187 **E-mail:** capconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 5.500.761

pendências apontadas no parecer, obedecendo a ordenação deste. Para apresentar a Carta Resposta o pesquisador deve usar os recursos "copiar" e "colar" quando for transcrever as pendências solicitadas e as respostas apresentadas na Carta, como também no texto ou parte do texto que será alterado nos demais documentos. Ou seja, deve manter a fidedignidade entre a pendência solicitada e o texto apresentado na Carta Resposta e nos documentos alterados.

Para que os protocolos de pesquisa sejam apreciados nas reuniões definidas no Calendário, o pesquisador responsável deverá realizar a submissão com, no mínimo, 15 dias de antecedência.

Observamos que os protocolos submetidos com antecedência inferior a 15 dias serão apreciados na reunião posterior. Confira o calendário de reuniões de 2022, disponível no link: <https://cep.ufms.br/calendario-dereunioes-do-cep-2022/>

Observar se o atendimento as solicitações remeterá a necessidade de fazer adequação no cronograma da pesquisa, de modo que a etapa de coleta de informações dos participantes seja iniciada somente após a aprovação por este Comitê.

A. Solicita-se a pesquisadora apresentar o item Riscos de forma idênticas nas Informações Básicas da Plataforma Brasil, no Projeto Detalhado e no TCLE e TALE. **ATENDIDO**

B. No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) : deve ser elaborado de acordo com a Resolução 466/2012.

1) Esclarece-se a pesquisadora sobre a necessidade de apresentar além do TCLE para os Pais ou Responsáveis Legais, o TALE (Termo de Assentimento Livre e Esclarecido)para os estudantes 14 a 17 anos, com linguagem apropriada e para a melhor compreensão dos participantes. Modelo no link: cep.ufms.br **ATENDIDO**

2) Quanto ao TCLE : no item riscos e benefícios esclarece-se a pesquisadora que toda pesquisa apresenta riscos, e desta forma deve apresentar de forma clara quais medidas ou cautelas irá planejar para minimizar os riscos, quando aponta: "A pesquisadora estará atenta aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, para tanto adotará medidas de precaução e proteção, a fim de evitar dano ou atenuar seus efeitos." Deve apresentar estas medidas e cautelas de forma idênticas no Projeto Detalhado de Pesquisa, no TCLE, TALE e nas Informações Básicas da Plataforma Brasil. **ATENDIDO**

3) Faz-se necessária a inserção de espaço para rubrica dos participantes e pesquisador responsável em todas as páginas do TCLE e TALE, exceto na última, que deverá conter a assinatura dos mesmos; **ATENDIDO**

4) Esclarece-se a pesquisadora a necessidade de incluir no TCLE e TALE em destaque, a

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ˆ Prédio das Pró-Reitorias ˆ Hércules Maymon ˆ 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 79.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (87)3345-7187 **Fax:** (87)3345-7187 **E-mail:** capconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 3.500.761

informação que pretende gravar e filmar a entrevista e acrescentar a alternativa para que o participante possa assinalar se concorda ou não com a filmagem e a gravação. ATENDIDO

5) Solicita-se manter além do item de endereço físico da pesquisadora responsável, incluir o endereço e contato do CEP – UFMS. (Comitê de Ética em Pesquisa – Cidade Universitária, Caixa Postal 549. CEP 79.70-110 Campo Grande MS , Telefone: (67) 3345-7187 Fax: (67) 3345-7187. E mail: cepconep.propp@ufms.br. para esclarecimentos de dúvidas relacionadas à ética em pesquisa atendimento ao público: 07h30min-11h30min no período matutino e das 13h30min às 17h30min no período vespertino. ATENDIDO

Considerações Finais a critério do CEP:

CONFIRA AS ATUALIZAÇÕES DISPONÍVEIS NA PÁGINA DO CEP/UFMS

1) Regimento Interno do CEP/UFMS

Disponível em: <https://cep.ufms.br/novo-regimento-interno/>

2) Calendário de reuniões

Disponível em <https://cep.ufms.br/calendario-de-reunioes-do-cep-2022/>

3) Etapas do trâmite de protocolos no CEP via Plataforma Brasil

Disponível em: <https://cep.ufms.br/etapas-do-tramite-de-protocolos-no-cep-via-plataforma-brasil/>

4) Legislação e outros documentos:

Resoluções do CNS.

Norma Operacional nº001/2013.

Portaria nº2.201 do Ministério da Saúde.

Cartas Circulares da Conep.

Resolução COPP/UFMS nº240/2017.

Outros documentos como o manual do pesquisador, manual para download de pareceres, pendências frequentes em protocolos de pesquisa clínica v 1.0, etc.

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/legislacoes-2/>

5) Informações essenciais do projeto detalhado

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/informacoes-essenciais-projeto-detalhado/>

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ˆ Prédio das Pró-Reitorias ˆHércules Maymonˆ ˆ 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 79.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 5.500.761

6) Informações essenciais – TCLE e TALE

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/informacoes-essenciais-tcle-e-tale/>

- Orientações quanto aos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aos Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) que serão submetidos por meio do Sistema Plataforma Brasil versão 2.0.

- Modelo de TCLE para os participantes da pesquisa versão 2.0.

- Modelo de TCLE para os responsáveis pelos participantes da pesquisa menores de idade e/ou legalmente incapazes versão 2.0.

7) Biobancos e Biorepositórios para armazenamento de material biológico humano

Disponível em: <https://cep.ufms.br/biobancos-e-biorepositorios-para-material-biologico-humano/>

8) Relato de caso ou projeto de relato de caso?

Disponível em: <https://cep.ufms.br/862-2/>

9) Cartilha dos direitos dos participantes de pesquisa

Disponível em: <https://cep.ufms.br/cartilha-dos-direitos-dos-participantes-de-pesquisa/>

10) Tramitação de eventos adversos

Disponível em: <https://cep.ufms.br/tramitacao-de-eventos-adversos-no-sistema-cep-conep/>

11) Declaração de uso de material biológico e dados coletados

Disponível em: <https://cep.ufms.br/declaracao-de-uso-material-biologico/>

12) Termo de compromisso para utilização de informações de prontuários em projeto de pesquisa

Disponível em: <https://cep.ufms.br/termo-de-compromisso-prontuarios/>

13) Termo de compromisso para utilização de informações de banco de dados

Disponível em: <https://cep.ufms.br/termo-de-compromisso-banco-de-dados/>

DURANTE A PANDEMIA CAUSADA PELO SARS-CoV-2, CONSIDERAR:

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros, 2º Prédio das Pró-Reitorias, 2º Hércules Maymone, 2º 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 79.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (87)3345-7187 **Fax:** (87)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 9.500.761

Solicitamos aos pesquisadores que se atentem e obedeçam às medidas de segurança adotadas pelo locais de pesquisa, pelos governos municipais e estaduais, pelo Ministério da Saúde e pelas demais instâncias do governo devido a excepcionalidade da situação para a prevenção do contágio e o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

As medidas de segurança adotadas poderão interferir no processo de realização das pesquisas envolvendo seres humanos. Quer seja no contato do pesquisador com os participantes para coleta de dados e execução da pesquisa ou mesmo no processo de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido-TALE, incidindo sobre o cronograma da pesquisa e outros.

Orientamos ao pesquisador na situação em que tenha seu projeto de pesquisa aprovado pelo CEP e em decorrência do contexto necessita alterar seu cronograma de execução, que faça a devida "Notificação" via Plataforma Brasil, informando alterações no cronograma de execução da pesquisa.

SE O PROTOCOLO DE PESQUISA ESTIVER PENDENTE, CONSIDERAR:

Cabe ao pesquisador responsável encaminhar as respostas ao parecer de pendências por meio da Plataforma Brasil em até 30 dias a contar a partir da data de emissão do Parecer Consubstanciado. As respostas às pendências devem ser apresentadas e descritas em documento à parte, denominado CARTA RESPOSTA, além do pesquisador fazer as alterações necessárias nos documentos e informações solicitadas. Ressalta-se que deve haver resposta para cada uma das pendências apontadas no parecer, obedecendo a ordenação deste. Para apresentar a Carta Resposta o pesquisador deve usar os recursos "copiar" e "colar" quando for transcrever as pendências solicitadas e as respostas apresentadas na Carta, como também no texto ou parte do texto que será alterado nos demais documentos. Ou seja, deve manter a fidedignidade entre a pendência solicitada e o texto apresentado na Carta Resposta e nos documentos alterados.

Para que os protocolos de pesquisa sejam apreciados nas reuniões definidas no Calendário, o pesquisador responsável deverá realizar a submissão com, no mínimo, 15 dias de antecedência. Observamos que os protocolos submetidos com antecedência inferior a 15 dias serão apreciados na reunião posterior. Confira o calendário de reuniões de 2022, disponível no link: <https://cep.ufms.br/calendario-de-reunioes-do-cep-2022/> Observar se o atendimento as solicitações remeterá a necessidade de fazer adequação no

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros - Prédio das Pró-Reitorias JHércules Maymon - 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 79.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cep@cep.ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 5.500.761

cronograma da pesquisa, de modo que a etapa de coleta de informações dos participantes seja iniciada somente após a aprovação por este Comitê.

SE O PROTOCOLO DE PESQUISA ESTIVER NÃO APROVADO, CONSIDERAR:

Informamos ao pesquisador responsável, caso necessário entrar com recurso diante do Parecer Consubstanciado recebido, que ele pode encaminhar documento de recurso contendo respostas ao parecer, com a devida argumentação e fundamentação, em até 30 dias a contar a partir da data de emissão deste parecer. O documento, que pode ser no formato de uma carta resposta, deve contemplar cada uma das pendências ou itens apontados no parecer, obedecendo a ordenação deste. O documento (CARTA RESPOSTA) deve permitir o uso correto dos recursos "copiar" e "colar" em qualquer palavra ou trecho do texto do projeto, isto é, não deve sofrer alteração ao ser "colado".

Para que os protocolos de pesquisa sejam apreciados nas reuniões definidas no Calendário, o pesquisador responsável deverá realizar a submissão com, no mínimo, 15 dias de antecedência.

Observamos que os protocolos submetidos com antecedência inferior a 15 dias serão apreciados na reunião posterior. Confira o calendário de reuniões de 2022, disponível no link: <https://cep.ufms.br/calendario-de-reunioes-do-cep-2022/>

EM CASO DE APROVAÇÃO, CONSIDERAR:

É de responsabilidade do pesquisador submeter ao CEP semestralmente o relatório de atividades desenvolvidas no projeto e, se for o caso, comunicar ao CEP a ocorrência de eventos adversos graves esperados ou não esperados. Também, ao término da realização da pesquisa, o pesquisador deve submeter ao CEP o relatório final da pesquisa. Os relatórios devem ser submetidos através da Plataforma Brasil, utilizando-se da ferramenta de NOTIFICAÇÃO.

Informações sobre os relatórios parciais e final podem acessadas em <https://cep.ufms.br/relatorios-parciais-e-final/>

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P	10/06/2022		Aceito

Endereço: Av. Costa e Silva, s/n° - Pioneiros ∟ Prédio das Pró-Reitorias ∟ Hércules Maymone ∟ 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS**



Continuação do Parecer: 5.500.761

Básicas do Projeto	ETO_1918391.pdf	11/51:29		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	10/06/2022 11:50:47	JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO.pdf	10/06/2022 11:50:24	JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	10/06/2022 11:50:12	JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	10/06/2022 11:49:55	JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO	Aceito
Outros	Resolucao_Colegiado_PPGEDU_Aprovacao_do_Projeto.pdf	11/05/2022 08:27:58	JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_ALUNOS_13_17_ANOS.pdf	11/05/2022 05:57:43	JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO	Aceito
Declaração de concordância	DECLARACAO_DE_COMPROMISSO_RESULTADOS_DA_PESQUISA.pdf	11/05/2022 05:56:08	JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	11/05/2022 05:50:33	JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_da_Pesquisadora.pdf	11/05/2022 05:49:42	JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_de_Anuencia_infra_estrutur_a_e_liberacao_do_local_para_pesquisa.pdf	11/05/2022 05:49:13	JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes.pdf	11/05/2022 05:48:53	JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	11/05/2022 05:48:03	JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO	Aceito
Folha de Rosto	Foha_de_Rosto.pdf	10/05/2022 20:59:08	JAKELLINNY GONCALVES DE SOUZA RIZZO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros º Prédio das Pró-Reitorias º Hércules Maymon º 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 79.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (87)3345-7187 **Fax:** (87)3345-7187 **E-mail:** capconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 5.500.761

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPO GRANDE, 30 de Junho de 2022

Assinado por:

Fernando César de Carvalho Moraes
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros - Prédio das Pró-Reitorias - Hércules Maymon - 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 79.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (87)3345-7187 **Fax:** (87)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br

APÊNDICE II - RELATÓRIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA DISCENTE

ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

RIZZO, J. G. S.; GONÇALVES, JOSIANE PERES. A (in)visibilidade da sexualidade da pessoa surda associada a deficiência intelectual: um estudo de caso na APAE. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 27, p. 1-10, 2022.

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; GONÇALVES, JOSIANE PERES. Gênero, Sexualidade e Surdez em Pesquisas: Definições e Características. *Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho)*, v. 19, p. 130-147, 2022.

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; GONÇALVES, JOSIANE PERES. Sexualidade e surdez: um diálogo a partir de Michel Foucault. *Research, Society And Development*, v. 11, p. e48011121024, 2022.

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; GONÇALVES, JOSIANE PERES. Ressignificação da disciplina de libras em uma universidade federal de Mato Grosso do Sul: retrato do antes e depois o decreto 5.626/05. *Revista Letras Raras [RLR]*, 2023.

TRABALHOS COMPLETOS PUBLICADOS EM ANAIS DE CONGRESSOS

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; GONÇALVES, JOSIANE PERES. *Estudos sobre sexualidade: um conceito amplo*. In: Congresso Internacional Movimentos Docentes: o futuro da formação, comunidades e redes de colaboração, 2023.

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; GONÇALVES, JOSIANE PERES. *Identidade e cultura surda: “encadeamentos” sociais*. In: Congresso Internacional Movimentos Docentes: o futuro da formação, comunidades e redes de colaboração, 2023.

RESUMOS EXPANDIDOS PUBLICADOS EM ANAIS DE CONGRESSOS

VARGAS, Marco Antonio Mendonca; RIZZO, Deyvid Tenner de Souza; RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; GONÇALVES, Josiane Peres. *O professor do sexo masculino na educação infantil: desafios e impactos na formação das crianças*. In: VI Congresso de Educação da Grande Dourados: desafios e perspectivas para a educação a partir da pandemia Covid-19, 2023.

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; GONÇALVES, Josiane Peres. *O professor do sexo masculino na educação infantil: desafios e impactos na formação das crianças*. In: VI Congresso de Educação da Grande Dourados: desafios e perspectivas para a educação a partir da pandemia Covid-19, 2023.

RESUMOS PUBLICADOS EM ANAIS DE CONGRESSOS

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; GONÇALVES, Josiane Peres. Surdez, gênero e sexualidade: relações e limites. In: I Seminário de Pós-Graduação do IFMS (SEMPOG), 2021. SEMPOG, 2021.

APÊNDICE III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

[O senhor | a senhora | você] está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: Gênero, sexualidade e surdez: as percepções dos estudantes do Instituto Nacional de Educação de Surdos, que objetiva averiguar as percepções de gênero e sexualidade dos acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Este protocolo de pesquisa foi analisado pela Secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS. O Sistema CEP/Conep é formado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-Conep (instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos) e pelos CEP (Comitês de Ética em Pesquisa), instâncias regionais dispostas em todo território brasileiro.

O estudo justifica-se e se faz necessário, pois acredita-se que as questões ligadas a gênero e sexualidade ainda são um tabu, e quando se trata de pessoas surdas, os debates podem ficar ainda mais restritos. Para realizar a pesquisa de campo será realizada aplicação de questionário *on-line* seguindo um roteiro semiestruturado de questões com os acadêmicos surdos usuários de Libras do Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, a fim de analisar as suas percepções sobre gênero e sexualidade. O tempo necessário para responder o questionário é de aproximadamente 15-20 minutos.

Caso [o senhor | a senhora | Você aceita participar desta pesquisa, é necessário ser surdo(a); usuário da Libras; estar regularmente matriculado(a) no curso de Pedagogia do INES. Destaca-se que não terá nenhum custo para participar deste estudo, nem receberá qualquer vantagem financeira, será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e está livre para participar ou recusar-se a participar.

[O senhor | a senhora | Você tem o direito de não responder as perguntas da pesquisadora que ocasionam constrangimentos de qualquer natureza, caso ficar constrangido de alguma forma, antes, durante ou depois da coleta de dados poderá desistir a qualquer momento sem prejuízos. Caso haja danos decorrentes de alguma forma dos riscos desta pesquisa, a pesquisadora assumirá a responsabilidade pela sua indenização no que for necessário.

É possível que [o senhor | a senhora | você experimente algum desconforto (cansaço, dor, constrangimento). Contudo, a pesquisadora estará atenta aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, para tanto adotará medidas de precaução e proteção, a fim de evitar danos ou atenuar seus efeitos, tais como: minimizar incômodos garantindo local reservado, liberdade para não responder questões constrangedoras, atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto, proteção da imagem e a não estigmatização.

Caso a pesquisadora perceba qualquer possibilidade de dano, decorrente da participação na pesquisa, discutirá contigo as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e informar o sistema CEP/CONEP. Ao responder e enviar esse questionário *on-line*, [o senhor | a senhora | Você concorda com a publicação dos dados. Com

os resultados desse estudo pretende-se desenvolver produtos no formato de uma Tese de Doutorado e Artigos Científicos.

Acredita-se que os resultados dessa pesquisa contribuirão para o campo do gênero e da sexualidade das pessoas surdas, especialmente de acadêmicos do INES, uma instituição que se tornou referência nacional e internacional na educação de surdos. E, dessa forma, difundir a temática, que embora sejam questões importantes a serem discutidas, ainda são pouco exploradas, tendo em conta que os sujeitos surdos têm acesso restrito ou equivocados as informações sobre gênero e sexualidade, quais podem ser silenciadas no ambiente familiar e escolar, seja pela carência da Libras, ou por mitos ou preconceitos, por pertencerem a uma minoria linguística e cultural. Visto que os sujeitos surdos, tem particularidades para além da escola e universidade com diferentes componentes num contexto de diversidade cultural tais como familiar, religião, social, etc.

[O senhor | a senhora | você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que será atendido pela pesquisadora responsável. A pesquisadora responsável irá tratar a sua identidade com sigilo e privacidade. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. A seguir encontram-se contatos para esclarecer eventuais dúvidas que [o senhor | a senhora | você pode ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

1. Pesquisadora responsável: Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo

Endereço: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Faculdade de Educação) Unnamed Road - Pioneiros, Campo Grande - MS, 79080-730

Fone: ***** E-mail: *****

2. Contato do CEP – UFMS. (Comitê de Ética em Pesquisa – Cidade Universitária, Caixa Postal 549. CEP 79.70-110 Campo Grande MS, Telefone: (67) 3345-7187 Fax: (67) 3345-7187. E-mail: cepconep.propp@ufms.br. para esclarecimentos de dúvidas relacionadas à ética em pesquisa atendimento ao público: 07h30min-11h30min no período matutino e das 13h30min às 17h30min no período vespertino. Assim, este termo de consentimento encontra-se disponível no ambiente virtual.

Desta forma, ao responder e enviar esse questionário *on-line*, Eu declaro que li e/ou compreendi a natureza e objetivo do estudo para o qual aceito participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper a participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo. Fui informado(a) que serei atendido (a) sem custos se apresentar qualquer tipo de necessidade.

Nome completo: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Nome e assinatura da pesquisadora

_____, _____ de _____ de _____.
Local e data

Nome e assinatura do participante da pesquisa

_____, _____ de _____ de _____.
Local e data

APÊNDICE IV – Questionário on-line

1 DADOS PESSOAIS	
Data:	Número do questionário:
Sexo: M () F ()	Idade: _____ anos
Estado Civil:	Série / período:
Naturalidade:	Idade de início da trajetória no ensino superior:
Religião (se for o caso)	Filho(a) se for o caso:
Qual o município que você reside?	
Com quem reside:	
Quando e como ficou surdo?	
Pais são: () surdos () ouvintes	
Além de você, tem outro surdo na família? Quem?	
Como você se comunica com os seus familiares?	
Na sua família quem sabe Libras?	
Onde e com quem você aprendeu a Libras?	

GÊNERO E SEXUALIDADE

1. Agora eu quero conversar com você sobre gênero e sexualidade, peço para que você diga tudo o que você acha importante e que pensa sobre o gênero e sexualidade para os surdos.

RELAÇÃO AFETIVA

2. Para complementar essa parte eu peço para você falar comigo sobre o tema namoro, o que você pensa sobre o namoro do surdo e o que você acha importante.

*Agora, irei mostrar 3 imagens, de forma individual, e peço que você as descreva de acordo com a pergunta.

Imagem 1



Fonte: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/conversa-debate-discussao-amigos-8885101/>

2.1 A imagem contém um grupo de jovens conversando em um sofá. Como você acha que eles fariam para iniciar uma relação afetiva?

Imagem 2



Fonte: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/estantes-prateleiras-diversidade-amigos-6214724/>

2.2 A imagem contém um grupo de jovens estudando na biblioteca. Como você acha que eles fariam para iniciar uma relação afetiva na escola?

Imagem 3



Fonte: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/pessoas-vestindo-jeans-enquanto-seguram-as-maos-3693861/>

2.3 A imagem contém duas mãos entrelaçadas. Para você, como deveria ser um relacionamento afetivo?

RELAÇÕES AFETIVAS

2.4 Já namorou? Atualmente tem namorado/a? Como começou a namorar?

2.5 Já namorou surdos/as? Como foi essa experiência?

2.6 Já “ficou” com surdos/as? Como foi essa experiência?

2.7 Já namorou ouvintes? Como foi essa experiência?

2.8 Já “ficou” com o ouvinte? Como foi essa experiência?

2.9 Namorar e/ou ficar com ouvintes e/ou surdos tem diferença? Se sim, quais?

3 Quais as estratégias de sedução que utiliza?

3.1 O que você conversa quando está em um relacionamento?

3.2 Onde os/as encontra? Utiliza rede social para paquerar ou encontrar namorado(a)?

Homossexualidade e Lesbianidade

4. Gostaria de saber qual o seu olhar sobre a homossexualidade/lesbianidade das pessoas surdas.

5. O que você pensa e como age quando encontra uma pessoa homossexual?

6. Quais as adversidades que você poderia assinalar que ocorrem nos estabelecimentos de ensino, relacionados à homossexualidade, entre os surdos?

7. O que você pensa sobre um trabalho a respeito da diversidade sexual na escola com enfoque na homossexualidade?

AUTOIMAGEM

8. O fato de ser uma pessoa surda afeta nos seus relacionamentos?

9. Gostaria de saber o que você pensa sobre você como pessoa, sobre a sua forma de ser e sobre a forma como você se relaciona com as outras pessoas?

10. Você se preocupa com a sua aparência? Por quê?

FONTES DE INFORMAÇÕES, MÉTODOS CONTRACEPTIVOS E AS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

11. Com quem e como aprendeu sobre gênero e sexualidade?

12. Por quais meios você se informa sobre gênero e sexualidade (revista, TV, pessoas ou outros meios)?

13. Já fez sexo? Se sim, usou algum método contraceptivo?
14. Você usa camisinha? Carrega sempre consigo?
15. Quais outros métodos contraceptivos que você conhece?
16. Você conhece algum surdo que tenha alguma Infecção Sexualmente Transmissível? Qual a infecção?
17. Você lembra de alguma campanha de prevenção? Se sim, os surdos aprendem com essas campanhas?
18. Na sua instituição atual (ou no período que estudava na escola) você aprende/aprendeu sobre gênero e sexualidade? Comente: